



MUSEU DAS
AMAZÔNIAS

PLANO MUSEOLÓGICO



PLANO MUSEOLÓGICO

1º Versão | Outubro 2025

Esta é a primeira versão do Plano Museológico do Museu das Amazôniaas, elaborado pelo idg a partir de metodologia colaborativa, no âmbito da cooperação técnica entre SECULT/PA, Museu Paraense Emílio Goeldi e demais profissionais envolvidos no projeto.

A partir da abertura do museu, este plano será apresentado à equipe de colaboradores, gestores do setor museológico, especialistas e parceiros, visando seu aprimoramento e adequação à etapa final de implantação do museu. Como documento vivo, almejamos, assim, ampliar o processo de colaboração, contribuindo para o alcance da missão e visão do Museu, que pretende ser um espaço de referência e articulação de ciências e tecnologias amazônicas.

01 INTRODUÇÃO, 5

- 1.1 Apresentação, 6
- 1.2 Conceitos e bases legais, 10
- 1.3 Metodologia, 13
- 1.4 O perfil institucional: Missão, Visão e Valores, 17
- 1.5 Diagnóstico geral: Matriz SWOT (FOFA), 20
- 1.6 Objetivos Estratégicos, 21

02 CONTEXTUALIZAÇÃO, 23

- 2.1 O território paraense, 24
- 2.2 Singularidades e transformações socioambientais, 28

03 PROGRAMAS MUSEOLÓGICOS, 33

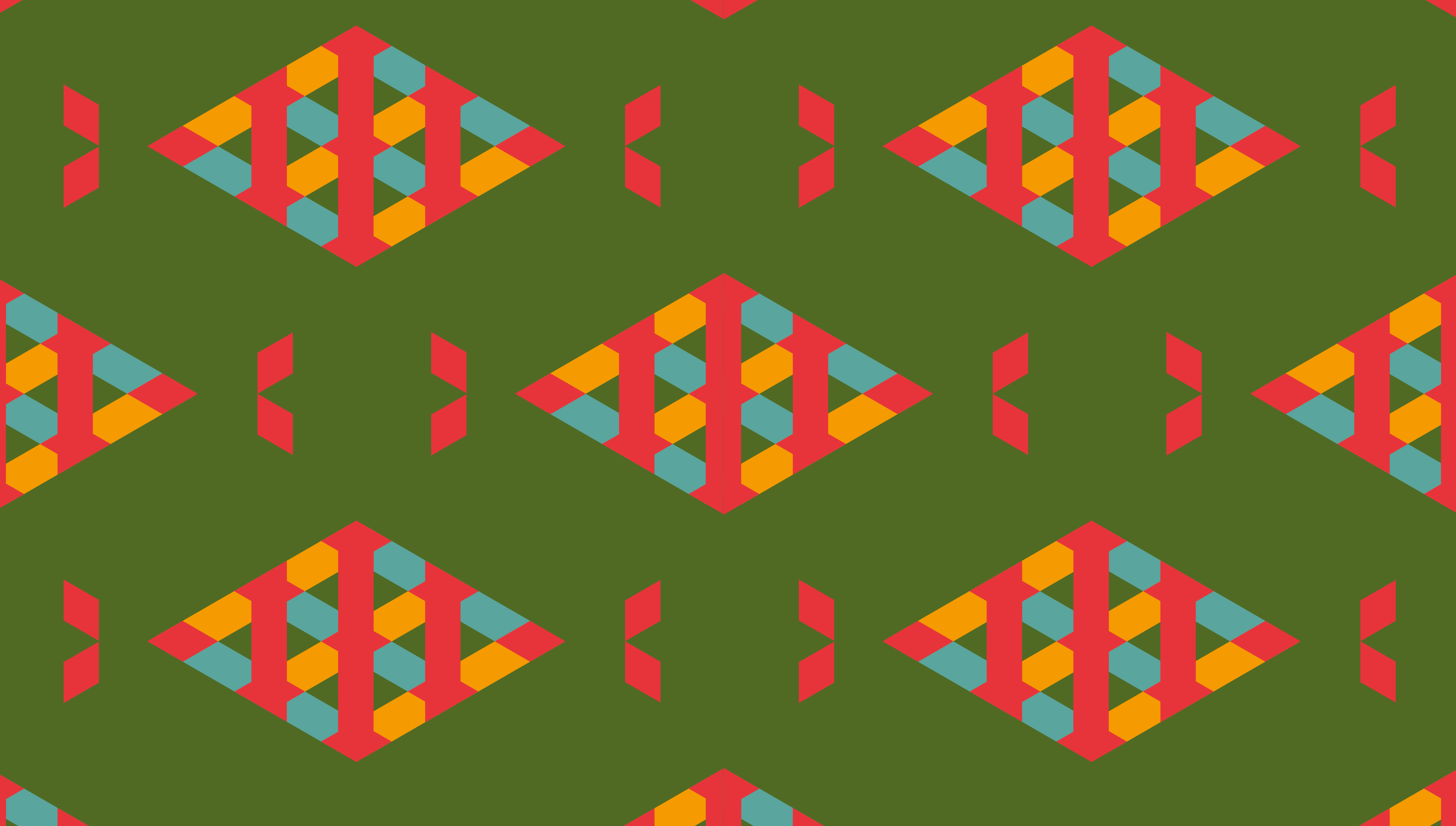
- 3.1 Programa Institucional, 34
- 3.2 Programa de Financiamento e Fomento, 38
- 3.3 Programa de Gestão de Pessoas, 44
- 3.4 Programa de Pesquisa e Acervo, 49
- 3.5 Programa de Exposições, 53
- 3.6 Programa Educativo e Cultural, 58
- 3.7 Programa de Comunicação, 67
- 3.8 Programa Arquitetônico e Urbanístico, 72
- 3.9 Programa de Acessibilidade, 80
- 3.10 Programa Socioambiental, 87
- 3.11 Programa de Segurança, 97

04 CONSIDERAÇÕES FINAIS, 103

05 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 105

06 FICHA TÉCNICA - PLANO MUSEOLÓGICO, 109



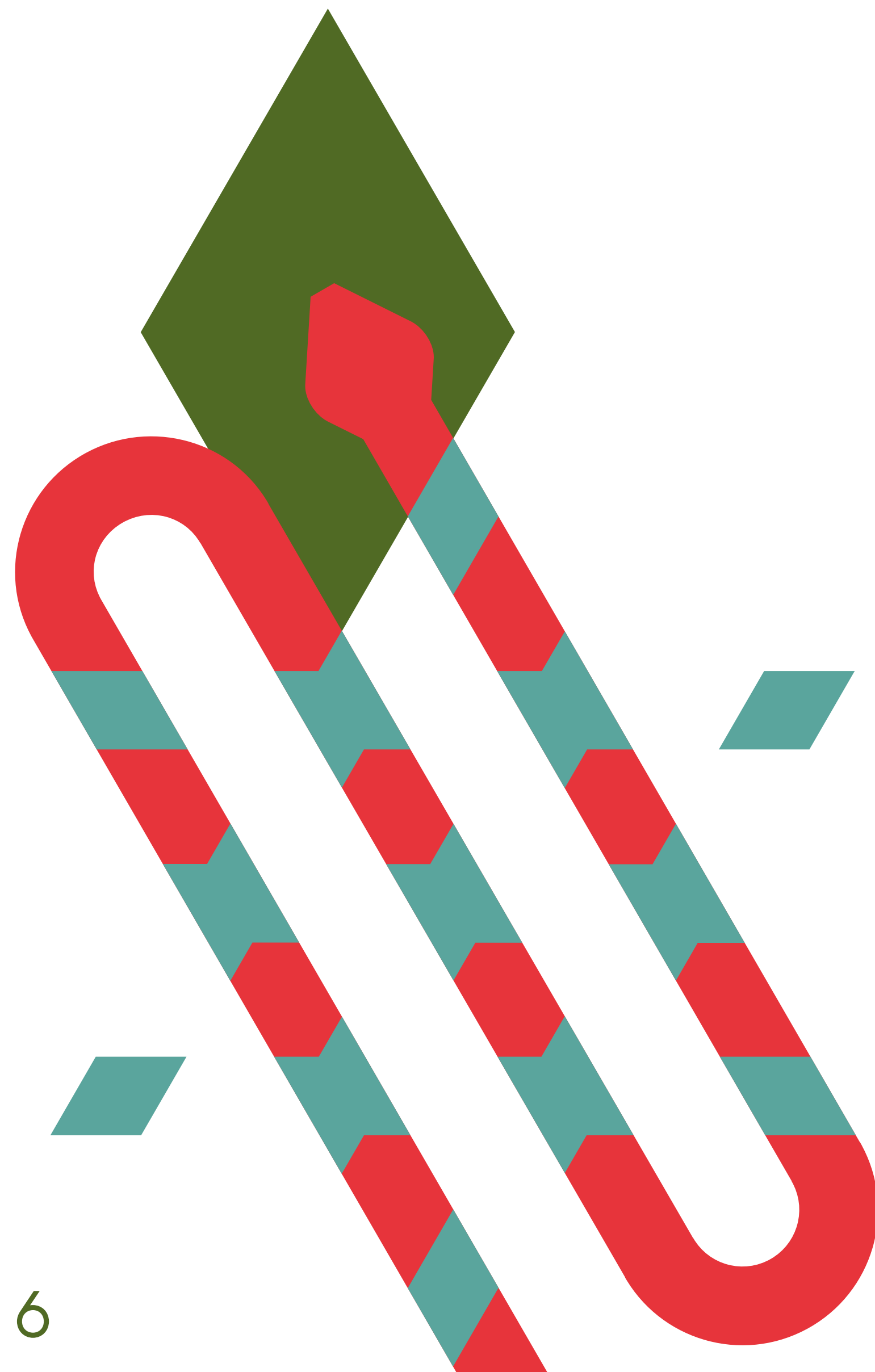


INTRODUÇÃO

01



APRESENTAÇÃO



O Museu das Amazônias é uma iniciativa da Secretaria de Estado de Cultura do Pará, do Ministério da Cultura, por meio da Lei Rouanet – Lei Federal de Incentivo à Cultura, e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com concepção e implementação do idg – Instituto de Desenvolvimento e Gestão, e do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Exemplo bem-sucedido de parceria entre o poder público e a iniciativa privada, o Museu das Amazônias tem como mantenedor o Instituto Cultural Vale, o Patrocínio Internacional da CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe, além da importante parceria técnica do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O apoio financeiro nacional é da Finep, além do patrocínio da Hydro e New Fortress Energy. O projeto também tem o copatrocínio da Ipiranga e apoio do Mercado Livre e Ultracargo.

Idealizado em 2023, a abertura do museu será em outubro de 2025, marcando o início de uma primeira fase de abertura parcial, que seguirá até fevereiro de 2026. Entre março e maio do mesmo ano, o museu estará fechado para a instalação das exposições, com reabertura prevista para junho de 2026.

Localizado em Belém, no Armazém 4A do Porto Futuro II, o museu surge no contexto das mobilizações preparatórias para a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em 2025, que será sediada pela primeira vez na Amazônia. Desse modo, constitui-se como um espaço de grande potencial para debater temas relacionados à crise climática, oferecendo uma perspectiva situada e plural sobre os modos de vida e conhecimentos amazônicos, os desafios ambientais e os caminhos para a sustentabilidade.

Cabe ressaltar a importância histórica do lugar em que o museu está inserido: o antigo complexo portuário de Belém, cuja memória material e simbólica carrega os rastros dos ciclos econômicos, das dinâmicas de ocupação e das transformações urbanas da região. Com a implantação do museu, ele ganha uma nova dimensão: a de território vivo, onde se entrelaçam memórias e possibilidades de futuro.



Foto: Carolina Evangelista

Ao valorizar a riqueza dos sistemas de conhecimentos amazônicos – que abrangem desde conhecimentos ancestrais indígenas e tradicionais até as pesquisas acadêmicas e científicas – o museu se revela como um lugar estratégico e fundamental para reflexão sobre os desafios contemporâneos. Trata-se de uma oportunidade para fomentar debates que englobam temas urgentes, contribuindo para a construção de perspectivas mais sensíveis, inclusivas e comprometidas com o futuro do planeta.

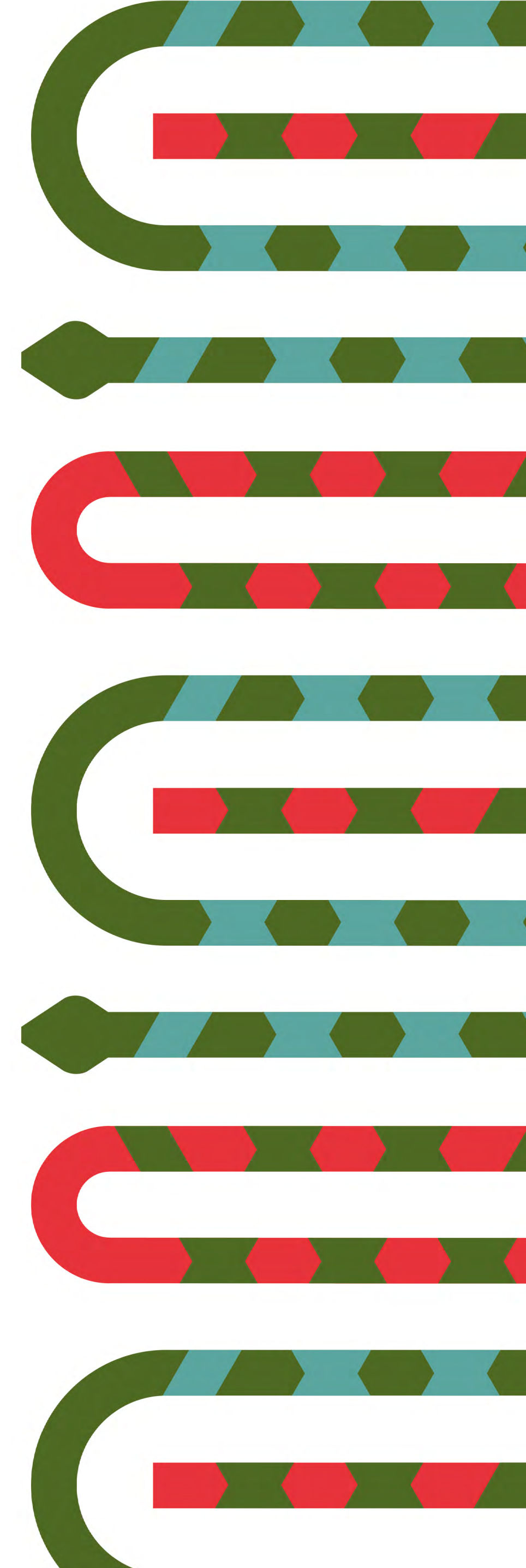
A criação do Museu das Amazônias parte do reconhecimento de demandas sociais, históricas e culturais específicas do território em que se insere. Seu principal objetivo é valorizar a diversidade de saberes e as múltiplas expressões das amazônias, promovendo encontros entre ciência, arte, educação, sustentabilidade e memória. Integrando acessibilidade, diversidade e territorialidade como ambientes construídos coletivamente, o museu se propõe a ser um espaço de reflexões e de práticas interdisciplinares e colaborativas, abrindo possibilidades para a construção participativa de conhecimentos e para o surgimento de debates transformadores e atuais.

Ao questionar fronteiras epistemológicas e descentralizar narrativas hegemônicas, o museu promove um espaço para a aproximação das relações entre cidades, florestas e as múltiplas amazônias, reconhecendo a complexidade da diversidade sociobiocultural que caracteriza a região.

A Amazônia é um lugar de contrastes, onde a riqueza natural e cultural coexiste com desigualdades sociais, pressões ambientais e processos de exclusão. Como propõe Gonçalves (2001), é necessário pensar a Amazônia em sua pluralidade – amazônias – enquanto um conjunto de territórios e conhecimentos que não pode ser reduzido à visão homogênea imposta por lógicas coloniais ou desenvolvimentistas.

Reconhecer essa pluralidade de saberes e perspectivas implica compreender as amazônias como centro estratégico de produção de ciência, tecnologia e inovação que, conforme afirma a arqueologia, tem sido característica das culturas amazônicas desde antes da chegada do conquistador europeu. Nesta abordagem integrada, a tecnologia não é vista como algo externo à floresta, mas como parte de suas dinâmicas socioecológicas, cuja valorização é imprescindível para a inspiração e construção de futuros sustentáveis em escala global.

Assim, o Museu das Amazônias se posiciona como um espaço dinâmico de experimentação, cocriação e reflexão crítica acerca dos futuros possíveis da região e do planeta. Um lugar para abordagens interdisciplinares, que possam estimular formas de compreender e intervir no mundo contemporâneo.



CONCEITOS E BASES LEGAIS

A criação de um museu sobre uma região tão complexa e diversa como a Amazônia traz consigo desafios significativos, mas também se torna um diferencial estratégico. Mais do que características regionais, esses desafios fundamentam não só a concepção do museu, como orientam sua missão e programas.

Enquanto museu das Amazônias, ele se configura como um espaço de convergências de múltiplas territorialidades, de saberes, de formas de viver e interpretar o mundo, desafiando as fronteiras físicas e simbólicas, exigindo um olhar ampliado que contemple a diversidade de contextos sociobioculturais da Pan-Amazônia. Pensar o museu somente a partir do seu entorno limitaria o alcance de sua proposta. Assim, é fundamental garantir que ele seja concebido de forma a integrar-se efetivamente ao contexto urbano e cultural de Belém, mas também de toda a região, dialogando com as comunidades locais e com os interesses nacionais e internacionais.

O Museu das Amazônias ainda está em fase de construção e tem a oportunidade única de se alinhar às necessidades e aspirações da população, promovendo a inclusão social e o diálogo intercultural. Para isso, este Plano Museológico propõe estratégias capazes de dialogar com essa complexidade desde sua origem, reconhecendo que o próprio museu nasce tendo um Plano de Escutas como premissa fundamental para futuras ações.

O Plano Museológico do Museu das Amazônias organiza as ações administrativas, técnicas e curatoriais a serem aplicadas tanto no contexto interno quanto nas atividades externas da instituição, ou seja, é um documento estratégico que traduz a identidade do museu e o seu compromisso com a sociedade.

Esse instrumento formaliza a missão, a visão e os valores da instituição, além de definir as diretrizes e os objetivos de curto, médio e longo prazos, conforme os programas que estruturam a atuação museal, promovendo coerência e efetividade na gestão do museu. Ao articular o diagnóstico, planejamento e avaliação contínua, o Plano Museológico vai possibilitar que o museu se consolide como um espaço dinâmico e alinhado ao seu território.

- **ESTRATÉGICO | PLANEJAMENTO CONCEITUAL**
É amplo e envolve toda a instituição. Define a missão, visão, valores e os objetivos.
- **TÁTICO | PROGRAMAS**
Desdobra os objetivos estratégicos em programas para cada área de ação museológica.
- **OPERACIONAL | PROJETOS**
Detalha as ações necessárias para executar os programas a curto prazo.



Por meio do planejamento institucional, o museu define sua identidade, seus objetivos estratégicos, estabelece diretrizes de atuação e organiza suas ações de forma integrada. Este planejamento pode ser classificado em três níveis: estratégico, tático e operacional (Figura 01). Com base nessa estrutura, o Museu das Amazônias visa organizar suas ações de forma articulada e cumprir sua missão de modo coerente com seus públicos (Ipem, 2009).

O Plano Museológico do Museu das Amazônias foi elaborado de acordo com as normativas do campo museal, tais como a Lei nº 11.904/2009 (Estatuto de Museus), regulamentada pelo Decreto nº 8.124/2013 e pela Instrução Normativa nº 02/2021, do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para a elaboração do Plano Museológico. Ademais, segue as recomendações da Resolução COFEM nº 03/2013, sobre a participação do profissional museólogo neste processo e as

diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional Setorial de Museus 2025-2035 – PNSM, no que se refere a valorização da diversidade, o fortalecimento da função social dos museus e a ampliação da articulação com os territórios e suas comunidades.

Também dialoga com as bases da Política Nacional de Educação Museal – PNEM, ao adotar práticas educativas relacionadas à construção coletiva dos saberes e à valorização das múltiplas formas de conhecimento. Por fim, o Plano Museológico do Museu das Amazônias se orienta pelos princípios e objetivos do Sistema Estadual de Cultura do Estado do Pará (SECPA – Lei nº 9.737/2022), que reconhece a diversidade cultural como fundamento das políticas públicas; e pelo Código de Ética para Museus do Conselho Internacional de Museus – ICOM, reafirmando o seu compromisso institucional com os fundamentos que orientam a prática museológica regional, nacional e internacional.



Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e a serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM, 2022).

Com base nessas diretrizes, o Plano Museológico maximiza o potencial do museu, possibilitando a execução de seu trabalho e o alcance de seus objetivos de maneira mais eficaz (Ibram, 2016). Além de orientar a gestão institucional, o plano oferece uma estrutura sólida para a perenidade institucional e para o fortalecimento das relações com as políticas públicas do setor.

METODOLOGIA

A elaboração do Plano Museológico requer a adoção de métodos que garantam uma abordagem estruturada, colaborativa e alinhada às necessidades institucionais e territoriais. Nesse sentido, a presente seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na construção deste plano, incluindo levantamento de bibliografia especializada, planejamento colaborativo por meio de consultas públicas e definição das diretrizes estratégicas. Esses processos visam assegurar que o museu atenda às suas funções museológicas de forma coerente, participativa, inclusiva e acessível, promovendo uma gestão eficiente e articulada com a comunidade. Desse modo, destacamos as principais ferramentas utilizadas como base para a produção do Plano Museológico do Museu das Amazônias:

LEVANTAMENTO DE BIBLIOGRAFIA ESPECIALIZADA

Para que uma pesquisa seja consistente, torna-se necessário que se inicie a partir de uma investigação bibliográfica cuidadosa, etapa essencial para compreender melhor o objeto de estudo e orientar os caminhos metodológicos. No contexto da construção de um Plano Museológico, essa etapa é ainda mais estratégica, pois fornece as bases para as decisões futuras. Assim, a pesquisa bibliográfica envolveu a análise de documentos fundamentais da área da Museologia, bem como a consulta a legislações e normativas advindas de instituições de referência, como o Instituto Brasileiro de Museus– Ibram e o Conselho Internacional de Museus– ICOM. Foram examinados também outros planos museológicos, com o objetivo de analisar as diferentes abordagens adotadas por instituições museais na construção de suas diretrizes e programas.

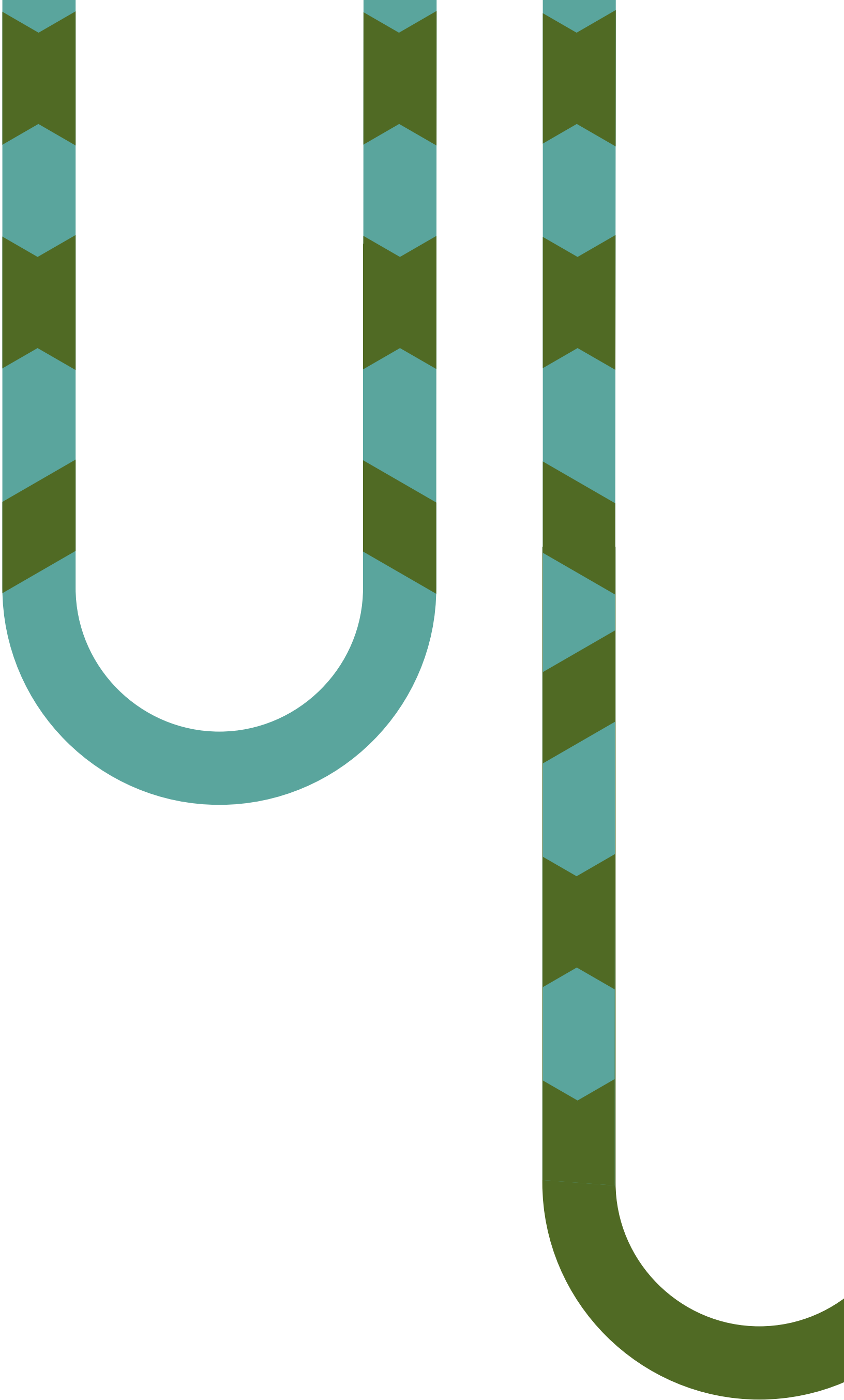
Em outra vertente, também houve a investigação através de bibliografia especializada trazida pela comissão curatorial, num processo de trabalho que envolve a construção e o aprofundamento dos conteúdos científicos e sociobioculturais, que serão tratados de forma abrangente no museu. Essa vertente de pesquisa está gerando um glossário com temas-chave – tais como sociobiodiversidade, tecnologias ancestrais, tecnologias sociais, crises, contradições e soluções trazidas pelas práticas locais, noções sobre o Bem Viver, dentre outros – que irão balizar não apenas a concepção das exposições, mas também as premissas conceituais de todo espaço museal.

PLANO DE ESCUTAS

A implementação do Museu das Amazônia teve início com o desenvolvimento de um Plano de Escutas, criado da necessidade de reunir as várias amazonias para compreender sua diversidade sociobiocultural, suas ciências, tecnologias e inovações. Para este fim, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o idg estabeleceram as bases necessárias para a criação da metodologia colaborativa deste plano, realizado em três fases. A primeira fase, chamada de Premissas, envolveu a decisão das bases para a seleção das entidades e agentes de toda a Amazônia Legal e Internacional, além dos temas e questionamentos importantes a serem considerados no trabalho. Essa fase buscou garantir a diversidade sociocultural e territorial dos participantes, com presença marcante de povos tradicionais e urbanidades periféricas. Já a segunda fase, subdividida em duas etapas, contou com a realização de escutas online e presenciais: a primeira etapa, chamada de Escutas Ampliadas | 2A, foi realizada através de entrevistas remotas feitas por cinco pesquisadores amazonidas, e envolveram mais de 60 entidades de todos os estados da Amazônia brasileira e de oito países da Amazônia Internacional. A segunda etapa, chamada de Escutas Temáticas | 2B, foi realizada em formato híbrido, com fóruns presenciais em Belém, e reunião online com agentes da Amazônia Internacional, aprofundando debates com temas e

participantes trazidos da etapa anterior. A terceira fase do plano, as Escutas Técnicas, contou com a participação de especialistas para contribuir e aprofundar temas como tecnologias sociais e urbanidades amazônicas, Amazônia negra, Amazônia Internacional, dentre outros. Para cada uma das fases do Plano de Escutas do Museu das Amazônia se produziu relatórios específicos, a partir de mais de 100 horas de entrevistas e debates, consolidadas em mais de 160 páginas. Estes vêm servindo como base de conteúdo para o desenvolvimento das ações iniciais do Plano Museológico e seus programas, inspirando também a comissão curatorial para a construção das narrativas expográficas.

O Museu das Amazônia, através do seu Plano de Escutas, já nasce com a missão de acolher as diversas visões que compõem as amazonias. O plano vem auxiliando a definição das principais premissas a serem trabalhadas e exibidas no museu, contribuindo para que os conhecimentos locais possam estar presentes ao lado dos saberes científicos, auxiliando também na preservação da floresta e de seus povos. A partir de pilares como amplitude geográfica, representatividade territorial e diversidade sociobiocultural, o Plano de Escutas buscou garantir um panorama diverso de vozes que compõem o museu.



WORKSHOP PARA COCRIAÇÃO DA MISSÃO, VISÃO E VALORES DO MUSEU

O processo de construção coletiva também contou com a participação ativa de várias instituições e profissionais do campo museal, e foi estruturado em etapas que promoveram a escuta, a colaboração e o alinhamento das proposições, abordando questões relevantes sobre o território, a cultura e os desafios da região. Nesse sentido, participaram do encontro representantes do idg, do Museu Paraense Emílio Goeldi, da Secretaria de Estado de Cultura do Pará, do Ibram, do ICOM, além das curadoras da exposição inaugural Ajuri, da Exposição de Longa Duração Amazônias no Plural, assim como pesquisadores e cientistas do território. A metodologia foi apresentada, seguida pela formação dos grupos e círculos de diálogo, que possibilitaram trocas significativas. As etapas posteriores incluíram leitura cruzada e síntese das contribuições, culminando na construção coletiva da missão e visão do museu. Por fim, foram trabalhados valores institucionais. Todo esse percurso metodológico buscou representar de forma autêntica os conceitos e perspectivas que vêm sendo atribuídos ao Museu das Amazônias no seu processo de construção.

ENTREVISTAS

Foram realizadas entrevistas com gestores culturais, agentes museais, pessoas e profissionais diretamente envolvidos no processo de construção do Museu. O intuito dessas conversas foi analisar aspectos relacionados ao projeto, principalmente no que diz respeito a programas estruturantes, como o Programa Institucional e o de Gestão de Pessoas. O processo buscou compreender não somente aspectos técnicos e administrativos, mas identificar desafios, expectativas e estratégias relacionadas à formação das equipes, dos modelos de governança adotados, das questões ligadas à sustentabilidade, à comunicação e à acessibilidade institucional. Esses diálogos criaram subsídios importantes para auxiliar o desenvolvimento de políticas internas mais sensíveis às realidades amazônicas. A transversalidade das entrevistas permitiu abordar diferentes temas e integrar ainda mais os programas do plano museológico, reforçando a importância de abordagens conectadas e colaborativas.

ANÁLISES COMPARATIVAS (BENCHMARKING)

É uma ferramenta de gestão que consiste na análise comparativa de boas práticas adotadas por instituições de referência. Foi realizada pela Transpor Museologia com o objetivo de subsidiar e inspirar novas abordagens estratégicas para o desenvolvimento dos programas do Plano Museológico. A partir da seleção de 12 instituições nacionais e internacionais, considerando critérios de afinidade temática, programática e estratégica, foram identificadas práticas relevantes e inspiradoras, capazes de orientar o posicionamento e as diretrizes do museu. A análise combinou pesquisa primária (entrevistas, questionários ou observação direta) e secundária (uso de dados disponíveis em livros, sites, publicações e relatórios institucionais). As instituições foram organizadas em cinco premissas temáticas estruturantes: Sustentabilidade, Ciência, Tecnologia, Educação, Arte e Cultura. A aplicação dessas categorias permitiu uma comparação entre os referenciais escolhidos e os eixos conceituais do museu. A partir da identificação de ações recorrentes e estratégias emergentes, foi elaborada uma análise comparativa entre Práticas de Mercado, Tendências e Inovações, com o objetivo de destacar modelos atuais, movimentos de renovação e oportunidades estratégicas que possam inspirar o posicionamento e as futuras ações do Museu das Amazônia.

Como resultado, o estudo apontou caminhos para fortalecer o posicionamento do museu como um espaço sensível à pluralidade das expressões amazônicas, comprometido com a descentralização de narrativas e com a valorização dos saberes historicamente produzidos no território.

LISTA DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS:

- Museu Paraense Emílio Goeldi
- Museu da Amazônia (MUSA)
- Museu de História Natural de Alta Floresta
- Museu das Culturas Indígenas
- Museu da Natureza e Museu do Homem Americano
- Ecomuseu da Amazônia
- Bienal das Amazônias
- Museu Nacional de Antropologia
- Museu Americano de História Natural
- Museu das Confluências
- Museu do Ouro
- CosmoCaixa Barcelona

ANÁLISE SWOT (FOFA)

Os processos supracitados serviram de base para a compreensão do cenário interno e externo do Museu das Amazônias. A partir disso, aplicou-se a Matriz SWOT – ou FOFA, na sigla em português –, uma ferramenta estratégica que possibilita analisar quatro dimensões fundamentais de uma instituição: **F**orças (**S**trengths) e **F**raquezas (**W**eaknesses), relacionadas ao seu ambiente interno; e **O**portunidades (**O**pportunities) e **A**meaças (**T**hreats), vinculadas ao ambiente externo. Tal análise contribuiu para identificar as potencialidades e os desafios do museu, orientando o planejamento museológico quanto à estruturação dos programas e das diretrizes.

O PERFIL INSTITUCIONAL: MISSÃO, VISÃO E VALORES

Todo museu, antes de existir como espaço físico, precisa existir como intenção, como propósito coletivo, como projeto de sentido. Nessa perspectiva, tornou-se essencial promover um espaço de construção compartilhada, onde fosse possível refletir sobre três questões fundamentais para trabalhar as bases conceituais do perfil do Museu das Amazônia:

- Por que esse museu existe?
- Como ele deseja atuar?
- O que ele sonha ser e transformar nos próximos anos?

Esse processo contou com a participação de várias instituições e profissionais do campo museal, e buscou traduzir – em palavras vivas e coerentes – as vozes, os valores e os desejos de quem participa da criação do Museu das Amazônia desde sua origem. Mais do que responder a uma exigência institucional, a elaboração coletiva da missão, visão e valores representou um gesto inaugural de pertencimento e compromisso com o território amazônico e seus povos.

A facilitação do processo de construção da missão, visão e valores do museu foi guiada por uma abordagem que integrou escuta ativa e métodos colaborativos voltados à cocriação. A estrutura do workshop seguiu as etapas do

modelo do Golden Circle (Círculo Dourado) articulando propósito, forma de atuação e visão de futuro de maneira participativa e conectada com o contexto amazônico. O Círculo Dourado, é um modelo conceitual desenvolvido por Simon Sinek para pensar a liderança e comunicação organizacional em empresas. Estruturado em três níveis: o “Porquê” expressa o propósito e a razão de existir; o “Como” reflete os processos e metodologias adotados e o “O quê” corresponde aos serviços ofertados. O modelo enfatiza que organizações bem-sucedidas se comunicam e inspiram de dentro para fora, focando no propósito antes de definir o que fazem ou como fazem. No campo museal, essa abordagem permite alinhar missão, práticas institucionais e oferta cultural de forma coerente, promovendo maior engajamento com a sociedade.

Durante o workshop, os participantes foram divididos em subgrupos (Figura 02) para refletirem, por meio de post-its e murais visuais, sobre o papel do museu em sua origem, sua forma de atuação desejada e seus horizontes futuros.



Figura 02: participantes do workshop realizado em Belém/PA.



A missão resume o objetivo principal do museu – descreve o que ele faz, para quem e por quê. É o momento de responder perguntas como: **Qual é o propósito do museu? O que ele busca divulgar, preservar?**

Já a visão compreende a ideia em relação ao futuro – descreve aonde o museu quer chegar a médio ou longo prazo. Qual é sua perspectiva futura?

E os valores representam as virtudes e conceitos que a instituição valoriza e aplica, que permeiam sua atuação cotidiana, baseada na sua responsabilidade frente à sociedade.

A partir dos resultados trazidos pelos grupos, uma proposta inicial de missão e visão foi apresentada à plenária e editada em conjunto, dando continuidade ao processo de cocriação. Não houve votação formal, mas sim um exercício coletivo de escuta e refinamento textual, culminando na seguinte versão final:

Missão
conectar e comunicar as ciências, tecnologias, afetos e experiências amazônicas, valorizando a diversidade biocultural de seus povos.

Visão
ser um espaço de referência e articulação dos territórios, de acolhimento, cocriação e visão crítica, onde a integração de saberes contribua para o bem viver e a construção das amazônias.

O trabalho com os valores se deu a partir da convergência de duas escutas: **a) uma nuvem de palavras construída anteriormente, a partir do Plano de Escutas e, b) uma segunda nuvem, gerada no próprio dia do workshop, a partir das contribuições dos participantes.** Cada pessoa foi convidada a escolher uma palavra de cada nuvem, gerando uma terceira camada simbólica de convergência. A partir desse cruzamento, dois valores foram definidos e outros quatro foram sugeridos, com o entendimento de que esses últimos seriam aprofundados e validados posteriormente, tanto interna como externamente.

Em síntese, a escuta realizada pelo workshop foi potente e revelou um desejo coletivo por um museu vivo, ético, territorial e transformador. O que se construiu nesse encontro não foi apenas uma base institucional – foi um gesto inaugural de pertencimento, cuidado e intenção.

VALORES

RELAÇÕES HUMANAS

Valorizamos relações que nascem do encontro humano. É na escuta, no afeto e no reconhecimento mútuo que cultivamos um museu que acolhe, respeita e aprende com as pessoas que o constroem e atravessam.

SABERES PLURAIS

Acreditamos na convivência entre diferentes formas de conhecimento: científicos, ancestrais, populares, sensíveis, técnicos, territoriais. Nos comprometemos com práticas que integram, não hierarquizam.

CUIDADO E COMPROMISSO

Cuidar do outro, do território e da memória é também se comprometer com o futuro. Valorizamos uma cultura institucional que zela, respeita e age com responsabilidade coletiva.

CORAGEM CRÍTICA

Encaramos o museu como um espaço de pensamento vivo. Assumimos o risco de questionar, escutar o incômodo e sustentar debates com ética, presença e sensibilidade.

COLETIVIDADE

Acreditamos que o que sustenta o museu é o que é feito em comum. Decidimos de forma colaborativa, compartilhamos responsabilidades e celebramos a construção conjunta.

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

Valorizamos um museu onde todas as pessoas, corpos, linguagens e histórias sejam bem-vindas. Trabalhamos por acessos diversos: físicos, sensoriais, simbólicos, culturais.




DIAGNÓSTICO GERAL: MATRIZ SWOT (FOFA)

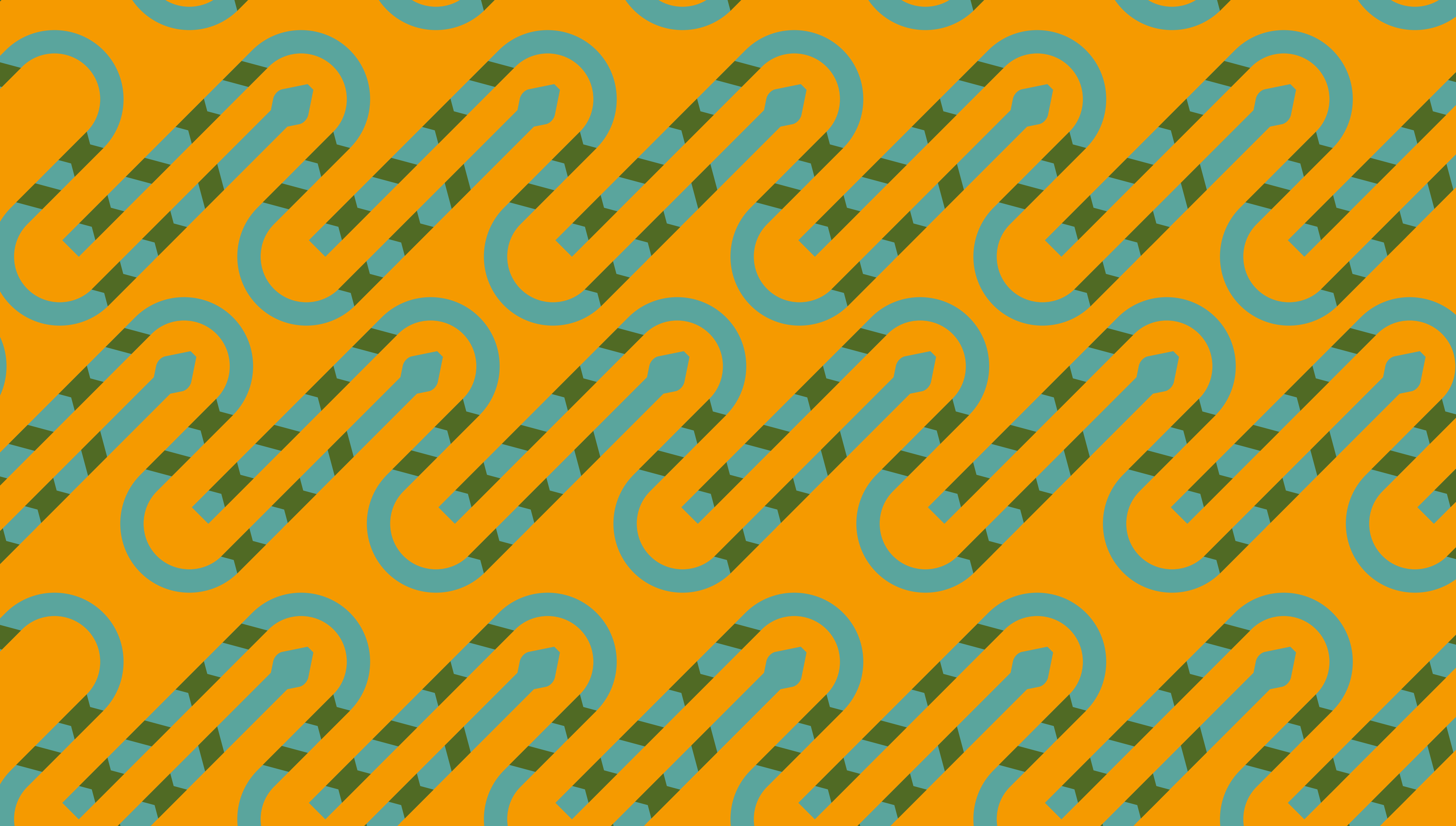
FATORES INTERNOS	
FORÇAS – PONTOS POSITIVOS	FRAQUEZAS – PONTOS NEGATIVOS
Localização estratégica: polo histórico, turístico e cultural, com ampla rede de serviços associados que complementam a experiência dos públicos. Conexão com o rio.	Ausência de um acervo consolidado, com amplas possibilidades de definição de um recorte patrimonial a longo prazo – risco de perda de identidade.
Temática de alta relevância, que articula cultura, educação, biodiversidade e promove discussões no nível local, nacional e internacional.	Infraestrutura em fase de implantação.
Potencial de inovação e experimentação na região, tanto <i>hight tech</i> , quanto <i>low tech</i> .	Equipe técnica em formação ou inexistente.
Grande articulação inicial com instituições parceiras, amplo financiamento público e privado.	Orçamento para manutenção pode ser alto para o padrão da área museológica – risco de não ser sustentável.
Plano de Escutas: construção coletiva inovadora e para além do território.	Políticas museológicas em formação.
Visão ampla da Amazônia, como território plural. O nome escolhido <i>Museu das Amazônias</i> , destacando que o museu abordará o bioma, além das definições legais e territoriais geopolíticas do Estado.	Por estar situado em Belém, e pelas dificuldades logísticas do território, risco de não conseguir potencializar e fortalecer as identidades plurais das diversas Amazônias que seu nome anuncia.
Potencial para desenvolver práticas de educação decolonial e colaborativa.	Risco de perda da identidade institucional – equipe de gestão que não participou da conceituação.
Acessibilidade e Sustentabilidade como pilares, desde sua concepção.	Desafios na construção de um modelo de gestão sustentável.
Alta visibilidade midiática e institucional, com alcance internacional devido à COP30.	Narrativa museológica que nasceu junto com a narrativa expográfica: risco de não avançar, a médio prazo, para além da exposição de longa duração.
Ter uma forma inovadora de museu de ciências que alia tradição e ancestralidade.	Necessidade de explicar ao público que esse não é um museu de arte e sim um museu de ciências.
Narrativa expográfica que valoriza a sociobiodiversidade amazônica.	

FATORES EXTERNOS	
OPORTUNIDADES (O) – POSITIVAS	AMEAÇAS (A) – NEGATIVAS
Foco em práticas colaborativas e narrativas descentralizadoras.	Instabilidade política/institucional, considerando o projeto como um legado do Governo atual.
Atrativo para redes de pesquisa, artistas, educadores e movimentos sociais.	Dificuldade de captação de recursos a longo prazo, perda de interesse pelo tema e/ou região.
Amazônia como centro de debate climático e da conservação ambiental do mundo, além da crescente valorização das memórias, ciências e tecnologias ancestrais.	Concorrência por atenção pública com outros equipamentos.
Disponibilidade de editais públicos e leis de incentivo focados no desenvolvimento da região norte, com atuação nas áreas ambientais, educacionais e culturais.	Vulnerabilidades socioeconômicas do território.
Possibilidade de cooperação com universidades, ONGs, empresas e instituições de ciência, tecnologia, meio ambiente e cultura.	Disputa no campo museal e a não legitimação do Museu das Amazônias como um museu de ciências e tecnologias.
Potencial para integrar turismo cultural e científico na região.	Risco de apropriação indevida ou superficial das culturas amazônicas.
Potencial de atuação no território, por meio de ações coordenadas em rede.	A entrada não estratégica pode gerar perda de interesse do público, afetando negativamente a frequência inicial e sustentada.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Com base na análise da Matriz SWOT, destacamos os principais *objetivos estratégicos* relacionados ao contexto do Museu das Amazônia, ressaltando tanto a superação das fragilidades identificadas quanto o aproveitamento das potencialidades.

- 
- 1. CONSOLIDAR E FORTALECER A IDENTIDADE DO MUSEU,** estabelecendo-se como museu de ciências e tecnologias, assegurando coerência com sua proposta museológica.
 - 2. INTEGRAR-SE COM A REDE DO SISTEMA INTEGRADO DE MUSEUS DO ESTADO DO PARÁ,** reforçando que este novo equipamento nasce também para fortalecer os demais já existentes, tanto da região onde o museu está inserido quanto do próprio estado do Pará.
 - 3. CONSTRUIR UMA GOVERNANÇA INOVADORA,** que estabeleça formas de convivência e articulação que integrem as questões relacionadas tanto à ciência e tecnologia ancestrais quanto à ciência e tecnologia contemporâneas. Promover a valorização das ciências ancestrais indígenas e das comunidades tradicionais, por meio das diversas práticas museais, reconhecendo sua importância e garantindo sua participação efetiva na construção de uma governança mais inclusiva e plural.
 - 4. CONSOLIDAR-SE COMO UM LEGADO** ativo voltado às questões ambientais e climáticas, promovendo a sustentabilidade como eixo estratégico de atuação e desenvolvimento institucional.
 - 5. IMPLANTAR PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E AÇÃO CULTURAL COM A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA.** Desenvolver ações educativas e culturais que articulem o museu com seus públicos, promovendo o acesso ao patrimônio, o diálogo entre saberes, a valorização das memórias coletivas e das práticas culturais do território, além de incentivar a formação crítica dos visitantes.
 - 6. AMPLIAR A PRESENÇA E ATUAÇÃO DO MUSEU NOS DIVERSOS TERRITÓRIOS AMAZÔNICOS,** ultrapassando as fronteiras políticas e geográficas, por meio de um programa continuado de ações culturais, educativas e de pesquisa, com início na região metropolitana de Belém e expansão progressiva para outras Amazônia.



CONTEXTUALIZAÇÃO

2




O TERRITÓRIO PARAENSE

O território hoje conhecido como Pará era ocupado por diversos grupos indígenas, como os Tupinambás, Tapajós, Mundurukus, entre outros. Esses povos se organizavam em redes de trocas, ocupavam o interior e as margens dos rios e desenvolveram formas próprias de gestão e uso do espaço, profundamente conectadas a seus modos de vida. Os territórios indígenas não eram – e nem são – apenas espaços físicos, mas sim ambientes de significações espirituais e sociais, historicamente estruturados por itinerários, mitos, práticas rituais e relações de parentesco. Ainda que essas territorialidades tenham sido transformadas ao longo do tempo, muitas de suas referências simbólicas e formas de organização seguem presentes e ativas. Evidências arqueológicas reforçam que a longa ocupação humana na Amazônia data do início do Holoceno, época geológica que marca o início da colonização na região, revelando que as relações sociais e culturais indígenas eram muito mais complexas do que as dos indígenas atuais, em termos sociais, econômicos e urbanos (Bueno, 2019). Além disso, elas mostram que a maior parte dos ecossistemas amazônicos são de origem humana e que passaram por profundas transformações, quando populações indígenas milenares iniciaram o manejo de florestas e a seleção cultural de plantas. Fato que teve reflexo profundo na diversidade e na organização social e política dessas populações (Clement *et al.*, 2015; Magalhães *et al.*, 2019).

Foto: Wallace Castro





Entretanto, os processos históricos das populações originárias sofreram profundo abalo com a chegada do conquistador europeu, que redefiniu a territorialidade e a própria cultura das populações nativas. Foi nessa perspectiva que o cartógrafo português Diogo Homem elaborou o primeiro mapa do Brasil, datado de 1558 e publicado no *Atlas de Diogo Homem*. Nele, o Rio Amazonas foi representado por uma gigantesca cobra, a Cobra Grande, cuja cabeça ficava na foz do Rio Pará. Na margem do Rio Pará – que quer dizer água –, encontrava-se Mairi, como era chamado pelos Tupinambás, povo originário que ocupava a região antes da chegada dos colonizadores. Foi nesse território que, em 1616, os portugueses fundaram a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará (Araújo; Azevedo, 2012).

Foi sobre os escombros dos indígenas conquistados e eliminados que os portugueses ergueram o primeiro núcleo urbano denominado *Feliz Lusitânia*, estabelecido com a construção do Forte do Presépio (Souza, 2002). Foi assim que as aldeias Tupinambá foram eliminadas, inclusive a maior delas, Mairi. Em 1621, a região foi elevada à Capitania do Grão-Pará. Posteriormente, o povoado Feliz Lusitânia se tornou a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, capital da capitania (Costa, 2016). Entretanto, em 1759, com objetivo de implantar, definitivamente, o sistema colonial na Amazônia, o português Marquês de Pombal tornou a língua portuguesa obrigatória e renomeou todas as cidades que ainda tinham nomes indígenas, enquanto Belém passou a ser chamada de *Belém do Grão Pará*, em homenagem à sua nomeação como governador geral da Capitania do Grão-Pará (Tavares, 2012).

Com a reforma promovida pelo Marquês de Pombal, teve início a urbanização de Belém, favorecida pelo sucesso no comércio das chamadas *drogas do sertão*. Esse sucesso marca o século XVIII como a data de chegada dos primeiros africanos escravizados, então representados pelo povo Mina, proveniente da Costa do Ouro na África Ocidental, além de outras diversas nações africanas: Angola, Benguela, Mandinga, Cabinda, Cassange, Mina, Calabar ou Carabá, Lalú ou Lalor, Mahús ou Makúa, Guiné, Fulupe, Bijogó, Malhi, Moçambique (Pereira, 1982). Esse amálgama vai resultar no povo e na cultura paraense e amazônica (Conrado; Barros, 2022).

Essa mistura de povos, influenciada pela resiliência das tradições indígenas e africanas, mostrou a sua força, formação social e política regional durante o século XIX, entre os anos de 1835 e 1840, quando eclodiu a maior revolta popular até hoje registrada na história do Brasil, a Cabanagem. Ela contou com a participação de indígenas, negros e mestiços, mas também, em menor escala, com alguns brancos pobres descontentes com a elite econômica local e com as políticas do governo central. Os revoltosos chegaram a conquistar Belém e a governá-la durante algum tempo. Como resposta, o governo imperial reprimiu o movimento intensamente, sufocando a revolta em 1840. Após uma longa guerra, que causou a morte de muitos cabanos, a economia local foi totalmente desorganizada, mas a elite local se consolidou definitivamente no poder, garantida pelo seu alinhamento com o governo imperial (Ricci, 2013).



Foto: Carolina Evangelista

A recuperação econômica regional, agora incluindo, além de Belém, a cidade de Manaus, capital do Amazonas, teve início a partir de 1871 e se estendeu até 1914. Essa recuperação e ascensão econômica das principais cidades da Amazônia ocorreu graças à extração do látex, "leite" da árvore seringueira (*Hevea brasiliensis*), substância que produz a borracha. A grande riqueza promovida pela extração e comercialização do látex provocou um rápido desenvolvimento urbano e econômico de Belém, cuja elite política, inspirada na *Belle Époque* parisiense, arborizou ruas, construiu praças, monumentos e obras emblemáticas, como o Teatro da Paz, tornando-a bastante europeizada. Todavia, como consequência, Belém se destacou como um importante polo comercial regional, enquanto Manaus se destacou pela industrialização (Hecht, 2007).

Com a Proclamação da República, em 1889, o Pará se tornou estado, mas entrou em decadência econômica com o fim do chamado *primeiro ciclo da borracha*. Mais tarde, entre 1940 e 1950, as autoridades econômicas tentaram revitalizar a produção com o chamado *segundo ciclo da borracha*, aproveitando possíveis demandas da Segunda Guerra Mundial, porém, os resultados foram economicamente insignificantes. Nesse interim, em 1943, foi criado o território do Amapá, desmembrado do Pará e estabelecendo os limites atuais do estado.

A situação econômica do estado do Pará e de sua capital, Belém, só começou a melhorar com a chamada *grande aceleração capitalista*, ocorrida na década de 1970. Nesse período da história, os governos da ditadura militar, então vigente no país, promoveram a abertura da Transamazônica e incentivaram a pecuária e a exploração mineral. Porém, para tanto, permitiram a perda de grande parte da biodiversidade regional, cujo valor de capital é incomensurável, já que fora obra milenar de inúmeros povos indígenas e não da mera evolução natural. Entretanto, a conquista geopolítica do então chamado *inferno verde*, como os militares e a mídia se referiam a Amazônia, acabou atraindo um grande contingente populacional proveniente de outras regiões do Brasil e, inclusive, do exterior (Silva, 2016).

Esse intenso processo de ocupação e transformação territorial não impactou apenas o meio ambiente e a economia, mas provocou profundas mudanças na composição demográfica e cultural paraense. Assim, a base das culturas amazônicas, representadas majoritariamente por matrizes indígenas, africanas e europeias, foi incrementada ao longo do tempo por fluxos migratórios de populações provenientes sobretudo do Japão e de diversas regiões do Brasil. De acordo com os dados do Censo 2022, atualmente a diversidade étnico-racial é marcada pela predominância de pessoas que se identificam como pardas, pretas ou indígenas, refletindo uma composição social plural, que reafirma a centralidade das identidades culturais do território.



SINGULARIDADES E TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

A Amazônia abriga uma das maiores biodiversidades do planeta, reunindo uma enorme variedade de espécies de plantas, anfíbios, répteis, aves e mamíferos. Essa diversidade se reflete nas distintas formações de vegetação, tipos de solos, de cores e composições das águas dos rios, nos múltiplos ecossistemas, nas línguas, sons e sonoridades, na hiperdiversidade de seres e de culturas. Porém, essa diversidade não se distribui de forma homogênea ao longo do bioma, que possui separações e barreiras naturais criando centros de endemismo que tornam cada pedaço do território amazônico único.

A bacia do Rio Amazonas é a maior do mundo em área e volume de água: ocupa mais de 50% do território brasileiro e é responsável por um quinto de toda a água doce lançada aos oceanos do planeta. Além do próprio Rio Amazonas e de seus principais tributários, a bacia compreende uma intrincada rede de riachos de pequeno porte conhecidos localmente como igarapés – em tupi, *caminho de canoa*, que historicamente conectam populações e territórios.

Essa geografia moldou o crescimento das cidades amazônicas, como Belém, que se desenvolveram ao longo dos rios, utilizando as vias fluviais como principais rotas de transporte até o século XX. Embora já existissem redes de circulação terrestre utilizadas por povos indígenas antes da colonização, foi apenas com a abertura de grandes rodovias no século XX que o transporte terrestre passou a ganhar maior destaque nas políticas de integração nacional. No entanto, mesmo com o crescimento desse modelo, o transporte fluvial permanece intenso e essencial para a mobilidade e as trocas entre os territórios amazônicos. Essa coexistência evidencia as transformações urbanas e ambientais ocorridas, especialmente no Pará (Almeida, 2014).

Mais densa e complexa do que muitas vezes se supõe, a população Amazônica é majoritariamente urbana: atualmente cerca de 76% da população vive em cidades, revelando uma urbanização acelerada e, em muitos casos, desestruturada. As cidades amazônicas ainda enfrentam sérias deficiências em relação à qualidade de vida, especialmente quando comparadas a outras regiões urbanas do Brasil. A escassez de saneamento básico, os problemas de mobilidade urbana e a carência de infraestrutura social apresentam índices muito inferiores à média nacional. Em cidades como Belém, esses déficits coexistem com pressões ambientais e sociais, refletindo um modelo de urbanização historicamente desvinculado das especificidades territoriais da região (Fajardo *et al.*, 2023).

O histórico da urbanização na Amazônia evidencia como geopolíticas sem ligação com as tradições ancestrais alteraram profundamente a configuração dos territórios e os modos de vida tradicionais da região (Fajardo *et al.*, 2023). Belém, como capital regional e um dos principais centros urbanos da Amazônia, reflete de forma acentuada essas contradições. A cidade cresceu impulsionada por ciclos extrativistas, e posteriormente se expandiu sob a lógica dos projetos de integração nacional das décadas de 1970 e 1980, sem contar com planejamento territorial efetivo e contínuo. Atualmente, a cidade enfrenta desafios complexos de infraestrutura urbana e ambiental, que agravam problemas sociais, como a pobreza e a desigualdade social (Medeiros, 2013; Fajardo *et al.*, 2023) e impactam também nos diferentes modos de vida e na preservação do bioma.

Essas transformações urbanas e territoriais estão intimamente ligadas à intensificação da degradação ambiental. Durante cerca de 65 milhões de anos, as florestas amazônicas permaneceram relativamente resilientes à variabilidade climática, mas atualmente enfrentam um cenário de estresse sem precedentes, marcado pelo aumento das temperaturas, secas extremas, desmatamento e incêndios, inclusive em áreas centrais e remotas do sistema. Os ecossistemas de água doce da Amazônia, por sua vez, vêm sendo diretamente afetados pela expansão de um modelo de desenvolvimento predatório e insustentável (Castello *et al.*, 2013).

O desmatamento e as queimadas comprometem diretamente o regime de chuvas, que pode ser reduzido em até 100 quilômetros ao redor das áreas degradadas. Nos últimos 30 anos, a Amazônia perdeu cerca de 12% da sua superfície de água, o equivalente a 1.104.575 hectares, uma área semelhante à metade do território de Sergipe.

Apesar desse cenário, estudos demonstram que os territórios ocupados por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais se destacam como barreira ambiental. Entre 1991 e 2021, o Brasil perdeu cerca de 20,4% da cobertura vegetal do país, enquanto nas Terras Indígenas (TIs) a perda foi de apenas 0,9 %. Já nas áreas privadas, a perda chegou a 19,9%. Dentre as categorias fundiárias, as TIs mantêm hoje 115,3 milhões de hectares de vegetação nativa preservada, correspondendo a 13,9% do território nacional.

De modo semelhante, os Territórios Quilombolas (TQs) perderam apenas 4,7% de sua vegetação entre 1985 e 2022, enquanto áreas privadas perderam cerca de 17%. A maior parte da vegetação remanescente nesses territórios está concentrada na Amazônia, correspondendo a 73% de áreas quilombolas do país. Além dos quilombos brasileiros, há comunidades afrodescendentes espalhadas pelas Pan-Afroamazônias, como os Bush Negroes/Bushi Conde Sama – representados por Saramakas –, N'Djukas, Paramakas, Bonis, Matawais, Kwintis e Saakikis (Suriname e Guiana Francesa), Palenques de San Basílio, Cimarrones e Raizales de San Andrés, Providencia y Catalina (Colômbia), Cumbes, Marrons/Cimarrones (Venezuela), Comunidades Afroatrateñas – Chocó (Colômbia) (Acevedo; Almeida, 2006).

Foto: Bruno Cecim / Ag.Pará



Os Territórios Indígenas e Quilombolas, somados a outros territórios tradicionais são, portanto, espaços de afirmação cultural e histórica que também contribuem decisivamente para a proteção ambiental. Eles formam corredores ecológicos, contribuem para a manutenção da biodiversidade, promovem os chamados *rios voadores* e ajudam a equilibrar o clima e os sistemas hídricos da região.

Becker (2013) destaca que o modelo de desenvolvimento imposto à Amazônia historicamente privilegiou a lógica da ocupação e da exploração econômica, em detrimento da integração dos sistemas naturais e socioculturais. Essa visão reducionista ignorou o papel estruturante da floresta e dos rios na organização territorial, resultando em cidades que, em muitos casos, se constituíram de costas para o seu ecossistema. A autora propõe para as cidades amazônicas um modelo de urbanização híbrida, onde a floresta e a cidade devem ser pensadas como dimensões interdependentes. Sua análise crítica ao modelo de urbanização aplicado permite vislumbrar práticas

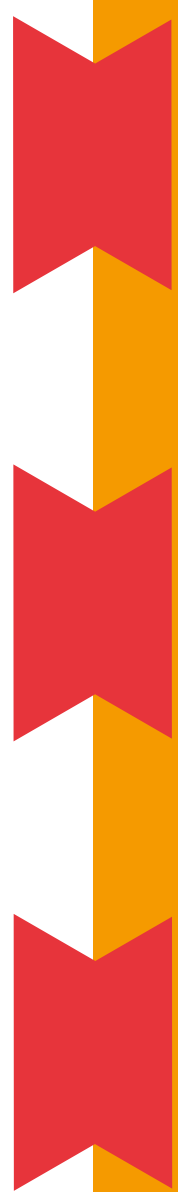
urbanas sustentáveis, pautadas na valorização dos conhecimentos tradicionais, na reaproximação das dinâmicas urbanas com os rios e na integração da floresta como elemento central nas políticas de planejamento e gestão cultural.

Nesse sentido, as pesquisas arqueológicas (Heckenberger *et al.*, 2008; Iriarte *et al.*, 2020, Prümers *et al.*, 2022) mostram evidências de que no passado as populações indígenas amazônicas desenvolveram modelos complexos de urbanização a partir de seus próprios parâmetros culturais e ecológicos. Esses conhecimentos, enraizados no território, orientavam formas sustentáveis de ocupação e manejo da floresta.

Ao longo do tempo, esses saberes originários se entrelaçaram à outras matrizes culturais, dando origem à rica diversidade de práticas e expressões amazônicas atuais. As culturas amazônicas e, em particular a paraense, são o resultado de influências indígenas, africanas, europeias e migrantes, que, ao longo dos séculos, moldaram a identidade regional. A partir da década de 1970, intensos fluxos migratórios diversificaram ainda mais esse cenário e deram origem a novas formas de expressão cultural, sem apagar as raízes locais (Conrado; Barros, 2022; Costa, 2012). Essas influências são evidenciadas nas práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio biocultural. Nas culinárias, danças, músicas,

arquiteturas, manejos da terra, festas, literaturas, oralidades, religiões, medicinas, jeitos de fazer, de expressar e de sentir, refletidos nas identidades e resiliências dos povos que habitam a região.

Para o Museu das Amazônia, todas essas manifestações são consideradas como formas de conhecimento, que incorporam tecnologias, saberes e sistemas de inovação enraizados em modos próprios de viver, interpretar e interagir com o mundo. Elas articulam passado e futuro, territórios urbanos e florestais, ciências e ancestralidades. E, como sistemas de vida e de pensamento crítico, são capazes de gerar ferramentas e métodos que apontem como soluções inovadoras para os desafios que a região enfrenta, além de inspirar o mundo.



Ao valorizar e fomentar essas expressões sociobioculturais, através do desenvolvimento de estratégias que garantam a escuta e a colaboração de seus povos, o Museu das Amazônia afirma seu espaço de articulação e acolhimento, onde as ciências e as culturas são vistas e compreendidas como um campo vivo de trocas, aprendizagens e reinvenções.



PROGRAMAS MUSEOLÓGICOS

3



PROGRAMA INSTITUCIONAL

O Programa Institucional do Museu das Amazônias reconhece que este equipamento cultural é concebido, simultaneamente, como um símbolo de reconexão da cidade com seu território. Mais do que um espaço de comunicação, de experiências e de valorização da diversidade biocultural dos povos amazônicos, ele nasce com a perspectiva de ser um agente ativo de transformação social e urbana, capaz de estimular reflexões críticas sobre os desafios ambientais contemporâneos.

Inserido no contexto do Porto Futuro II, o museu tem grande potencial para ser um ponto de convergência, articulação e conexão entre equipamentos, territórios e pessoas, por meio das ciências, tecnologias, memórias e identidades. Para isso, sua gestão deve ser coerente com sua missão e com seus objetivos estratégicos.

Este programa indica as diretrizes para a gestão institucional do museu, compreendendo sua organização interna e ações que promovam o seu desenvolvimento institucional.

Governança e modelo de gestão

O Museu das Amazônias é resultado de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Cultura do Pará – SECULT/PA, o Instituto de Desenvolvimento e Gestão – idg, o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Instituto Cultural Vale, o Ministério da Cultura, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, além de bancos de fomento nacionais e internacionais – BNDES e CAF –.

Sua concepção e implantação foi acompanhada por um Comitê Executivo formado por representantes desses integrantes acima. O museu nasce da parceria entre sociedade civil, empresas privadas e governo, e essa tríade deverá ser o pilar de sua governança e sustentabilidade.

Do ponto de vista da sociedade civil, além da condução do idg em toda a concepção e implantação, o conceito e os programas expositivos do museu foram amparados por uma ampla escuta social. Essa marca de origem deverá permanecer para que o museu cresça e se fortaleça como instituição representativa das Amazônias, suas ciências e tecnologias.



Do ponto de vista das empresas privadas, é essencial que a sustentabilidade financeira da instituição conte com aportes de patrocínios e outras parcerias que possibilitem a manutenção de todas as atividades do museu, por meio dos mecanismos de incentivo fiscal e outras possibilidades.

Como um equipamento público estadual, a participação do governo é central. Está em andamento a escolha do modelo de gestão para o Museu das Amazônia, indicando a possibilidade de parceria com organização social de cultura, regulado pela lei estadual. O modelo, bem sucedido para a gestão de importantes museus brasileiros – nos estados do CE, SP e RJ –, é inédito para a rede de museus estaduais da Secretaria de Cultura do Pará.

Uma das características desse modelo, caso adotado para o Museu das Amazônia, é a existência de conselhos que sustentam a gestão. Um deles é um Conselho de Administração, de caráter deliberativo voluntário e formado com representantes da sociedade civil e do corpo de funcionários do museu. Um segundo conselho obrigatório no modelo de gestão por OS é o Conselho Fiscal.

Outros conselhos recomendados e presentes nos museus geridos por esse modelo são de caráter estratégico e consultivo, atuantes na definição de programação cultural, exposições, acervos e demais acompanhamentos institucionais.

Todos colaboram para o fortalecimento do museu junto à sociedade e às empresas patrocinadoras, além de respaldar a Secretaria de Cultura no que diz respeito à lisura da gestão.

Ainda em relação à governança e às relações institucionais, o Museu das Amazônia integrará o SIMM – Sistema Integrado de Museus e Memoriais. O museu pode atuar no fortalecimento deste sistema, considerando a sua visibilidade, rede de parceiros privados e pela inovação no que diz respeito à metodologia de escuta ativa do território.

Outra parceria importante que deverá seguir no modelo de governança é com o Museu Paraense Emílio Goeldi. Renomada no campo científico e museológico, esta instituição poderá atuar estrategicamente no campo educacional, de pesquisa e exposições.

Base jurídica e atos normativos

O Museu das Amazônia está amparado pelo Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a SECULT/PA e o idg. Sua atuação é orientada pela legislação cultural brasileira (Constituição Federal, Estatuto de Museus/Lei nº 11.904/2009 e seu regulamento – Decreto nº 8.124/2013, e Política Nacional de Museus), além das normativas estaduais relacionadas à política de museus e equipamentos culturais (Lei nº 9.737/2022).

Recomenda-se fortemente que o museu tenha seu instrumento legal de criação – decreto e/ou lei – e seus atos subsequentes de organização e funcionamento.

Com a previsão de ser gerido por meio de parceria com instituição social qualificada como organização social de cultura, caberá à SECULT/PA desenvolver o Termo de Referência para o chamamento público, previsto para o primeiro semestre de 2026. Esse Termo de Referência pautará as diretrizes da política pública de cultura que guiará a atuação do Museu das Amazônia nos seus primeiros cinco anos. Este Plano Museológico, como instrumento estratégico de gestão, deverá ser parte das diretrizes de atuação que comporão o chamamento público.



Relações institucionais, parcerias e sustentabilidade

O Museu está vinculado à Secretaria de Cultura do Estado do Pará, mantendo ainda interlocução direta com o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, com o Conselho Internacional de Museus – ICOM e com o Museu Paraense Emílio Goeldi. Essa articulação reforça a inserção do museu no Sistema Integrado de Museus do Pará e sua contribuição para a política cultural do estado.

É importante reforçar a necessidade de buscar e consolidar parcerias estratégicas ao longo da gestão, principalmente com instituições que abordem temáticas semelhantes, mas também com pesquisadores, artistas, patrocinadores, organizações públicas e privadas, visando desenvolver ações integradas com os diferentes públicos e com o território. No território, o museu pode ser o mediador de captação de recursos para coletivos e

comunidades, usando sua capacidade institucional para abrir portas a atores que não acessariam sozinhos grandes editais e fundos, por exemplo.

As instituições e coletivos que colaboraram no processo de escutas, durante a concepção do museu são parceiros potenciais. Recomenda-se que essa articulação territorial seja mantida, por meio de criação de programas educativos, programação cultural e projetos para inclusão, educação e apoio ao fomento de ações, especialmente aos grupos não institucionalizados.

Recomendações para o Programa Institucional

Para garantir a construção e consolidação de um Programa Institucional transparente e coerente com os objetivos estratégicos do museu, recomenda-se algumas ações futuras.

PROGRAMA INSTITUCIONAL

RECOMENDAÇÕES

Garantir que o Termo de Referência para o chamamento público da entidade gestora do museu siga as diretrizes e objetivos estratégicos deste Plano de Trabalho.

Criação de organograma institucional compatível com o modelo de gestão e que atenda aos objetivos estratégicos do museu.

Estabelecimento dos conselhos e comitês de apoio à governança do museu, permitindo que a sua rede de parceiros original seja mantida e fortalecida.

Adotar critérios técnicos para composição dos cargos, garantindo coerência com a missão institucional e as práticas administrativas no modelo de gestão adotado.

Construir uma governança inovadora, inclusiva e plural, que estabeleça formas de convivência e articulação que integrem as questões relacionadas tanto à ciência e tecnologia ancestrais quanto à ciência e tecnologia contemporâneas.

Garantir a participação efetiva dos diferentes agentes do território, fazendo com que eles se reconheçam no museu e participem ativamente de sua programação e decisões.

Garantir a permanência das vozes escutadas no processo de concepção do museu. Capacitar a equipe para uma mediação cultural sensível ao território, articulando ações com lideranças comunitárias e órgãos de políticas sociais.

Estabelecer no planejamento estratégico metas anuais de parcerias com organizações sociais, ambientais, acadêmicas e empresariais, com indicadores de impacto.

PROGRAMA DE FINANCIAMENTO E FOMENTO

O Programa de Financiamento e Fomento abrange o planejamento de estratégias de mobilização de recursos, parcerias e geração de receitas financeiras com vistas à sustentabilidade econômica de longo prazo do Museu das Amazônias.

Visa apresentar estratégias para assegurar sua vitalidade econômico-financeira, contribuindo para sua sustentabilidade e para a perenidade das ações. Conforme o princípio amplamente reconhecido pelos gestores do setor cultural brasileiro, a sustentabilidade financeira deve estar como uma responsabilidade transversal da gestão, incluindo as equipes dedicadas à captação de recursos e parcerias, lideranças de áreas, diretorias e conselhos. A sustentabilidade acontece 'de dentro para fora', e deve ser um dos principais focos de investimento da organização.

O museu nasce de uma parceria bem estabelecida entre o Governo do Estado do Pará, mediante a Secretaria de Cultura; o Ministério da Ciência e Tecnologia, mediante o Museu Paraense Emílio Goeldi; e o Instituto de Desenvolvimento e Gestão – idg, uma organização social de cultura, sem fins lucrativos, responsável pela concepção e implantação e orquestração das empresas privadas que patrocinaram a iniciativa por meio da Lei Rouanet – como o Instituto Cultural Vale, o BNDES, a Hydro e New Fortress Energy, além do copatrocínio da Ipiranga e apoio do Mercado Livre e Ultracargo –. O museu também conta com o patrocínio internacional da CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe, e da FINEP.

Esse conjunto de parceiros não só marca o nascimento da iniciativa como impõe o desafio de manutenção e ampliação de novas parcerias no curto, médio e longo prazo. Essa dinâmica de financiamento é uma das principais práticas de sustentabilidade financeira de equipamentos culturais em todo o mundo.

Cada vez mais, há clareza de que a relevância de uma instituição aumenta na medida em que há mais interagentes, produtos e serviços sustentando sua operação e seus projetos. Há uma forte tendência para que esses interagentes não sejam apenas o governo e empresas, mas a própria sociedade, por meio de programas de doadores e financiamentos coletivos, em consonância com a missão institucional.

Em conformidade com o modelo de gestão proposto ao museu, que será por meio de contrato de gestão entre a Secretaria de Cultura e uma entidade privada, sem fins lucrativos, qualificada como organização social, prevê que a instituição busque construir sua sustentabilidade financeira por meio de aportes de repasse público governamental e a captação externa de recursos. Isso se alinha a uma visão de longo prazo que vislumbra a diversificação das fontes de receita e a ampliação de parcerias estratégicas que potencializam o alcance e impacto das ações promovidas pela instituição.





Eixos Estratégicos

O Museu das Amazônias terá composição orçamentária mista, com parte dos recursos oriundos de repasse público estadual, parte de seus mantenedores estratégicos e parte de outras fontes. Com base nessa premissa, o Programa de Financiamento e Fomento se articula em dois eixos, a partir dos quais se propõem ações, metas e indicadores de acompanhamento. Esses eixos refletem as principais tendências e práticas de mercado e de relacionamento institucional no setor cultural, baseando-se nos principais casos brasileiros de gestão de museus dos últimos 20 anos.

RECEITAS OPERACIONAIS

Engloba todas as fontes de recursos decorrentes da operação do museu, incluindo a receita oriunda da bilheteria – a partir de junho de 2026 – e da cessão onerosa de espaços para terceiros – especialmente a sala multiuso e loja –.

Como visão de longo prazo, pode-se prever receitas oriundas de prestação de serviços técnicos especializados – assessorias e consultorias relacionadas a temas amazônicos – e direitos autorais sobre produtos – livros e materiais educativos sobre a Amazônia –.

BILHETERIA

A venda de ingressos é uma fonte de receita importante para museus, mas geralmente representa menos de 10% do orçamento. É crucial considerar o tíquete médio, incluindo descontos e gratuidades, que são eficazes para atrair públicos, especialmente aqueles com menor poder aquisitivo ou público-alvo prioritário.

Como proponente da Lei Rouanet, o Museu das Amazônias deverá oferecer ingressos gratuitos como contrapartida social. O preço inicial será definido conforme o mercado e público, com reajustes periódicos e validação da política tarifária por órgãos competentes.

POLÍTICA DE GRATUIDADE:

Os ingressos serão gratuitos na fase inicial de abertura – até junho de 2026 –. Posteriormente, poderá ser aplicada a gratuidade a segmentos prioritários, alinhados com a missão de inclusão e acessibilidade do museu e a valorização dos povos da Amazônia, tais como:

- Crianças com até 10 anos de idade.
- Pessoas com deficiência e um acompanhante.
- Professores da rede pública (municipal, estadual e federal).
- Membros de comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas da Amazônia, mediante identificação.
- Alunos de escolas públicas da Amazônia, mediante agendamento prévio pela escola.
- Públicos em situação de vulnerabilidade social da região, mediante agendamento prévio por instituições sociais.
- Membros associados do ICOM – Conselho Internacional de Museus e do Sistema Integrado de Museus do Pará.

A meia entrada será aplicada conforme a legislação vigente, destacando as aplicáveis na região de Belém e no estado do Pará.

Além disso, poderá ser ofertada a gratuidade a todos os segmentos de públicos em datas especiais, a serem definidas conforme a programação, como por exemplo, Dia da Amazônia, Dia dos Museus, Aniversário de Belém, entre outros. Como regra geral de funcionamento, todas as gratuidades e meias entradas deverão ser comprovadas por meio de documentação específica na entrada do Museu das Amazônia. Essas e outras regras de funcionamento da bilheteria serão objeto de normativas a serem criadas para o início da operação e passarão por revisão periódica. Todas essas informações devem ser ampla e claramente divulgadas em todos os canais do Museu das Amazônia.

O Museu das Amazônia pode oferecer descontos sazonais (baixa visitação), temporários (exposições), e esporádicos (eventos/aniversário). As estratégias para atrair público incluem: parcerias com eventos locais, promoções com rede hoteleira e comércio, descontos com aplicativos de transporte em dias de grandes eventos, desconto especial para moradores de Belém e cidades vizinhas em baixa temporada, combos de ingressos para agências de turismo e dias gratuitos patrocinados por empresas.

LOJA DO MUSEU DAS AMAZÔNIAS

A loja do Museu das Amazônia complementará a experiência da visita com a venda de souvenirs, produtos autorais amazônicos, livros e artesanato. Estrategicamente localizada, a gestão será feita por um parceiro especializado, com curadoria de produtos pela equipe do museu e, idealmente, em parceria com artesãos e comunidades locais. Todo o catálogo será produzido sob preceitos de sustentabilidade socioambiental e comércio justo.

Na implantação do museu, a loja será gerida por uma Associação de Artesãos, com contrato inicial firmado até 30 de junho de 2026.

CESSÃO ONEROSA DOS ESPAÇOS

O Museu das Amazônia conta com infraestrutura e espaços que comportam diferentes tipos de eventos, sendo a cessão onerosa uma das potencialidades mais fortes para geração de receitas, especialmente considerando sua localização estratégica no Porto Futuro II, em Belém, e em vista de eventos como a COP30. Os espaços disponíveis para oferta a terceiros incluirão:

- Térreo: hall de entrada, áreas de convivência.
- Espaços Expositivos: galerias onde a circulação de grupos especiais pode ocorrer em horários específicos.
- Salas Educativas e Oficinas: para cursos, palestras, workshops e reuniões.
- Sala de Exposições Temporárias: quando não estiver em uso para exposições do museu.
- Áreas Externas: para grandes eventos, apresentações, festas, observadas as condições de uso dos espaços comuns do Porto Futuro II.

O Museu das Amazônia deve ter uma equipe e ferramentas para prospectar clientes para locações de eventos, oferecendo soluções personalizadas e acompanhamento dedicado. O processo de locação precisa ser facilitado e desburocratizado, sem atrapalhar a visitação ou colocar o edifício em risco. Recomenda-se um documento com normas e informações para os clientes e um contrato de locação para segurança das partes. Sugere-se uma tabela de preços baseada no mercado de Belém, com opções de descontos para parcerias alinhadas aos valores do museu.

Patrocínios e relacionamentos com parceiros

Envolve as fontes de recursos decorrentes de projetos inscritos em editais – nacionais e internacionais, com foco em desenvolvimento regional, ambiental, educacional e cultural –, leis de incentivo fiscal, fundos nacionais e internacionais, e fundos patrimoniais (endowments), por meio de doações e patrocínios de empresas privadas ou pessoas físicas que se identifiquem com a causa amazônica.

A) PATROCÍNIO COM RECURSOS INCENTIVADOS

O engajamento social corporativo visando a captação de recursos é, depois dos repasses públicos governamentais, a principal fonte de financiamento para a manutenção e diversificação das atividades do museu. Para a manutenção do engajamento, quando trabalhado internamente por uma equipe dedicada e com um conselho ativo no engajamento com empresas, é uma fonte de recurso que tende a crescer em resultados no longo prazo.

Para o Museu das Amazônia, situado em Belém/PA, é possível a utilização da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet, Lei 8.313/1991), nas modalidades de projetos culturais ou planos anuais/plurianuais, conforme regulamentação das Instruções Normativas correntes. Pelo potencial educativo e de inovação, em especial às tecnologias amazônicas, recomenda-se investir em outros tipos de leis de incentivo, como a Lei do Bem (Inovação, Lei 11.196/2005).

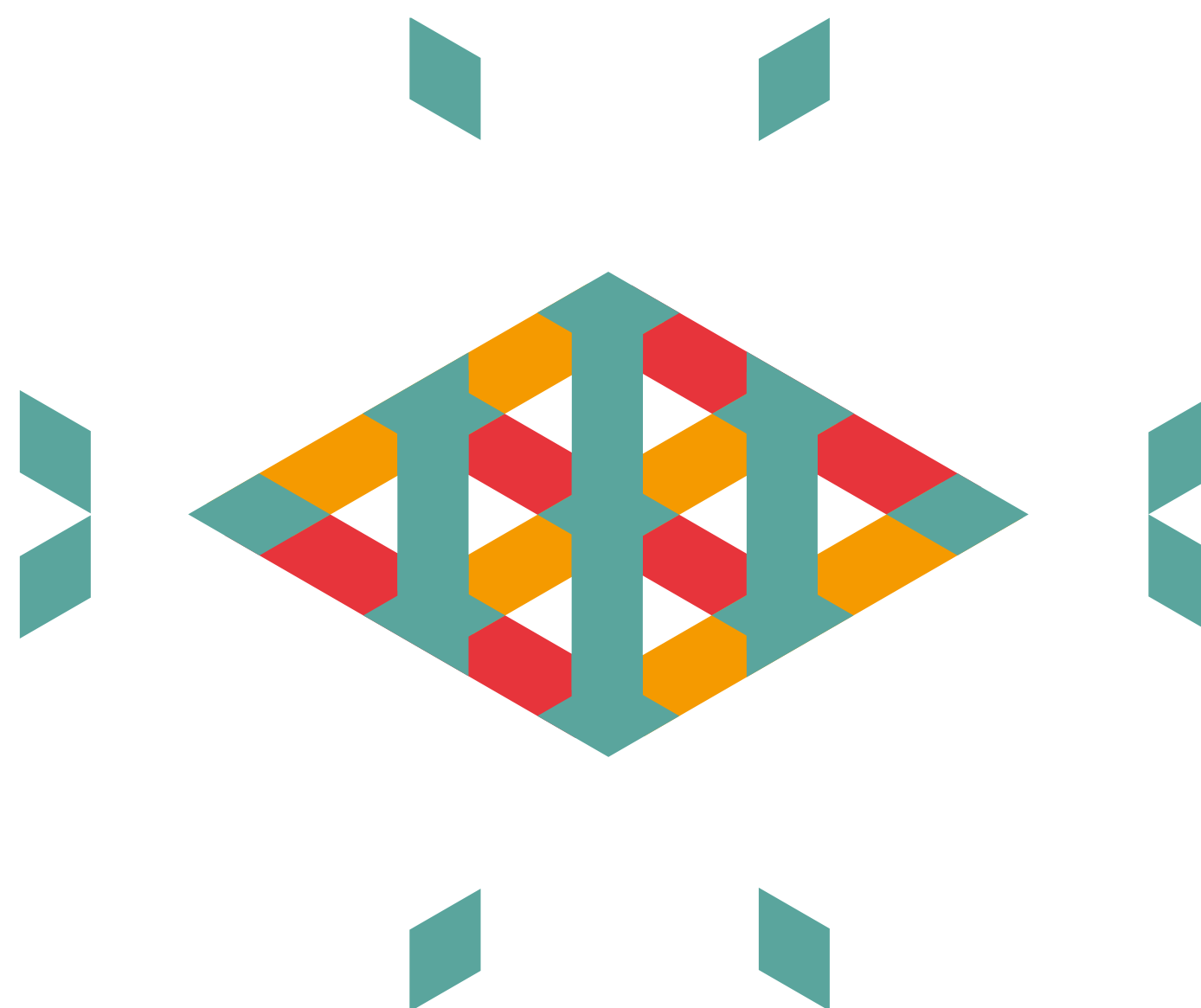
B) DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS

A captação de doações de pessoas físicas, com ou sem leis de incentivo – como a Lei Rouanet, que permite dedução de até 6% do IR para projetos culturais –, é uma estratégia promissora para o Museu das Amazônia. Isso fortalece o engajamento com a instituição e suas causas – conservação, saberes locais, educação –, gera reconhecimento e fideliza o público, além de promover a cultura de doação. É um investimento de longo prazo em recursos humanos e operacionais. Outras modalidades incluem programas de membros e financiamento coletivo, diversificando as fontes externas de receita.

C) PERMUTAS DE SERVIÇOS E MATERIAIS

Permutas de serviços e doações de materiais podem ser importantes para reduzir custo operacionais de manutenção, além de serem atrativas para os parceiros, tanto pela lógica financeira quanto de marketing, pela exposição da marca ligada a um projeto de grande relevância como o Museu das Amazônia. Exige, no entanto, procedimentos seguros para o recebimento dos itens e da mensuração do valor aportado, e precisam estar alinhadas com as reais demandas do museu.

- Para o Museu das Amazônia, as permutas de materiais podem estar associadas aos seguintes programas:
- Programa Educativo-Cultural: equipamentos e suprimentos para programas educativos com foco em soluções amazônicas. Empréstimo de equipamentos tecnológicos para eventos de grande porte – festivais, por exemplo – relacionados à cultura e ciência amazônica.
- Programa de Exposições: empréstimos de equipamentos tecnológicos para mostras temporárias e eventos culturais, com foco em tecnologias sustentáveis e inovadoras.
- Arquitetônico: materiais de manutenção do edifício – tintas ecológicas, produtos de limpeza sustentáveis –, valorizando a cadeia produtiva local.
- Comunicação: permuta de espaço em mídia – impressa e digital – para divulgação das ações do museu e da causa amazônica.





D) PARCERIAS INTERNACIONAIS

Parcerias internacionais são meios de diversificar não apenas os recursos destinados aos projetos, mas também de ampliar conhecimento e trocas de experiência com renomadas instituições estrangeiras. Por ter sido concebido com uma visão global sobre a Amazônia e estar vinculado a parcerias internacionais estratégicas – como a CAF –, o Museu das Amazônias tem um caminho pavimentado para o desenvolvimento desta frente de atuação.

Nesse sentido, o museu poderá explorar duas frentes:

- Captação de Doações no Exterior (Fundraising): realizar eventos para obter doações em mercados estratégicos que possuem grandes fundações e empresas com interesse na Amazônia, focando em atividades educacionais do museu com impacto social e ambiental.
- Projetos Internacionais e Colaborações Técnicas: engajar instituições globais de referência em comitês técnicos para desenvolver exposições temporárias, captar apoio técnico, participar de eventos internacionais, promover intercâmbio de especialistas e receber/enviar estagiários.

E) ENDOWMENT E FUNDOS PATRIMONIAIS

Fundos patrimoniais e endowments são estratégias importantes para a sustentabilidade financeira de instituições culturais no longo prazo, comuns no exterior e em crescimento no Brasil desde a Lei nº 13.800/2019. Sua implementação exige governança e gestão maduras. A lei impede que a instituição beneficiada seja gestora dos recursos, havendo empresas especializadas para a constituição e gestão dos fundos.

É possível criar, mediante o interesse das empresas, um fundo exclusivo para o Museu das Amazônias ou associar-se a fundos socioambientais/culturais existentes na Amazônia, definindo regras de captação e uso dos rendimentos, amparados em análise jurídica. A constituição de um fundo patrimonial poderá fortalecer toda a rede de museus paraenses e coletivos amazônicos dedicados às ciências e tecnologias, constituindo algo pioneiro na gestão de museus públicos no país.

PROGRAMA DE
FINANCIAMENTO
E FOMENTO

RECOMENDAÇÕES

Estabelecer as principais fontes de recurso e financiamento e premissas alinhadas aos valores e atividades finalísticas do Museu das Amazônias e a partir das premissas orçamentárias de gestão provenientes da SECULT/PA.

Delinear premissas para mobilização de recursos junto a empresas e pessoas físicas, no Brasil e no exterior, indicando, quando pertinente, estratégias de atuação e relacionamento que reflitam a visão plural e decolonial do museu.

Desenvolver relacionamentos com patrocinadores, parceiros institucionais, doadores e outros agentes que já contribuam ou possam vir a contribuir com recursos, enfatizando o compromisso com a sustentabilidade e a valorização dos povos da Amazônia.

Indicar a gama de atividades que dão suporte às ações de fomento, como mapeamento de editais – especialmente para o desenvolvimento da região Norte, ambientais, educacionais e culturais –, elaboração de projetos de captação, plano de vendas, cessão onerosa de espaços, entre outros.

Colaborar no planejamento de ações de aproximação com os públicos do Museu das Amazônias, identificando potencialidades de parceria e engajamento comunitário.

Criar as ferramentas e normativos para gestão das receitas operacionais, especialmente para a cessão onerosa dos espaços.

Criar os planos para cotas de patrocínios e contrapartidas para a fase de gestão do Museu das Amazônias, cumprindo com as obrigações pactuadas junto aos parceiros da implantação do Museu.

Garantir o cumprimento das contrapartidas aos parceiros, acordadas na fase de implantação do Museu.

PROGRAMA DE GESTÃO DE PESSOAS

O Programa de Gestão de Pessoas reconhece que a força de um museu vivo reside na qualidade de sua equipe e na capacidade de construir relações de confiança e colaboração com seus diversos públicos. Ele tem como objetivo estruturar e acompanhar o desenvolvimento da política de recursos humanos do Museu das Amazônias, por meio de sua entidade gestora, garantindo a formação de equipes qualificadas e comprometidas com a missão institucional.

Importante ressaltar que a atuação da equipe do museu precisa ser pautada em uma mediação cultural sensível ao território, na escuta ativa e na inclusão social, possibilitando que populações historicamente marginalizadas – como feirantes, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ambulantes, dentre outros – encontrem no museu um espaço de reconhecimento e expressão.

O programa também valoriza o desenvolvimento profissional e o bem-estar da equipe, recomendando rotinas de formação, canais de participação interna e avaliação de desempenho. Além disso, reforça a importância de parcerias estratégicas com órgãos e entidades dedicados a capacitação e formação profissional, potencializando a rede de apoio do museu.

Ao articular capacitação interna, participação comunitária e valorização dos trabalhadores, o Programa de Gestão de Pessoas contribui para consolidar o Museu das Amazônias como um espaço de conexão e convivência plural, promovendo a inclusão e o protagonismo de diferentes agentes sociais.

Foto: Lucas Geminiani



Diagnóstico e Diretrizes estruturantes

O Museu das Amazônias está em fase de implantação, com equipe técnica ainda em formação. Durante a primeira fase de operação – outubro/2025 a fevereiro/2026 –, que será dirigida pelo idg, a previsão é de que 80% da equipe seja composta por pessoas nascidas ou residentes no Pará, reforçando a representatividade local.

A operação exige a composição de equipes multidisciplinares que abrangem áreas como administração, financeiro, manutenção, atendimento, comunicação, educativo, curadoria, segurança e limpeza. Parte dos serviços será realizada por prestadores terceirizados – manutenção predial, climatização, brigada de incêndio, segurança patrimonial, limpeza, entre outros –.

Os recursos humanos representam, em média, 50% dos custos globais de operação do museu, configurando-se como o principal investimento de manutenção. Isso exige planejamento cuidadoso para equilibrar a folha de pagamento com a sustentabilidade financeira da instituição.

A construção de uma base sólida para o Programa de Gestão de Pessoas está fundamentada nas seguintes diretrizes:

- **CONSTITUIR EQUIPES QUALIFICADAS E REPRESENTATIVAS**, com predominância de profissionais locais, valorizando a diversidade e a inclusão.
- **ASSEGURAR PROCESSOS TRANSPARENTES DE CONTRATAÇÃO**, respeitando legislações trabalhistas e políticas institucionais.
- **OFERECER CAPACITAÇÃO CONTÍNUA** para que os colaboradores atuem de forma integrada com a missão e valores do museu.
- **PROMOVER UM AMBIENTE DE TRABALHO SAUDÁVEL**, baseado em colaboração, respeito e valorização das pessoas.
- **EQUILIBRAR CUSTOS** de pessoal com a sustentabilidade financeira da instituição.



Foto: Thiago Rosa

Sugestão de cargos e funções

A estrutura prevê cargos de direção, coordenação e execução. Entre os principais estão:

- Direção Geral – articulação institucional e execução estratégica.
- Coordenação Administrativa e Financeira – gestão orçamentária, contratos, folha de pagamento.
- Coordenação de Operações e Tecnologia – manutenção predial, segurança, tecnologia e infraestrutura.
- Coordenação de Comunicação – estratégias institucionais, imprensa, redes sociais.
- Coordenação de Programação e Expografia – produção, acompanhamento de exposições e eventos.
- Coordenação Educativa – mediação cultural, acessibilidade, ações com escolas e comunidades.
- Museólogo – desenvolvimento e acompanhamento de planos, programas e projetos museológicos.
- Recursos Humanos – contratação, treinamento e gestão de equipes.

Além disso, o museu conta com prestadores de serviços terceirizados em segurança, manutenção, brigada de incêndio, limpeza, climatização, tecnologia e operação de equipamentos.

Objetivos, ações, metas e indicadores

Para organizar e desenvolver o Programa de Gestão de Pessoas, propõe-se abordagens analíticas baseadas nas diretrizes citadas, organizados em planos de ações, metas e indicadores de monitoramento/avaliação:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	METAS	INDICADORES
IMPLANTAR EQUIPE MÍNIMA E GARANTIR FUNCIONAMENTO INICIAL DO MUSEU	Contratar equipe essencial para abertura, priorizando profissionais locais e garantindo a representatividade de gênero, raça e territórios amazônicos.	Equipe mínima contratada antes da inauguração, assegurando diversidade na composição.	Número de profissionais contratados e percentual de representatividade nas equipes.
	Realizar treinamento inicial sobre missão, valores e políticas internas – compliance, ética, atendimento ao público –.	100% dos colaboradores treinados no primeiro ano.	Percentual de colaboradores treinados.
	Definir organograma funcional e responsabilidades de cada cargo.	Organograma definido e validado institucionalmente.	Documento de organograma aprovado.
	Estabelecer contratos de terceirização para manutenção predial, segurança, limpeza e climatização.	Todos os serviços terceirizados formalizados.	Número de contratos firmados.
CONSOLIDAR GESTÃO DE PESSOAS COM FOCO EM CAPACITAÇÃO E DIVERSIDADE	Criar plano de capacitação continuada para equipe técnica e administrativa.	Plano de capacitação implementado até o segundo ano.	Número de capacitações realizadas por ano.
	Implementar programas de integração e avaliação periódica de desempenho.	100% dos colaboradores avaliados anualmente.	Percentual de colaboradores avaliados.
	Desenvolver políticas de incentivo e reconhecimento aos colaboradores.	Política de reconhecimento em vigor até o terceiro ano.	Documento de política de reconhecimento implantado.
	Ampliar a diversidade de perfis profissionais, incluindo indígenas, quilombolas e outros representantes dos territórios amazônicos.	Ampliação de pelo menos 20% na diversidade de perfis.	Percentual de colaboradores de perfis diversos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	METAS	INDICADORES
DESENVOLVER EQUIPE COM COMPETÊNCIAS EM MEDIAÇÃO CULTURAL E INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA	Capacitar a equipe em metodologias de escuta ativa, abordagem comunitária e inclusão social.	Treinar 100% da equipe em pelo menos duas formações anuais.	Lista de presença e avaliação de treinamentos.
AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROGRAMAÇÃO DO MUSEU	Criar mecanismos para que comunidades – feirantes, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ambulantes, etc. – proponham e participem de exposições e eventos.	Garantir que 30% da programação anual seja proposta ou realizada com participação comunitária.	Número e percentual de eventos/ exposições com coautoria comunitária.
AMPLIAR POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL, BEM-ESTAR E ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO	Estruturar programa de bolsas e estágios em parceria com universidades locais.	Programa de bolsas implantado até o terceiro ano.	Número de bolsas/estágios oferecidos.
	Consolidar plano de carreira para colaboradores fixos.	Plano de carreira definido e em vigor até o quinto ano.	Documento de plano de carreira aprovado.
	Ampliar políticas de bem-estar e saúde ocupacional.	Implementação de ao menos três ações de bem-estar.	Número de ações de bem-estar implantadas.
	Fortalecer programas de voluntariado e engajamento comunitário.	Programa de voluntariado consolidado até o quinto ano.	Número de voluntários ativos por ano.
FORTALECER VÍNCULOS INSTITUCIONAIS PARA INCLUSÃO SOCIAL	Estabelecer parcerias com órgãos como Assistência Social, Defensoria Pública e associações comunitárias.	Firmar ao menos três parcerias formais até o segundo ano de operação.	Termos de cooperação assinados e ações conjuntas realizadas.
VALORIZAR E ENGAJAR A EQUIPE DO MUSEU	Criar canais internos de comunicação e participação; implementar avaliação anual de desempenho.	Realizar avaliação de desempenho e reunião de feedback com 100% da equipe anualmente.	Relatórios de avaliação e planos de desenvolvimento individuais.

PROGRAMA DE PESQUISA E ACERVO

Bases conceituais e metodológicas: temas e caminhos possíveis

Para o Museu das Amazônias, a pesquisa e o acervo não são instâncias separadas, mas sim dimensões interdependentes de um mesmo processo construtivo. O acervo nasce da própria investigação, que fundamenta a concepção do museu e, assim como a pesquisa, desenvolve-se continuamente a partir do Plano de Escutas, dos conhecimentos e das práticas sociais que se expressam sobre diferentes suportes e linguagens (orais, escritas, visuais ou performáticas).

Desde suas primeiras ações, o Museu das Amazônias vem se desenhando como um espaço de articulação, de experimentação em metodologias colaborativas de pesquisa e de produção de conteúdo. O primeiro marco de investigação sistematizado pelo museu pode ser considerado o desenvolvimento e a execução do Plano de Escutas, realizado em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi.

A proposta conceitual se estrutura na centralidade dos territórios e da diversidade dos sujeitos amazônicos, compreendidos em suas diversas complexidades. Nesse sentido, reconhece a noção de multiterritorialidade (Haesbaert, 2004), pois compreende que os indivíduos e as comunidades vivem e produzem conhecimento a partir dos múltiplos vínculos territoriais, sejam eles físicos e/ou simbólicos.

De encontro aos modelos científicos universais, que historicamente abordaram a Amazônia como um objeto a ser investigado, o Programa de Pesquisa é pautado na noção de ciência estendida, ou seja, reconhece com o mesmo grau de legitimidade as ciências acadêmicas e as ciências locais. Essa visão propõe um campo ampliado de produção de conhecimento, onde diferentes modos de conhecer – acadêmicos, tradicionais e ancestrais – dialogam e se complementam. E nesse contexto, o museu se posiciona como um espaço de conexão e articulação desses saberes, não como um detentor deles.

Foto: Rafael Luz / Ag. Pará



Essa perspectiva se alinha ao conceito de museu-processo (Rússio, 1980), onde o museu é compreendido como um processo social dinâmico, diretamente relacionado à realidade da sociedade em que está inserido, promovendo a participação, o diálogo e o pensamento crítico. Ou seja, nesse cenário o foco não é o objeto, e sim o sujeito social (o público e as comunidades). Enquanto um processo, ele está em constante construção. Ele se transforma junto com a sociedade e com o movimento contínuo de reinterpretação das culturas.

O programa propõe metodologias colaborativas e sensíveis aos modos de existência amazônicos. Nessa linha, as escutas territoriais, as narrativas orais, os registros audiovisuais, os mapeamentos colaborativos, dentre outros, são possibilidades para a concepção e desenvolvimento de pesquisas alinhadas aos territórios.

Esses conceitos e metodologias são fundamentais para embasar o Programa de Pesquisa e Acervo do Museu das Amazônia, uma vez que a participação ativa das comunidades e a função social do museu são os focos

centrais. Em síntese, a pesquisa é vista como prática de escuta, de troca e de coautoria, emergida das relações com os territórios amazônicos. Ela dialoga diretamente com os debates contemporâneos da museologia social e decolonial, ao se destacar como um campo de ação crítica, voltado para a participação e escuta dos sujeitos e de suas memórias (Cury, 2016; Chagas, 2008).

A partir dessas premissas, é possível vislumbrar alguns eixos temáticos que podem orientar o desenvolvimento das linhas de investigação do museu, principalmente no que diz respeito às conexões entre saberes científicos de diferentes matrizes. A região amazônica possui uma riqueza de conhecimentos indígenas e tradicionais, ainda pouco integrados à produção acadêmica. Essa lacuna não se deve à falta de relevância deles, ao contrário, plataformas internacionais como o Painel Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) e iniciativas brasileiras como Brasil Plural: Bases para a Sustentabilidade da Amazônia (BPBES), vêm reconhecendo a urgência dessa integração para a conservação da biodiversidade e compreensão das mudanças ambientais.

O desafio está em como fazer essa aproximação de maneira respeitosa, ética e metodologicamente consistente. O Museu das Amazônia tem grande potencial para ser esse espaço de experimentação e articulação entre saberes, promovendo práticas colaborativas entre as ciências acadêmicas, indígenas e locais, inclusive na curadoria e mediação das exposições.

As ciências, tecnologias e inovações ancestrais, que nascem dos conhecimentos tradicionais, ganham um lugar de destaque neste contexto. Elas são compreendidas a partir de uma concepção ampliada de tecnologia, que ultrapassa o humano e reconhece os saberes ecológicos, coletivos e territoriais como formas legítimas de produção do saber, pensamento e transformação social. Essas tecnologias devem ser abordadas não apenas como conteúdo, mas como metodologia de trabalho museal, orientando as práticas de pesquisa e integrando-se aos demais programas do Plano Museológico.



Sugestão de eixos prioritários de pesquisa

- Ciências e tecnologias sociais
- Cosmologias e espiritualidades
- Ecologias dos saberes e crise climática
- Narrativas e memórias amazônicas
- Periferias amazônicas
- Urbanidades amazônicas
- Amazônias negras
- Amazônia Internacional
- Sociobioeconomia

O acervo como memória viva dos povos e territórios amazônicos

O acervo do museu não parte de uma coleção material tradicional. Ele nasce juntamente com a concepção do museu e com grande potencial para se tornar um acervo digital substancial. Para isso precisa passar pelos processos de curadoria museológica (ser inventariado, catalogado e armazenado de forma segura e ética).

A proposta é que o acervo cresça e se estruture à medida que o museu fomenta suas pesquisas, tomando como base os registros digitais e memoriais, onde o foco central seja as pessoas e as ciências amazônicas. Paralelamente, priorizar a curadoria de conteúdos, visando ampliar o conceito do acervo, é fundamental para a construção de novas abordagens museológicas.

Escuta como metodologia e ética curatorial

Além de seguir todas as diretrizes, critérios e procedimentos que servirão de base para orientar a formação, a conservação, a documentação e o uso do acervo, recomenda-se a construção de protocolos éticos e metodológicos de escuta (prática já adotada pelo museu desde sua concepção) que sejam orientados pela reciprocidade, pela autoria reconhecida e pelo direito à não exposição, sobretudo quando provenientes de povos indígenas e comunidades tradicionais. Ressalta-se que o museu deve atuar como cuidador e repositório e não como proprietário ou intermediário dominante dos conhecimentos coletados.

Essa política deve ser coerente e clara desde o início, com acordos transparentes, respeito à vontade das comunidades e estratégias de retorno dos conteúdos. A construção de um repositório digital exige não somente uma estrutura técnica, mas compromissos ético-políticos com os direitos culturais e intelectuais dos seus povos.

Recomendações para o Programa de Pesquisa e Acervo

Para que o Programa de Pesquisa e Acervo continue se desenvolvendo como um processo construtivo contínuo e seja consolidado de acordo com a coerência institucional do museu, recomenda-se algumas ações futuras. Ao adotar algumas práticas desde sua fundação, o museu tem a oportunidade de estabelecer diretrizes sólidas e alinhadas com suas premissas curatoriais.

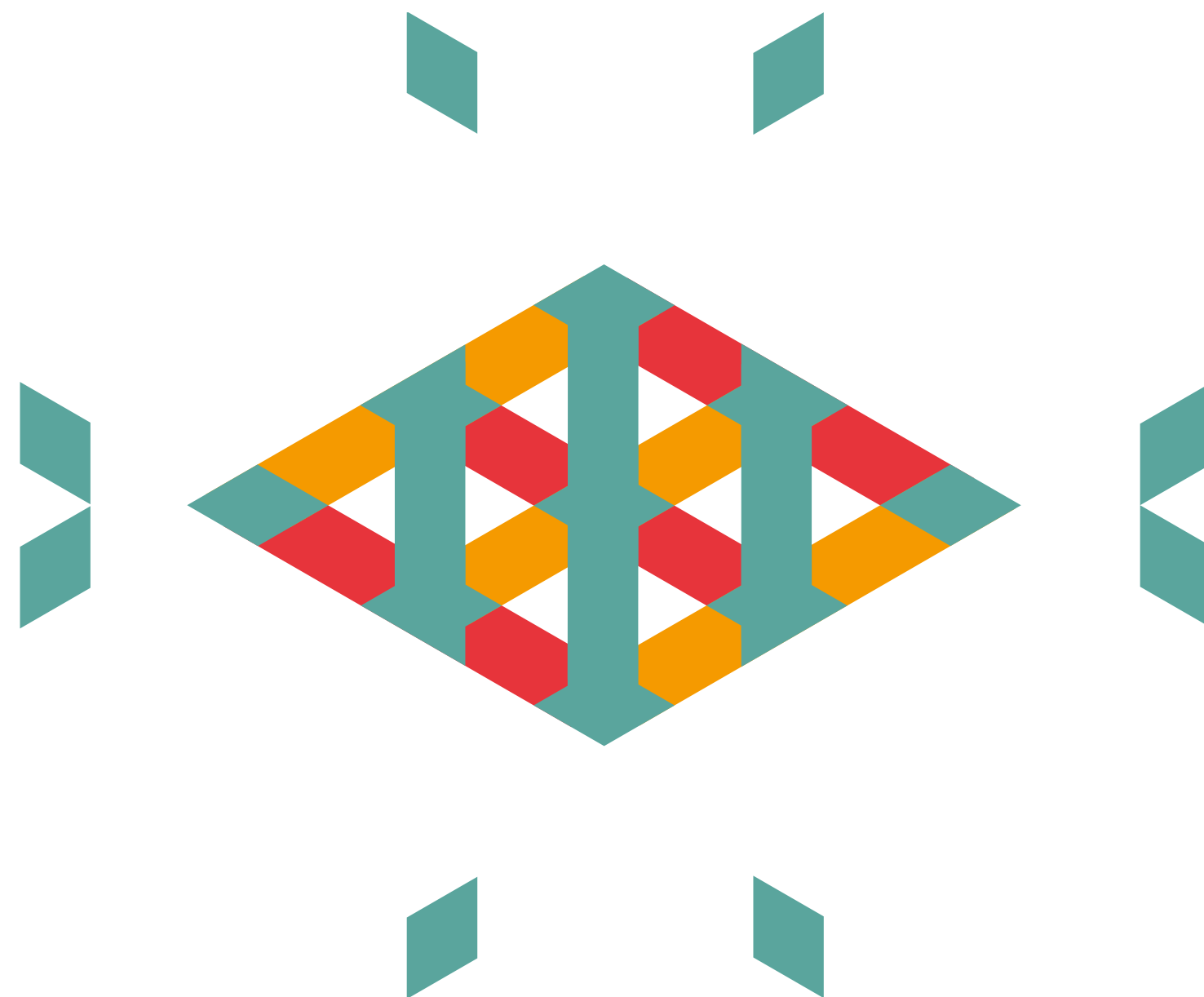
BOAS PRÁTICAS ADOTADAS		RECOMENDAÇÕES
PROGRAMA DE PESQUISA	Desenvolvimento de um Plano de Escutas baseado na construção coletiva.	<div>→ Estabelecer um núcleo de pesquisa vinculado ao acervo, visando consolidar o museu como um espaço de produção e circulação de conhecimento.</div> <div>→ Incorporar diretrizes de uso ético dos dados, com reconhecimento da autoria comunitária e protocolos de devolução dos conteúdos.</div> <div>→ Adotar as ciências e tecnologias sociais como eixos de pesquisa. Estimular projetos interdisciplinares, com foco em ciências e conhecimentos ecológicos, coletivos e territoriais.</div> <div>→ Investir em projetos que explorem metodologias para a integração científica, com protagonismo dos sujeitos locais detentores desses conhecimentos.</div>
PROGRAMA DE ACERVO	Escuta ativa e proposta de curadoria compartilhada.	<div>→ Desenvolver a Política de Gestão de Acervos, com base nas diretrizes museológicas vigentes e nos objetivos estratégicos do museu. Realizar isso de forma simultânea ao levantamento e inventário inicial do acervo permite que as categorias e critérios de seleção sejam definidos a partir das práticas reais do museu e das especificidades do acervo.</div> <div>→ Reconhecer a pluralidade dos tipos de acervo: o museu pode adotar uma concepção ampliada de acervo, incluindo registros de experiências, conteúdos de exposições, processos de escuta e materiais educativos, tratando-os conforme sua natureza (museológica, arquivística ou bibliográfica).</div> <div>→ Priorizar a documentação museológica desde o início do processo, sendo esta padronizada e integrada: é fundamental criar padrões de catalogação que facilitem a recuperação da informação e alimentem sistemas de gestão de conteúdo e exposição. Isso vale especialmente para conteúdos dinâmicos, como painéis digitais e exposições interativas.</div> <div>→ Adotar uma plataforma de gestão que seja compatível com as necessidades do museu.</div> <div>→ Antecipar soluções para a conservação digital e os riscos de obsolescência tecnológica. É fundamental registrar detalhadamente as informações técnicas sobre materiais, equipamentos e sistemas utilizados, prevendo sua manutenção ou substituição. Parcerias com profissionais de tecnologia da informação (TI) são essenciais para garantir a integridade, a segurança e a longevidade dos acervos digitais desde o início.</div> <div>→ Estabelecer protocolos claros para atualização de conteúdos e dados.</div> <div>→ Integrar os setores no processo de gestão do acervo: a articulação entre museologia, educativo, expografia, TI e comunicação é essencial para garantir que a gestão do acervo digital esteja alinhada com a operação do museu como um todo.</div> <div>→ Promover acordos para a circulação de acervos, trocas metodológicas e fortalecimento mútuo das agendas políticas e territoriais.</div>

PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES

No campo museológico, as exposições são vistas como a principal forma de comunicação dos museus com seus públicos (Werneck; Costa; Pereira, et al., 2010). Mais do que uma organização planejada de objetos, obras, instalações e outros elementos, elas são uma prática interpretativa que apresenta narrativas conceituais, visuais e sensoriais, capazes de informar, educar, entreter, provocar diferentes reflexões, mobilizar múltiplas linguagens e formas de expressão. Por meio das exposições, os museus articulam conhecimento, memória, identidade e crítica, uma vez que o próprio processo de concepção expositiva reflete os posicionamentos ideológicos e políticos da instituição (Ibram, 2017).

As exposições permitem ao museu apresentar conteúdos que expressam sua missão cultural e educativa, atuando como espaços de comunicação, educação e engajamento social. Elas têm o potencial de promover experiências significativas, estimulando reflexões críticas, por meio da diversidade de temas, suportes expositivos e linguagens. Elas não se restringem apenas ao ambiente dos museus, mas sim podem ser desenvolvidas em diferentes formatos e contextos, alcançando diferentes públicos (Werneck; Costa; Pereira, 2010).

Ao conceber suas exposições, o Museu das Amazônia parte do princípio de que expor é, antes de tudo, um gesto comunicacional que envolve escolhas curatoriais e posicionamentos institucionais (Cury, 2005). Nessa abordagem, a exposição não se limita à exibição de objetos materiais, ela pode ser concebida e desenvolvida a partir de diferentes suportes, como imagens, sons, vivências sensoriais, narrativas e muitos outros, combinando diferentes formas de ver, conhecer e representar a Amazônia em sua complexidade e pluralidade, tornando as exposições um organismo vivo e responsivo aos debates do presente, ainda que não se apoie necessariamente em acervos físicos tradicionais.



Curadoria e a concepção da narrativa expositiva

O processo de curadoria das exposições do Museu das Amazônias, tanto da mostra *Ajuri*, considerada uma prévia conceitual, quanto da exposição de longa duração *Amazônias no Plural*, seguiu alguns princípios. O ponto de partida da narrativa curatorial foi baseado na seguinte pergunta:

O que torna a Amazônia tão especial?

Essa questão orientadora auxiliou a comissão a eleger temas e critérios expográficos, analisando o que diferencia a região em escala local, nacional e global. Entre os temas estruturantes, destacam-se **i) a biodiversidade e a hiperdiversidade amazônica; ii) os processos ecológicos e sociológicos, e seus benefícios para a humanidade em múltiplas escalas; e iii) a relevância global da Amazônia como território estratégico para o futuro climático e ecológico do planeta**. Esses eixos serviram de base para organizar uma narrativa que refletisse a singularidade na Amazônia, sem cair em generalizações.

A participação de pessoas indígenas – lideranças e intelectuais – no processo de construção da narrativa expositiva do museu contribuiu diretamente para a definição de temas e conceitos. A curadoria foi trabalhada numa perspectiva multinarrativa, com a finalidade de contemplar diferentes formas de expressão como legítimas: orais, visuais, espirituais e corporais. Com isso, as exposições têm potencial para operar como um “encontro de mundos”, onde as cosmologias, tecnologias e modos de vida possam servir de base para uma reflexão sobre o papel humano na salvaguarda das amazônias.

A proposta curatorial compreende a exposição como um dispositivo crítico e sensível, capaz de desconstruir estereótipos, valorizar saberes locais e ativar os sentidos. Para isso, a concepção da narrativa expositiva assume como base conceitual o rompimento de visões dicotômicas entre

natureza e cultura, abrindo espaço para uma experiência multissensorial e emocional, capaz de provocar reflexões e afetos. A ideia é fazer com que os visitantes não apenas vejam objetos ou informações, mas sintam a urgência dos desafios da Amazônia, compreendam sua dimensão global e se reconheçam como parte do problema e da solução.

Outro aspecto relevante da narrativa expositiva é o compromisso em buscar romper com a lógica extrativista de se pesquisar sobre a Amazônia, propondo, em seu lugar, outras formas de escuta, troca e presença. Logo, a resistência dos povos amazônicos, as tecnologias ancestrais e sociais, e a valorização da ciência local ocupam um papel central nessa discussão.

Por fim, cabe ressaltar o desafio de conceber exposições de longa duração que se mantenham relevantes em um mundo marcado por transformações tão aceleradas. Mais do que apresentar conteúdos estáticos, as exposições foram pensadas para ser parte de um processo contínuo e ampliado, ou seja, como uma plataforma dinâmica, capaz de criar dispositivos expositivos que incorporem a escuta contínua, a atualização de conteúdos e a capacidade de dialogar constantemente com a cidade e com os territórios amazônicos, sustentando a coerência da narrativa na medida em que se reconfigura diante das novas demandas e debates, sem perder a essência e identidade institucional.

Ajuri: a exposição inaugural
do Museu das Amazônias

A exposição temporária, feita como um Ajuri – prática coletiva de cooperação, mutirão e construção conjunta – apresenta os fundamentos curatoriais, os princípios conceituais e os caminhos expográficos da exposição de longa duração do museu, funcionando como introdução e, ao mesmo tempo, como convite à participação ativa no processo.

Com uma circulação fluida e circular – entrada e saída se dão pelo mesmo ponto –, há o uso predominante de tecnologias digitais e interativas para desenvolver a narrativa expositiva, aliando-a a materiais, sons e texturas naturais, que remetem a riqueza sensorial da região amazônica.

O espaço expográfico foi organizado em três áreas principais, concebidas de maneira a refletir as mensagens-chave do projeto:



→ AMAZÔNIAS NO PLURAL: VOZES DE UMA FLORESTA CULTURAL

A primeira área introduz o visitante ao Museu das Amazôniaas, um museu de ciência, enraizado nos modos de existência, saberes e tecnologias das múltiplas amazônias, território plural, composto por diferentes modos de viver, saber e imaginar. Amazôniaas urbanas, ribeirinhas e indígenas são reconhecidas como produtoras de conhecimento. A ciência amazônica articula oralidade, empirismo, cosmologias e práticas cotidianas. O espaço traduz essa proposta em uma ambiência sensorial e polifônica. Com estrutura aberta e orgânica, a sala convida à escuta e ao encontro. Um videomapping desenvolvido a partir do processo de escuta, com vozes, imagens da biodiversidade e processos socioecológicos compõem a ambientação da sala, fortalecendo a não dicotomia entre natureza e cultura.

Há um corredor de ligação entre as áreas um e dois, onde o visitante é envolvido por uma instalação concebida pelo artista Paulo Desana, inspirada na cobra grande. Uma projeção de água em movimento percorre o chão, evocando o fluxo da cobra cósmica. Esse deslocamento simbólico orienta a travessia do público, que é levado a percorrer o espaço como quem acompanha a formação de novos mundos. A instalação dialoga diretamente com a arquitetura do corredor (e com a futura expografia da exposição de longa duração) respeitando sua condição de passagem contínua. Não se trata de um espaço de permanência, mas de fluxo – e é justamente nesse movimento que a imagem da cobra grande ganha força como eixo visual e conceitual da experiência.

→ AMEAÇAS E CRISES: CINZAS DO PRESENTE

A segunda área da exposição evidencia a crise climática em curso nos territórios amazônicos. A crise deixa de ser projeção futura e se impõe como uma realidade presente que reorganiza modos de vida, paisagens e sistemas de conhecimento. A partir da noção de Piroceno, o fogo é adotado como chave para compreender os impactos das queimadas e as lógicas que as sustentam, revelando processos contínuos de apagamento cultural e ecológico. Organizada em torno de três tempos do fogo – equilíbrio, desequilíbrio e regeneração –, a sala é estruturada por um vídeo em capítulos. O fogo, ao se tornar recorrente, desestabiliza os ciclos ecológicos e dificulta a regeneração. A espacialidade monocromática reforça a sensação de colapso e convida à pausa, evidenciando tanto a destruição quanto as práticas de cuidado que resistem.

→ COLETIVIDADE: A UNIÃO COMO ENSINAMENTO

A área final emerge a possibilidade de reinvenção, luta e resistência coletiva. Inspirada no Ajuri – mutirão –, apresenta a Amazônia como território de redes vivas, onde ciência e tecnologia se constroem de forma compartilhada. Aqui a coautoria é adotada como método de trabalho. Esta área também apresenta uma visualização concreta do museu porvir.



Relação com os públicos, interatividade e atualização

Para além da simples transmissão de conteúdo e informações, o planejamento expositivo priorizou a experiência sensorial e emocional do visitante, buscando promover o encantamento, a interação e os processos coletivos de escuta e aprendizagem. Isso se reflete na escolha de temáticas regionais, como por exemplo, as técnicas construtivas tradicionais, vistas não como elementos cenográficos ou ilustrativos, mas como saberes vivos, capazes de provocar os diferentes sentidos.

As exposições são voltadas para o público amazônico, que precisa se reconhecer e se ver representado na narrativa museal. Paralelamente, comunica-se com os visitantes externos ao território, que chegam à Amazônia com diferentes imaginários. Para isso, a construção de uma linguagem comunicativa que seja ao mesmo tempo enraizada e aberta, local e global, territorial e cosmopolita, torna-se fundamental.

A transversalidade com outros programas do Plano Museológico, sobretudo com o Educativo, de Pesquisa e o de Comunicação, será essencial para promover a interatividade e prever dinâmicas de atualização constante, abertas ao diálogo e às transformações que os contextos amazônicos exigem, assegurando a vitalidade das exposições ao longo do tempo. A interatividade não se restringe simplesmente a aparatos tecnológicos, mas está relacionada com as possibilidades de escuta, de movimentação e modificações, podendo ser utilizada como uma ferramenta para retroalimentar o conteúdo das exposições.

Práticas e recomendações

PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES	BOAS PRÁTICAS ADOTADAS	RECOMENDAÇÕES
	Adoção de uma comissão curatorial integrada, composta por profissionais de diferentes áreas, promovendo a articulação de diversos saberes. Essa estrutura valorizou o confronto construtivo de ideias, fortalecendo a narrativa expositiva, com visões plurais e complexas.	<div>→ Construir uma política de exposições: para orientar e estabelecer os princípios e critérios que guiarão a concepção, o planejamento, a execução e a avaliação das exposições, garantindo coerência institucional.</div> <div>→ Construir núcleos curatoriais colaborativos, cocriados com comunidades indígenas e tradicionais, como práticas de integração de saberes.</div> <div>→ Assumir a exposição de longa duração como uma plataforma dinâmica e sensível às urgências amazônicas.</div> <div>→ Prever dispositivos curatoriais que permitam atualização contínua, tanto de conteúdo, como de linguagem.</div>
	Processo curatorial construído a partir de escutas, diálogos e trocas com diferentes atores e territórios, com respeito a diversidade epistemológica amazônica.	<div>→ Garantir que os Programas de Exposição, Pesquisa, Educativo e Comunicação estejam interligados por ciclos de escuta e práticas curatoriais, para manter a exposição viva e atualizada.</div> <div>→ Mapear e estabelecer parcerias com museus amazônicos, coletivos de comunicação, centros culturais e as diferentes comunidades amazônicas. Tais articulações são fundamentais para evitar sobreposição de papéis e fortalecer o campo museal amazônico como um todo.</div>
	Incorporação de temas regionais no contexto de um museu de ciências – como o processo de musealização de técnicas construtivas tradicionais –, promovendo trocas de saberes e o reconhecimento da produção local como ciência.	<div>→ Desenvolver um programa de itinerâncias: tanto para receber exposições nacionais, quanto para levar a visão das amazônias para outros lugares. Ressaltando a importância de ter exposições produzidas por pessoas da região.</div> <div>→ Sistematizar as premissas curatoriais, de modo a garantir a preservação e o fortalecimento da identidade plural da instituição. O museu foi concebido a partir de múltiplas vozes e visões amazônicas, logo, torna-se fundamental registrar de forma clara e coesa todo esse processo, para orientar a instituição ao longo do tempo, principalmente diante de possíveis mudanças de gestão.</div>

PROGRAMA EDUCATIVO E CULTURAL

O Programa Educativo e Cultural do Museu das Amazônias dialoga com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Museus – PNM, de 2003, e da Política Nacional de Educação Museal – PNEM, de 2017, ao reconhecer o museu como espaço de educação, inclusão social e valorização da diversidade cultural. Nesse sentido, o programa tem como objetivo principal promover ações educativas que valorizem e integrem os saberes, identidades e patrimônios amazônicos, ajudando o museu a cumprir seu papel social de forma acessível, inclusiva, sustentável, ética e com a participação das comunidades (ICOM, 2022).

Foto: Lucas Geminiani

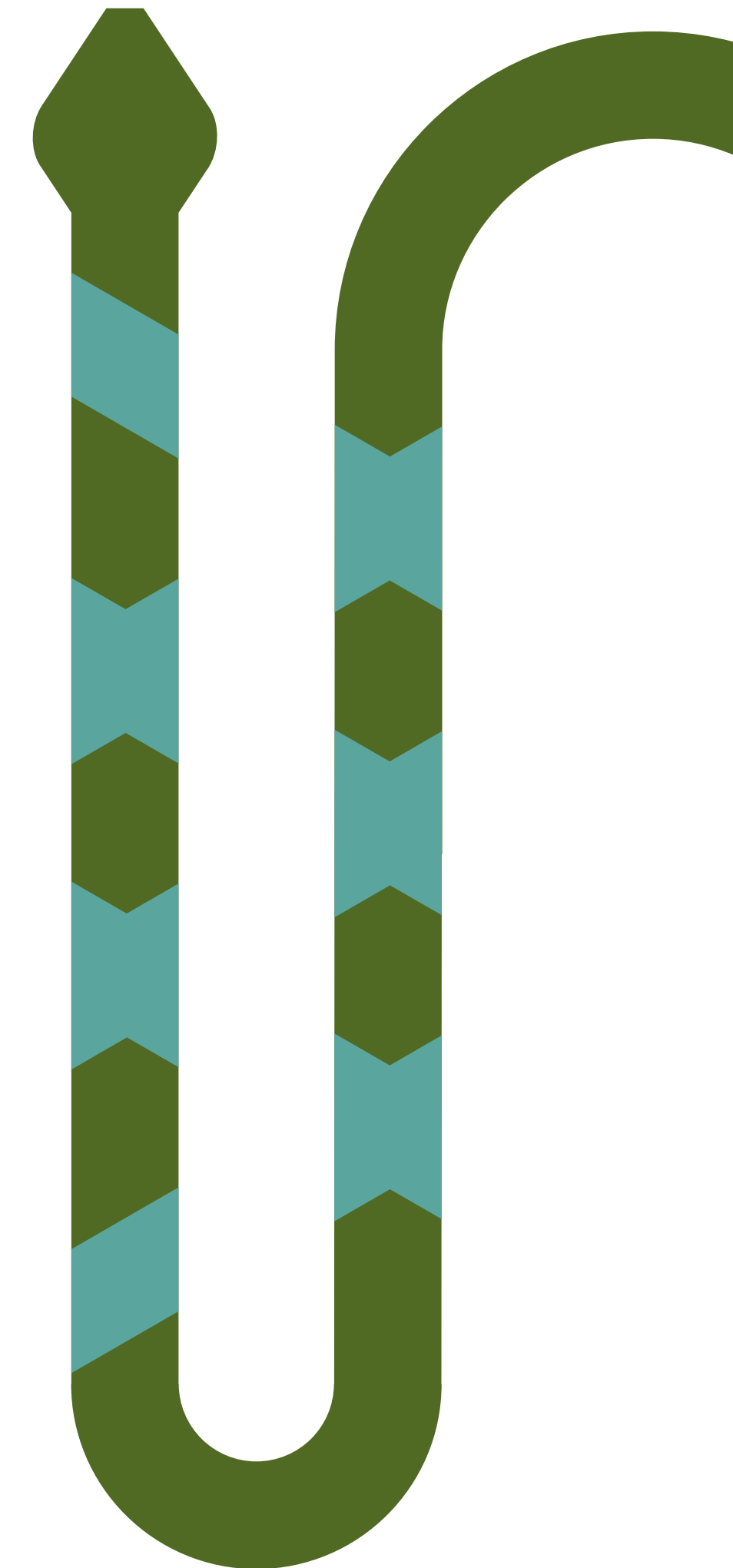


Como garantir que o museu seja um espaço inclusivo, que valorize a diversidade cultural e promova a participação ativa das comunidades?

Como conciliar a necessidade de conservação do patrimônio natural e cultural com as aspirações de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população?

Essas são questões centrais que serviram de base para a construção das ações educativas.

A relevância do museu como instrumento de educação e transformação social é inegável. Por meio dos diferentes modelos de ações educativas, o Museu das Amazônias pode se tornar um espaço de aprendizado e empoderamento, onde as comunidades locais se reconheçam como protagonistas de sua história e cultura. Além disso, o museu pode atuar como um catalisador de políticas públicas de cultura e educação, articulando-se com outras instituições e iniciativas na região.





A partir de um diagnóstico preciso e de diretrizes estratégicas bem fundamentadas, espera-se que o museu possa cumprir sua missão de forma cada vez mais efetiva e transformadora, consolidando-se como um legado do presente para as futuras gerações. Além disso, museus têm sido reconhecidos como importantes mediadores de processos de construção identitária e fortalecimento comunitário, especialmente em territórios onde a história oficial frequentemente marginaliza saberes e narrativas locais (Fenzl et al., 2020).

A proposta educativa do Museu das Amazônias dialoga com a perspectiva de Fannon (1961), para quem a cultura é um dos campos fundamentais da luta anticolonial. O museu pode ser um espaço onde os “condenados da terra”, os povos historicamente marginalizados, reconstroem sua dignidade e protagonismo.

Nesse sentido, o museu não apenas complementa a educação formal, mas também fortalece o debate sobre políticas públicas voltadas para a cultura, o meio ambiente e a inclusão social na Amazônia.

Seguindo essa perspectiva, destacamos a educação diferenciada, que se constitui como uma concepção pedagógica que reconhece e valoriza as múltiplas formas de existência, saberes e culturas presentes no território brasileiro. Mais do que uma adaptação curricular, ela se apresenta como uma estratégia política e pedagógica de enfrentamento às desigualdades históricas, assegurando o direito à educação de populações que, por muito tempo, estiveram à margem das políticas públicas, como os povos indígenas, comunidades quilombolas, populações do campo, ribeirinhos e outros grupos tradicionais.

Esse modelo parte do princípio de que a escola não pode ser uniforme, pois os sujeitos que dela participam possuem realidades, histórias, modos de vida e necessidades distintas. Assim, a educação diferenciada propõe a construção de práticas pedagógicas que respeitem a

identidade cultural dos estudantes, valorizem os saberes comunitários e dialoguem com os contextos locais, sem renunciar à qualidade e acesso ao conhecimento sistematizado.

No Brasil, a educação diferenciada está amparada por um conjunto de marcos legais e normativos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), bem como pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, do Campo e Quilombola. Essas normativas orientam a formulação de políticas públicas que reconhecem o direito de cada povo a uma educação que respeite sua cultura, língua, território e formas próprias de organização.

Rogério Haesbaert (2004), ao discutir a noção de território e identidade, contribui para compreensão da importância da territorialidade nos processos educativos diferenciados. Para ele, reconhecer os territórios simbólicos dos sujeitos é também reconhecer as suas formas de viver, saber e resistir. Isso se traduz, na educação, na valorização dos modos de vida e das práticas culturais que marcam a existência de cada povo.

Ao reconhecer que cada grupo social detém experiências, narrativas e formas próprias de construir conhecimento, a educação diferenciada se aproxima naturalmente da educação museal, entendida como o conjunto de processos educativos que ocorrem em museus, centros de memória, ecomuseus e iniciativas comunitárias de salvaguarda cultural. Embora situada no campo da educação não formal, a educação museal assume papel estratégico na defesa do direito à memória e na reafirmação dos territórios simbólicos dos povos (Haesbaert, 2004).

Nesse sentido, integrar educação diferenciada e educação museal significa articular escola, território e memória em um projeto político-pedagógico que combate a homogeneização cultural e sustenta a construção de sociedades verdadeiramente plurais. Ao fazer do ato de lembrar um ato de educar, reafirmamos que não há justiça social sem reconhecimento pleno das histórias, dos lugares e dos conhecimentos que constituem a riqueza humana.

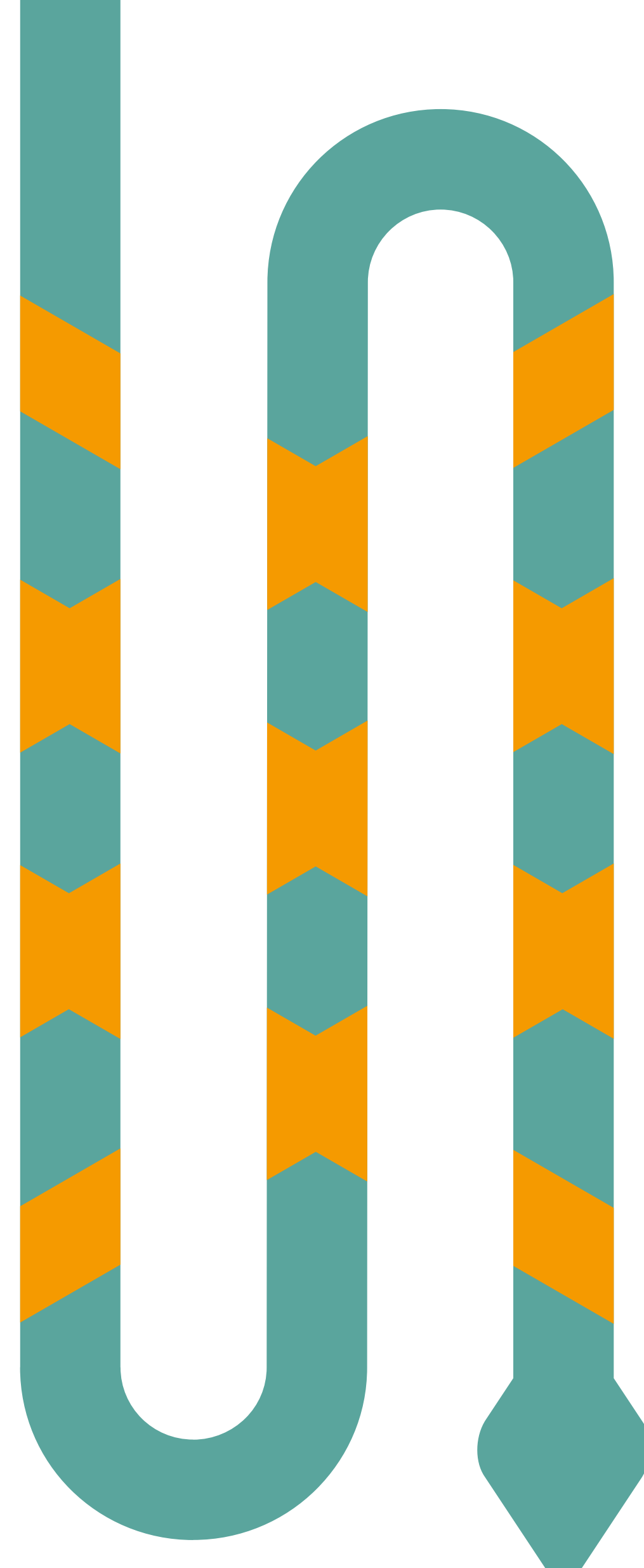
Foto: Lucas Geminiani




A imagem construída da Amazônia ao longo da história muitas vezes se assemelha ao que Edward Said (2007) denominou de “orientalismo”: uma construção imaginária, exótica e subordinada do outro.

Romper com essas narrativas estereotipadas e permitir que os sujeitos amazônicos contem suas próprias histórias é um dos desafios centrais do museu.

Para a construção do Programa Educativo e Cultural do Museu das Amazônias foi imprescindível realizar um diagnóstico sobre o contexto urbano, social e cultural da região, fazer um levantamento dos temas centrais que foram abordados e debatidos durante o Plano de Escutas nos territórios, assim como entrevistas com educadores museais e representantes de comunidades locais. Com base nesses elementos, foi possível pensar em práticas educativas e culturais que dialogam com o território.





Paralelamente a este levantamento, analisamos as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da instituição, tomando como base a Matriz SWOT. Em seguida, após o cruzamento dessas informações, criou-se estratégias para potencializar os pontos fortes, mitigar os pontos fracos e aproveitar as oportunidades, além de minimizar as possíveis ameaças.

Em síntese, os resultados apontam para a necessidade de programas educativos que integrem cultura e meio ambiente, valorizem a diversidade cultural local e promovam a inclusão social. Foram identificadas lacunas como: a necessidade de equipe qualificada, necessidade de formação de educadores, ausência de um acervo educativo, além de oportunidades como práticas colaborativas e narrativas descentralizadoras, parcerias com universidades e redes culturais, iniciativas de turismo sustentável, editais de financiamentos públicos e privados. Como forças, destacamos o potencial de inovação e experimentação, o potencial para desenvolver práticas de educação decolonial e colaborativa, o apoio de instituições parceiras e a temática de alta relevância: que articula cultura, educação, biodiversidade e promove discussões a nível local, nacional e internacional.

Essa análise orienta a definição de estratégias que maximizem as forças e oportunidades, enquanto minimizam as fraquezas e ameaças, garantindo que o Museu das Amazônia seja um espaço inclusivo, sustentável e alinhado às demandas da região.

De acordo com este diagnóstico, as diretrizes estratégicas propostas foram organizadas em dois grandes grupos:

a) Gestão e organização interna: com foco na gestão da equipe educativa, no planejamento pedagógico e institucional, produção de documentos e materiais educativos, monitoramento e avaliação.

b) Ações educativas e culturais: com foco na Educação Patrimonial e Ambiental, Inclusão Social, Valorização da Diversidade Cultural e Sustentabilidade.

Essas diretrizes visam transformar o Museu das Amazônia em um espaço de referência na preservação e valorização do patrimônio cultural e ambiental da região, contribuindo para a construção de um futuro mais justo e sustentável.

PLANEJAMENTO
DE AÇÃO

Objetivos:
orientar e elaborar diretrizes que integrem tanto a gestão e organização interna, como as ações educativas e culturais. Abaixo os objetivos estratégicos, ações propostas, metas e indicadores dentro de cada grupo.

Gestão, planejamento pedagógico e institucional

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	METAS INICIAIS	INDICADORES
Montar equipe qualificada para gerir as atividades educativas do museu	Definir o perfil profissional da equipe educativa com base nas diretrizes do PNEM e nas bases conceituais do museu.	Elaborar perfil e plano de cargos/funções no primeiro semestre.	Documento com a definição de perfis; planilha orçamentária; número de cargos previstos e critérios para a seleção.
	Levantar planilha orçamentária e buscar fontes de financiamento para contratação.	Estimar o orçamento necessário e identificar pelo menos duas fontes de financiamento.	
	Incluir critérios de formação e experiência territorial como diferencial na seleção.	Formalizar esses critérios nos editais ou processos seletivos.	
Elaborar as bases conceituais e metodológicas do Programa Educativo	Produzir um documento interno com os fundamentos teóricos e metodológicos que nortearão as ações educativas.	Concluir e validar o documento em até seis meses após início da equipe.	Documento produzido e validado; número de versões revisadas com base em escutas.
	Promover escuta com representantes de setores educativos de museus parceiros e instituições da Amazônia.	Realizar pelo menos duas escutas técnicas e uma roda de conversa no primeiro ano.	Números de escutas realizadas; números de sugestões incorporadas ao documento.
	Estabelecer diálogo com redes de museus comunitários e coletivos educativos para revisão crítica das diretrizes do programa.	Incorporar contribuições externas na segunda versão do documento	Participação de representantes comunitários; impactos no redesenho do plano.
Produzir documentos e materiais educativos	Desenvolver materiais educativos em diferentes formatos – impressos, digitais, táteis, audiovisuais – adaptados aos diferentes públicos.	Produzir pelo menos seis materiais no primeiro ano – dois por eixo temático –.	Número de materiais produzidos; diversidade de formatos e públicos contemplados.
	Criar cartilhas, roteiros, jogos e exposições com linguagem acessível e identidade visual integrada à comunicação do museu.	Garantir coautoria com pelo menos três parceiros externos – escolas, coletivos, dentre outros –.	Número de materiais coproduzidos; feedback de usuários e parceiros.
Monitoramento e Avaliação	Criar um instrumento de avaliação baseado em indicadores de alfabetização científica e na percepção dos públicos.	Aplicar o instrumento em 100% das visitas agendadas e em ações formativas.	Número de avaliações aplicadas; análise qualitativa dos dados coletados.
	Realizar diagnósticos periódicos com base em escuta ativa, observação e análise de conteúdo das ações educativas.	Produzir pelo menos um relatório de avaliação a cada semestre.	Existência de relatórios; incorporação dos dados no planejamento de ações futuras.
	Estimular a autoavaliação da equipe educativa e o registro reflexivo das ações desenvolvidas.	Promover encontros trimestrais de autoavaliação e relato de experiências	Número de reuniões realizadas; número de registros sistematizados.

Ações Educativas e Culturais

Eixo 1 – Educação Patrimonial e Ambiental

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	METAS INICIAIS	INDICADORES
Desenvolver práticas educativas contextualizadas, acessíveis e em diálogo com o território	Realizar visitas guiadas com mediação temática adaptadas a diferentes faixas etárias e contextos.	Atender pelo menos mil alunos por ano.	Número de alunos atendidos por ano; grau de diversidade dos grupos escolares.
	Criar roteiros educativos e materiais de apoio para visitação autoguiada.	Produzir três roteiros adaptados para diferentes públicos.	Número de materiais produzidos; avaliação dos professores acompanhantes.
	Utilizar a história oral como base educativa e curatorial, valorizando narrativas locais como acervo vivo.	Criar acervo piloto de narrativas orais em um ano. Integrar narrativas em pelo menos duas exposições ou mediações.	Número de narrativas registradas. Número de ações educativas baseadas em acervo imaterial.
	Desenvolver atividades com <i>storytelling</i> adaptadas a diferentes públicos.	Realizar três ações-piloto com <i>storytelling</i> em diferentes territórios.	Números de ações realizadas Avaliação de impacto junto aos participantes.
	Realizar exposições e campanhas educativas com foco em educação ambiental.	Realizar duas exposições temáticas e quatro campanhas educativas por ano.	Número de público atendido e seu feedback.
	Desenvolver trilhas interpretativas adaptadas para públicos infantis e escolares, com abordagens lúdicas e sensoriais.	Implantar uma trilha piloto no primeiro ano.	Número de ações realizadas; número de visitantes por ano.
Implementar processos formativos continuados	Criar um programa de formação continuada para educadores, articulado às diretrizes curriculares e aos principais indicadores de qualidade da educação, como o SAEB e o IDEB.	Realizar quatro formações anuais, por meio de cursos, workshops ou outros formatos	Número de formações realizadas; número de educadores participantes. Avaliação dos participantes; integração curricular evidenciada nos relatos.
Realizar parcerias com universidades, escolas e coletivos de educação popular	Estabelecer metodologias de cocriação de conteúdo para as ações educativas do museu, com possibilidade para formação de acervos didáticos.	Firmar cinco parcerias nos primeiros dois anos.	Número de parcerias firmadas; número de ações conjuntas realizadas.
	Estabelecer cooperação com cursos de universidades e coletivos para apoio metodológico.	Envolver pelo menos dois cursos e dois coletivos no primeiro ano.	Diversidade institucional das parcerias; impacto das ações educativas associadas.

Eixo 2 – Valorização da Diversidade Cultural

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	METAS INICIAIS	INDICADORES
Desenvolver práticas educativas de base decolonial, colaborativa e territorializada	Cocriar programas educativos com diferentes agentes do território.	Implementar dois programas educativos com abordagem decolonial no primeiro ano.	Número de ações cocriadas com sujeitos dos territórios. Número de saberes locais integrados às ações.
	Mapear práticas educativas desenvolvidas nos territórios amazônicos, reconhecendo suas metodologias, saberes e contribuições para o programa educativo.	Envolver pelo menos três comunidades no desenvolvimento dos conteúdos a cada ano.	Número de comunidades envolvidas. Número de práticas mapeadas e documentadas.
	Incorporar saberes dos territórios à formação continuada de educadores e mediadores.	Inserir conteúdos territoriais em ao menos duas formações por ano.	Número de formações com participação de sujeitos locais. Grau de apropriação dos conteúdos
Colaborar com a preservação e promoção de culturas tradicionais	Documentação e salvaguarda; realizar pesquisas e documentar as culturas tradicionais da região – línguas, artesanatos e práticas ancestrais –.	Documentar pelo menos duas culturas tradicionais no primeiro ano.	Número de culturas documentadas e participando do processo.
Promover eventos culturais	Festivais, mostras de cinema e apresentações artísticas que integrem as culturas tradicionais e contemporâneas da Amazônia.	Realizar dois festivais culturais anuais, com participação de pelo menos 1000 pessoas.	Número de público atendido.

Eixo 3 – Sustentabilidade e Inclusão Social: acessibilidade e participação de grupos marginalizados

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	METAS INICIAIS	INDICADORES
Promover a inclusão e a sustentabilidade como princípios transversais do Programa Educativo	Desenvolver estratégias de acessibilidade física, sensorial, comunicacional e metodológica, com participação direta do público PCD.	Criar plano de acessibilidade educativa colaborativo no primeiro ano.	Existência do plano e número de PCDs envolvidos na elaboração.
	Realizar ações educativas com base na escuta ativa de públicos diversos, especialmente grupos historicamente excluídos.	Conduzir duas ações experimentais de escuta e mediação inclusiva.	Número de escutas realizadas. Diversidade de público atendido.
	Estimular a sustentabilidade ambiental nas práticas educativas	Realizar duas oficinas e duas campanhas educativas com foco em sustentabilidade ambiental.	Número de ações com temática ambiental/ sustentável. Engajamento do público.
	Utilizar a sala multiuso projetada para atender diversos tipos de ações.	Realizar pelo menos três ações por ano.	Diversidade de perfis de usuários atendidos.

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

O Programa de Comunicação do Museu das Amazônias tem como objetivo estabelecer e consolidar a imagem da instituição, fortalecer sua presença desde os primeiros passos e construir, ao longo dos próximos anos, uma comunicação acessível, que priorize o diálogo com os contextos locais, pautado no cuidado e compromisso com a diversidade e valorização das linguagens e dos saberes amazônicos.

Ressalta-se que este é um processo permanente, que atravessa as diferentes relações humanas e as dimensões da instituição. O Programa de Comunicação foi estruturado para abranger diversos canais de interlocução, tanto os mais tradicionais – **digital, imprensa e design** – quanto às ações presenciais e colaborativas, atuando de maneira integrada para garantir o posicionamento estratégico do museu desde a sua abertura.

No contexto do Museu das Amazônias, é importante pensar a comunicação como um ambiente, que articule as diferentes linguagens, a arquitetura, a imagem institucional, as interações e as escutas públicas, em prol da construção de uma coletividade que possa sustentar o museu desde suas bases conceituais até o desenvolvimento de suas atividades museológicas.

Para construir um modelo de comunicação comprometido com o território, torna-se essencial garantir que a identidade visual do museu seja viva, sensorial e plural, respeitando as referências locais e alinhando-se à missão do museu.

A identidade visual do museu

A identidade visual do Museu das Amazônias foi concebida e desenvolvida pela empresa regional Libra Design. Foi pensada para ser versátil, expansiva e funcional, de modo a permitir desdobramentos gráficos em diversos formatos e suportes, tanto físicos quanto digitais. Sua estrutura garante coerência estética e narrativa em diferentes frentes do museu, como exposições, publicações, produtos, sinalizações, redes sociais e campanhas institucionais, favorecendo o diálogo com públicos variados, além de contribuir para a consolidação de uma comunicação integrada.

A paleta de cores e a tipografia foram definidas a partir de três princípios orientadores: a vitalidade do território, o respeito ao imaginário local e a estética contemporânea. As cores fazem referências aos diversos elementos naturais e simbólicos das amazônias, como florestas,

águas, urbanidades e seus territórios. Já a tipografia reforça a originalidade e a presença da marca.

As escolhas conceituais e metodológicas que nortearam esse processo foram pautadas no compromisso com a escuta, a coletividade e a territorialidade amazônica, em consonância com o repertório imagético e estético trazidos de experiências locais. O processo criativo envolveu uma metodologia autoral, baseada em oficinas imersivas denominadas de *Fórum Criativo*, onde artistas amazônidas participaram ativamente, propondo visualidades a partir de suas vivências e cosmovisões. O processo de cocriação foi dividido em três etapas principais:

- **A primeira envolveu a apresentação e tradução do Plano de Escutas (escutas institucionais);**
- **A partir de conceitos-chave como *cobra-grande e transformação*, produziu-se uma “nuvem de palavras”.**
- **Por fim, a criação de desenhos e conceitos visuais com base na “conexão forçada” entre os termos.**

Os elementos conceituais da identidade visual do museu foram desenvolvidos e consolidados conforme a dinâmica de troca entre os artistas, a Libra Design, a comissão curatorial e a equipe do museu. A figura da cobra grande emergiu como símbolo central da identidade visual, não apenas por sua presença transversal nas diferentes cosmogonias amazônicas, mas pelo forte simbolismo relacionado à criação, à ancestralidade, à transformação e à força dos rios. Mais do que um elemento gráfico, a cobra grande carrega narrativas que perpassam os imaginários e modos de vida dos povos amazônicos. A composição visual final dá ideia de movimento, também associado ao curso de um rio, e revela sobreposições que fazem alusão aos nove estados brasileiros e aos nove países da Pan-Amazônia, reafirmando o compromisso transfronteiriço e plural do museu.

Outros elementos gráficos como tramas, cestarias e losangos, inspirados em saberes e práticas artesanais da região, reforçam a ideia de conexão, entrelaçamento e diversidade. Por fim, a escolha da tipografia foi inspirada nos grafismos indígenas, na escrita vernacular amazônica, porém com traços contemporâneos. Buscou-se como produto, um logotipo que refletisse o equilíbrio entre tecnologia, tradição e modernidade (Figura 03).

Os fundamentos conceituais utilizados no processo de criação da identidade visual estão alinhados com a proposta do museu. Nesse sentido, a identidade visual se integra à comunicação institucional, ao emergir como uma linguagem que traduz, por meio de forma e símbolo, os princípios que orientam o museu desde a sua origem.

É importante destacar que os elementos gráficos que compõem o logotipo do museu, sobretudo o símbolo da cobra grande, devem refletir a força simbólica ligada à memória, à espiritualidade e ao cotidiano dos povos amazônicos. É essencial que o sentido profundo da identidade visual não se perca ao longo das futuras gestões. Mesmo sendo um corpo vivo e adaptável, é necessário manter a “aura de criação” que orientou todo o processo conceitual, embasado na transformação, na adaptação e nas múltiplas vozes.

Figura 03:
Logotipo do Museu
das Amazônias



Os eixos estratégicos

Os eixos estratégicos do Programa de Comunicação foram desenvolvidos e organizados de modo a refletir a identidade institucional do Museu das Amazônias, em diálogo com os demais programas do Plano Museológico. A formulação do programa considera a articulação entre setores internos, a relação com os territórios amazônicos e a diversidade de públicos com os quais o museu pretende dialogar. Para isso, os objetivos foram agrupados em eixos operacionais coerentes com a estrutura organizacional do museu.

Algumas abordagens estratégicas estão relacionadas à dimensão institucional da comunicação, como a consolidação da identidade pública, a integração intersetorial e a definição de padrões visuais. Outros estão vinculados à articulação territorial, à produção e circulação de conteúdos, à escuta pública e à construção de conexões com redes externas, coletivos e mídias. Também foram destacados aspectos ligados ao planejamento e avaliação, com foco na elaboração de indicadores, relatórios e estratégias de monitoramento contínuo das ações comunicacionais.

Essa organização busca assegurar que a comunicação seja compreendida para além da função técnica, como um programa estruturante e transversal, capaz de conectar e comunicar as ciências, tecnologias, afetos e experiências amazônicas.

Quadro com os objetivos estratégicos, ações, metas e indicadores:

OBJETIVOS ESTRATÉGICO	AÇÕES	METAS INICIAIS	INDICADORES
Inserir a comunicação como um pilar estrutural e transversal do museu	Inserir a comunicação ao planejamento institucional e aos programas do Plano Museológico. Participar ativamente de decisões estratégicas em todas as áreas.	Estabelecer rotina de reuniões intersetoriais com participação da comunicação no primeiro ano.	Número de reuniões realizadas com presença da equipe de comunicação. Número de ações intersetoriais comunicadas.
Estabelecer uma identidade pública consistente	Desenvolver a narrativa institucional do museu, alinhando missão, arquitetura, identidade visual e linguagem. Criar manual de identidade institucional.	Consolidação da narrativa. Finalização do manual de identidade visual.	Uso da identidade nos canais e produtos institucionais.
Comunicar com os públicos e territórios amazônicos	Mapear públicos como círculos concêntricos (local, regional, nacional, internacional) e definir estratégias para cada um. Produzir conteúdo adaptados aos diferentes públicos	Concluir o mapeamento no primeiro ano.	Documento de mapeamento.
Produzir comunicação científica acessível	Traduzir conteúdos científicos e técnicos em linguagens acessíveis, alinhados aos programas de educação e pesquisa. Criar materiais bilíngues e visuais, com apoio de pesquisadores e educadores.	Produzir dois materiais acessíveis até o primeiro ano (glossário, cartilha, vídeo).	Número de materiais bilíngues; feedback de compreensão e engajamento do público.
Promover escuta pública e linguagem participativa	Realizar escutas territoriais, temáticas e técnicas como base do planejamento comunicacional. Incorporar contribuições das escutas na produção de conteúdo e estratégias.	Realizar duas escutas no primeiro ano. Aplicar metodologia de devolutiva nos canais institucionais.	Número de escutas realizadas. Número de sugestões incorporadas; engajamento das comunidades envolvidas.
		Criar canais permanentes de escuta com os públicos amazônicos, valorizando críticas, sugestões e os diferentes modos de expressão.	Números de canais ativos de escuta com participação registrada de acordo com o tipo de público e formato (presencial, digital, híbrido).
Conectar o museu a redes de comunicação e influência territorial	Estabelecer parcerias com mídias locais, universidades, coletivos de comunicação popular e redes sociais. Produzir conteúdo colaborativamente.	Firmar pelo menos duas parcerias no primeiro ano. Realizar duas campanhas coproduzidas.	Número de parcerias formalizadas Número de conteúdos cocriados; alcance dessas ações.
Estabelecer padrões de design para projetos e materiais	Criar e difundir guias de identidade visual e padrões gráficos para ações, eventos e parcerias. Acompanhar a aplicação desses padrões em todos os materiais institucionais.	Finalizar guia de design e orientar sua adoção nos setores no primeiro ano.	Número de materiais alinhados ao padrão; grau de adesão institucional.
Garantir a multiplicidade de vozes e linguagens	Criar formatos e meios acessíveis e plurais, respeitando as diversas formas de narrar, comunicar e sentir os territórios amazônicos.	Produzir conteúdo institucionais em pelo menos três formatos distintos, sempre que possível, por ação – como texto, vídeo e linguagem simples –.	Número de formatos distintos utilizados por ação.
		Sempre que viável, traduzir conteúdo para línguas faladas na Amazônia.	A porcentagem de conteúdos traduzidos.
Monitorar e avaliar o impacto das ações de comunicação	Criar sistema de indicadores de avaliação comunicacional. Produzir relatórios periódicos para redirecionamento estratégico.	Criar sistema de monitoramento no primeiro ano. Publicar um relatório anual.	Sistema implementado; números de relatórios; ajustes feitos a partir da avaliação.

PROGRAMA ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO

O contexto histórico do complexo portuário

O Museu das Amazôniaas está localizado dentro de um complexo portuário, no Armazém 4A do Porto Futuro II. O local remonta a própria história da fundação e transformação urbana da cidade de Belém/PA desde o século XVII. O porto teve origem no período colonial, como parte da ocupação da Amazônia promovida pelo Estado português. Inicialmente, o espaço funcionava como um modesto ancoradouro junto ao Forte do Presépio, para o escoamento de produtos da floresta e o abastecimento da cidade e da colônia (Benchimol, 1999; Gomes *et al.*, 2019).

Ao longo do século XIX e, especialmente, durante o auge do ciclo da borracha, o porto assumiu um papel fundamental na economia da região, consolidando-se como ponto estratégico para as exportações e comércio internacional. A precariedade dos trapiches e a ausência de estruturas adequadas motivaram sucessivas tentativas de construção de um novo cais. Nesse contexto, destacam-se as obras de infraestrutura realizadas no início do século XX, tais como alargamento de canais, a instalação de trapiches e a modernização das estruturas portuárias – no projeto chamado “Porto Organizado” (Santos, 2016; Gomes *et al.*, 2019).

A implantação do Porto Organizado de Belém marcou uma profunda transformação urbana. A infraestrutura incluía dragagem de canais, cais de alvenaria, armazéns metálicos importados da França, guindastes elétricos e implantação de vias férreas que integraram o porto à malha urbana, tornando-o um dos principais centros logísticos da região amazônica, além da criação de um boulevard urbano – o atual Boulevard Castilhos França –, articulando cidade e porto em um único traçado físico e simbólico (Arruda, 2003; Teixeira, 2005). Toda essa configuração modificou significativamente a paisagem urbana de Belém: áreas alagadas foram aterradas, igarapés foram canalizados e antigos bairros, como o Reduto, passaram por mudanças de uso, transformando-se em zonas industriais (Teixeira, 2005; Arruda, 2003; Santos, 2016).

Todavia, esse processo de desenvolvimento estava condicionado a interesses estrangeiros, sobretudo dos britânicos, evidenciando a posição periférica da Amazônia na economia global, baseada na exportação de produtos como a borracha, madeira e castanha, com pouca agregação de valor local (Santos, 2016; Teixeira, 2005).

Com o declínio do ciclo da borracha e as mudanças nos fluxos comerciais, o porto entrou em um processo de estagnação, comprometendo sua viabilidade econômica. Suas estruturas físicas tornaram-se gradualmente obsoletas e sua relevância estratégica diminuiu frente a alternativas logísticas mais modernas (Santos, 2016).

Apesar disso, sua presença moldou profundamente a cidade, influenciando sua organização urbana, práticas econômicas e a vida cotidiana de seus habitantes. Desde os primeiros registros, essa relação foi marcada por uma interdependência contínua: o porto impulsionava o comércio e a cidade se adaptava às suas exigências, consolidando-se como elemento central da estrutura econômica e urbana de Belém. Nas últimas décadas, surgiram debates sobre a requalificação da área portuária, com iniciativas voltadas ao turismo, à cultura e à preservação do patrimônio (Santos, 2016). Nesse processo, o antigo conjunto portuário, com estruturas físicas centenárias, passou a ser reconhecido como patrimônio cultural, evidenciando seu potencial como referência simbólica e urbanística para a identidade da cidade e da região. Preservar essa memória é uma forma de compreender os processos históricos de ocupação, exploração e revitalização que marcaram o desenvolvimento da região (Santos, 2016; Benchimol, 1999).



Princípios e premissas arquitetônicas

O Programa Arquitetônico e Urbanístico do Museu das Amazônias foi desenvolvido com o intuito de articular os objetivos conceituais da instituição com a materialidade de seu espaço físico. Mais do que uma análise técnica, esse programa propôs uma leitura integrada entre arquitetura, território e premissas museológicas, reconhecendo o museu como organismo vivo, imerso em dinâmicas sociais, culturais e ambientais.

A construção deste programa partiu de uma abordagem investigativa e crítica, voltada à caracterização das condições estruturais e operacionais do espaço físico do museu. Desse modo, foram abordados aspectos como arquitetura e desafios ambientais, espaços de convivência, flexibilidade e inovação, segurança física, além de questões ligadas à acessibilidade, à sustentabilidade, à educação e à preservação patrimonial.

Por fim, é importante considerar o museu em sua dimensão urbana: como ele se insere na malha da cidade, se conecta com seu entorno e interage com as experiências cotidianas da população. Assim, o Programa Arquitetônico e Urbanístico do Museu das Amazônias não se limita somente a responder às demandas funcionais e estruturais, mas procura ampliar o entendimento sobre o papel do museu como espaço de convivência, memória, participação e transformação social.

O conceito arquitetônico do Museu das Amazônias propõe uma leitura contemporânea da arquitetura amazônica, articulando elementos da ancestralidade, da arquitetura vernacular e da urbanidade a partir da reinterpretação de um edifício histórico adaptado. O projeto valoriza a preservação da memória e do patrimônio, promovendo a requalificação de um galpão histórico, cuja relevância está vinculada ao período da economia da borracha, marco significativo da história de Belém e da região amazônica. A primeira etapa do projeto consistiu na adequação desse galpão – já inserido no plano do Programa Porto Futuro – ao Programa de Necessidades, elaborado para adaptar o armazém reformado às necessidades de um museu, contemplando espaços específicos para atividades museológicas, como áreas expositivas e áreas de atividades diversas. A segunda etapa do projeto buscou representar a presença simbólica e material da Amazônia no interior do museu, por meio da criação de um grande foyer concebido como cartão de visitas da instituição, no qual se destaca o uso de tintas da terra. Assim, o projeto visou expressar de forma sensível e integrada a transversalidade temática que caracteriza o museu, representando as múltiplas dimensões da Amazônia – geológica, histórica e sociocultural – também por meio de sua linguagem arquitetônica.



Infraestrutura arquitetônica

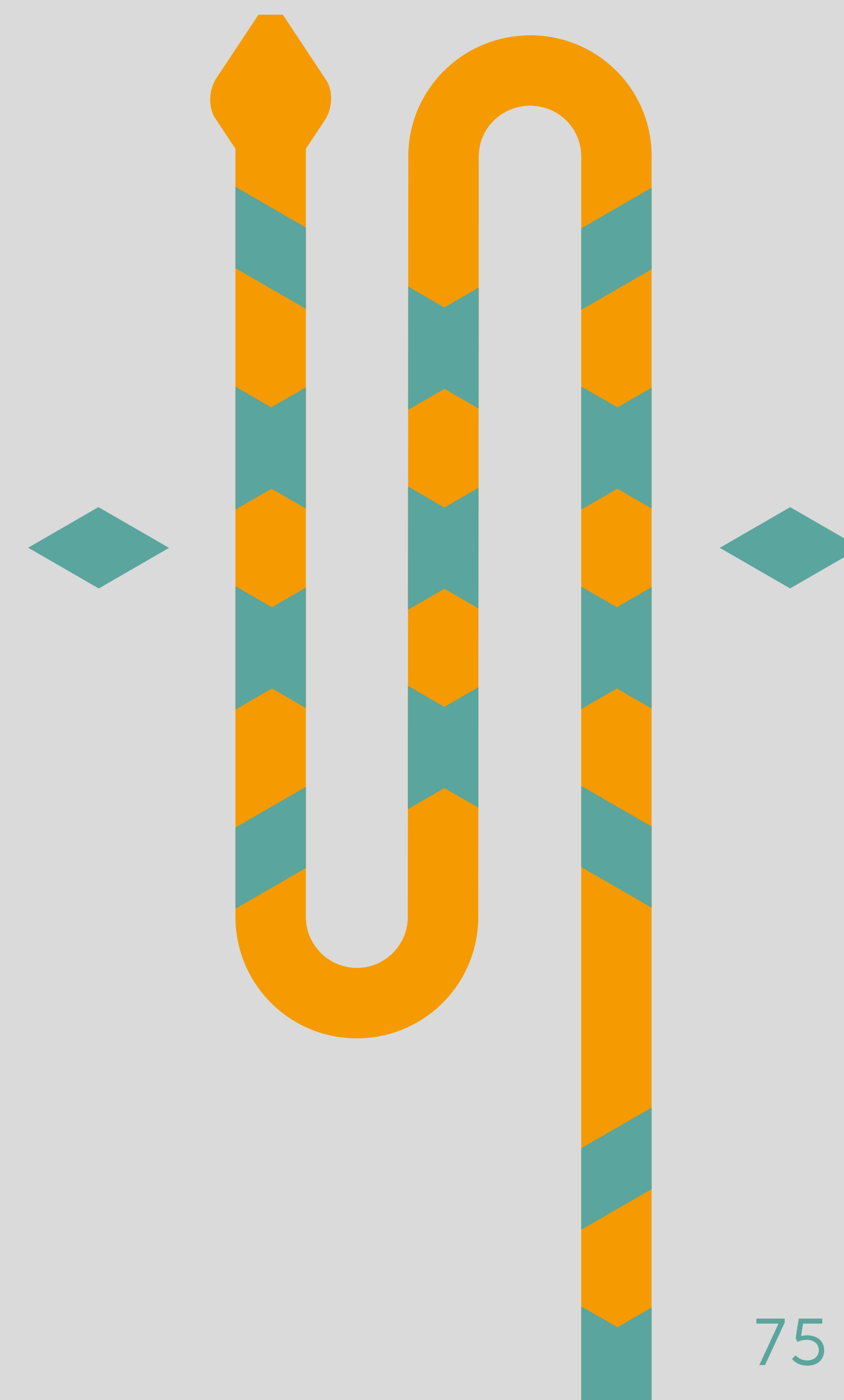
A infraestrutura arquitetônica do Museu das Amazôniaas foi desenvolvida para acomodar múltiplas funções, priorizando a versatilidade e a interação comunitária (**plantas baixas em anexo**), além de assegurar um ambiente de fácil circulação interna, com separação dos fluxos entre visitantes, equipe técnica e acervo.

Os principais setores ou áreas previstos no Programa Arquitetônico incluem o foyer de entrada, concebido como um espaço inicial de recepção e o seu segundo andar, projetado como uma grande praça de interação comunitária. Destacam-se espaços dedicados às exposições temporárias, que dinamizam o museu, e uma ampla área para exposição permanente. Adicionalmente, foram contemplados um auditório com capacidade modular e flexível, projetado para múltiplos formatos – como palestras, aulas e encontros comunitários –, além de áreas específicas para atividades educativas – com infraestrutura acessível e adaptável, capaz de atender diferentes grupos etários e interesses variados. Há também uma loja, permitindo ao público adquirir elementos do museu para suas casas.

Por fim, há os setores técnicos e administrativos, compreendendo salas, depósitos, áreas de segurança, com infraestrutura de monitoramento por câmeras e alarmes distribuídos pelo complexo, além de uma casa de máquinas.

Espaços de convivência e ativação

Além de contar com uma Área Expositiva e um Espaço Criativo, o segundo pavimento do Museu das Amazôniaas abrange uma Sala Multiuso, pensada para fomentar a integração entre o museu e a comunidade. E ainda, contamos o Foyer, elemento construído na entrada do museu, com materialidade da terra, onde em seu mezanino foi idealizado uma espécie de praça cívica suspensa. Esse ambiente evita definições rígidas de uso, abrindo-se à apropriação cultural em múltiplas formas, tais como bibliotecas temáticas relacionadas às exposições, rodas de conversas educativas, atividades culturais diversas, momentos de descompressão, dentre outras. A proposta rompe com o modelo moderno e exógeno de praça pública, buscando inspiração nos "entre espaços" da floresta e nos quintais coletivos das comunidades ribeirinhas amazônicas. A gestão desse ambiente deverá estar atenta a usos não convencionais, favorecendo práticas espontâneas e expressões culturais diversas. O espaço, portanto, tem potencial para articular lazer, cultura e conhecimento, reforçando o papel do museu como lugar de encontro, experimentação e ativação social.





Flexibilidade e inovação

O projeto arquitetônico do museu valoriza a experimentação e a inovação como princípios orientadores, reconhecendo a arquitetura não apenas como linguagem formal, mas também como prática científica sujeita à revisão, ao erro e à constante adaptação. Essa abertura ao processo permite que o museu incorpore soluções espaciais flexíveis e reversíveis, capazes de se transformar ao longo do tempo em resposta às demandas museológicas, tecnológicas e sociais. Na exposição de longa duração, por exemplo, a expografia foi concebida a partir de um percurso, idealizado para que cada passo seja uma descoberta, transformando o visitante em participante ativo, imerso nos contextos que moldam a região amazônica. O percurso expositivo adota uma forma cíclica, inspirada nos movimentos contínuos da natureza: o fluxo dos rios, os ciclos de cheia e seca, o retorno das estações e os caminhos diários das comunidades locais. Essa configuração evita um encerramento abrupto e cria uma sensação de continuidade e renovação.

A jornada é revelada aos poucos, como quem avança por uma trilha na floresta: variações de luz, aberturas estratégicas e mudanças na materialidade do espaço criam pausas e novos olhares, aprofundando a conexão entre visitante e narrativa. Na etapa final da exposição, o percurso une o espaço da crise ao das técnicas do bem viver, formando um infinito que nunca se encerra. É um elo que lembra que cada solução precisa ser cuidada para não se desfazer – pois, se descuidarmos, o caminho pode nos levar de volta às crises. Nesse movimento contínuo, o museu transforma o caminhar em reflexão: um ciclo que pede consciência, ação e um olhar renovado a cada volta.

A concepção rompe com a ideia de “museu estático” e propõe, em seu lugar, um organismo mutável, capaz de contar diferentes histórias ao longo do tempo, modulando seus ambientes em constante diálogo com a temporalidade, a memória e a experiência do público. A flexibilidade não se limita à expografia: ambientes como o foyer e as salas de apoio também foram projetados com versatilidade interna, garantindo maior adaptabilidade ao longo da vida útil do edifício e à dinâmica própria de um museu em constante renovação.

Acessibilidade física e sensorial

A acessibilidade foi um grande desafio no projeto, pois a intenção arquitetônica era trabalhar os diferentes planos, percursos e pontos de vista inspirados na topografia da paisagem amazônica, mas sem perder de vista a questão da acessibilidade. Assim, a proposta não foi nivelar ou simplificar a experiência espacial, mas sim garantir que todos os públicos pudessem vivenciá-la de forma equitativa e sensorialmente rica. Nesse contexto, a "pinguela" – elemento arquitetônico inspirado nas pontes rústicas das comunidades ribeirinhas – foi reinterpretada como solução para compor uma rampa acessível, fluida e confortável, articulando os desníveis do percurso com naturalidade. Além disso, o museu busca promover a acessibilidade sensorial por meio da materialidade arquitetônica, incorporando texturas distintas nas paredes e superfícies, permitindo uma experiência tátil que complementa a visualidade e favorece a inclusão de pessoas com deficiência visual. A proposta vai além do cumprimento normativo, assumindo a acessibilidade como valor conceitual e experiencial do espaço museológico, criando texturas nas paredes e diversas outras experiências multissensoriais que consistem em estratégias também de inclusão dos diversos públicos do museu.





Inovações materiais e sustentabilidade

A sustentabilidade foi tratada como uma das premissas fundamentais do projeto. Nesse sentido, a proposta arquitetônica do museu incorporou inovações materiais e construtivas que conciliam saberes ancestrais com tecnologias contemporâneas, destacando a sustentabilidade nas suas múltiplas dimensões. Entre os materiais adotados, destaca-se o uso de sistemas construtivos leves, como o *light steel frame*, em diálogo com elementos naturais e regionais, como as geotintas amazônicas, que combinam viabilidade econômica e durabilidade, ao mesmo tempo em que promovem a valorização do conhecimento tradicional e a difusão de práticas construtivas sustentáveis. O museu, nesse sentido, apresentou uma convivência intencional entre tecnologias de baixa e alta complexidade – *low-tech* e *high-tech* – demonstrando que a inovação pode assumir diferentes escalas e formas, indo além das exigências normativas.

A arquitetura e os Desafios Ambientais da região

A implantação de um museu em frente à Baía do Guajará implicou uma série de desafios ambientais considerados desde as primeiras decisões do projeto. A proximidade com o rio e o clima úmido da região exigiram soluções construtivas específicas, sensíveis ao contexto amazônico, visando garantir a durabilidade da edificação e preservação do acervo futuro. Foram realizados estudos geotécnicos e ambientais detalhados, devido ao solo caracterizado por aterro sobre antiga área fluvial, demandando fundações especiais para garantir estabilidade estrutural. Considerou-se especialmente o elevado índice pluviométrico regional, significativamente acima da média brasileira, resultando em um sistema de captação e drenagem das águas pluviais dimensionado para volumes excepcionais. Adicionalmente, os ambientes internos foram equipados com sistemas de desumidificação específicos para combater problemas causados pela alta umidade, como mofo e deterioração dos materiais.

Outro aspecto crucial abordado foi a gestão térmica, considerando a forte incidência solar e o grande diferencial térmico entre ambientes internos climatizados e o exterior, influenciando diretamente a experiência do usuário. Esses cuidados refletem uma compreensão profunda das peculiaridades locais, orientando cada decisão construtiva desde a fundação até os sistemas internos.

Abordagens estratégicas

O Programa Arquitetônico e Urbanístico do Museu das Amazônias parte de uma base conceitual pautada na valorização da identidade amazônica e no compromisso com a acessibilidade e a sustentabilidade. Apesar disso, o programa apresenta desafios importantes desde a fase de implantação, conforme apontam os resultados das análises realizadas na Matriz SWOT. O funcionamento da infraestrutura do museu depende significativamente de energia elétrica constante para a operação de sistemas técnicos essenciais – de climatização, segurança e iluminação. Essa dependência é intensificada pelas condições ambientais da região, que exigem um maior controle de temperatura e umidade, sobretudo para a conservação museológica. Como consequência, o custo operacional tende a ser elevado, tanto pela manutenção frequente desses sistemas, como pelas exigências técnicas específicas e complexidade tecnológica envolvida.

Outro ponto importante diz respeito à diversidade e flexibilidade de usos planejados para alguns espaços do museu. Isso requer um maior cuidado da gestão, demandando protocolos bem definidos e uma equipe qualificada. Para mitigar essas possíveis fragilidades, propõe-se a implementação de diretrizes estratégicas fundamentais para assegurar a funcionalidade, a sustentabilidade, e a coerência do projeto com os princípios institucionais.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	METAS INICIAIS	INDICADORES
Garantir que a infraestrutura física do museu reflita continuamente seus princípios institucionais, com espaços multifuncionais, flexíveis e abertos à participação comunitária	<div>→ Estabelecer protocolo de uso compartilhado dos espaços.</div> <div>→ Realizar avaliações técnicas periódicas com especialistas e usuários para garantir a manutenção do padrão de acessibilidade.</div> <div>→ Monitorar a adaptação dos ambientes às atividades realizadas.</div>	<div>→ Produzir um material institucional sobre o projeto arquitetônico associado ao protocolo de uso dos espaços.</div> <div>→ Realizar ao menos duas escutas na fase de obras e/ou adaptações internas.</div>	<div>→ Percentual de ambientes com funcionalidade multifuncional definido.</div> <div>→ Número de escutas comunitárias realizadas.</div>
Minimizar os impactos das fragilidades técnicas e operacionais, garantindo desempenho a longo prazo	<div>→ Desenvolver plano de manutenção preventiva e corretiva para os sistemas – climatização, iluminação, estrutura metálica – com cronograma regular e procedimentos específicos para os diferentes sistemas.</div> <div>→ Criar plano de contingência que antecipe possíveis falhas técnicas – como quedas de energia.</div>	<div>→ Implantar plano de manutenção no primeiro ano.</div> <div>→ Elaborar plano de contingência até o segundo semestre.</div>	<div>→ Frequência de manutenções realizadas.</div> <div>→ Existe um plano de contingência documentado.</div>
Controlar os custos operacionais relacionados à infraestrutura técnica sem comprometer a qualidade dos serviços	<div>→ Realizar estudo de eficiência energética e uso de tecnologias de baixo consumo.</div> <div>→ Buscar soluções arquitetônicas passivas que reduzam a dependência elétrica.</div>	<div>→ Reduzir o consumo em 20% em dois anos.</div> <div>→ Adotar pelo menos três soluções passivas em áreas-chave.</div>	<div>→ Redução de consumo energético.</div> <div>→ Número de medidas passivas adotadas.</div>

PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE

O Museu das Amazônias tem como função social valorizar, proteger e comunicar a diversidade biocultural amazônica, promovendo o encontro entre diferentes formas de saber: científicos, ancestrais, populares, sensíveis e técnicos, objetivando a construção coletiva do bem viver. Sua atuação está fundamentada em princípios de acessibilidade, inclusão, justiça social e sustentabilidade, que orientam a relação com os públicos e com os territórios amazônicos.

Enquanto instituição museológica, o museu se propõe a romper com modelos excludentes de preservação e exibição da memória, criando condições para que diferentes sujeitos acessem, narrem e cocriem as memórias amazônicas. A oralidade, a ancestralidade, os afetos, a arte e a ciência caminham juntas nesse processo, assegurando que o museu funcione como um espaço de escuta, acolhimento e transformação social.

A acessibilidade no contexto do Museu das Amazônias é compreendida de forma ampla e interseccional, articulando dimensões físicas, sensoriais, comunicacionais, cognitivas, simbólicas, territoriais e culturais. Esta abordagem vai além da eliminação de barreiras arquitetônicas ou da adaptação de conteúdos expositivos: trata-se de um compromisso ético e político com a equidade no acesso, na participação e na representação de todos os sujeitos, sobretudo aqueles historicamente marginalizados.

A partir de uma perspectiva da Museologia Social, reconhece-se que tornar um museu acessível é também um exercício de escuta ativa, corresponsabilidade e transformação institucional. Essa concepção está ancorada no reconhecimento da diversidade dos públicos amazônicos, incluindo pessoas com deficiência, pessoas com neurodivergências, idosos, crianças, indígenas, quilombolas, ribeirinhas,

LGBTQIAPN+, e outros, e nas distintas formas de ocupação, leitura e vivência dos espaços museológicos por diferentes corpos e culturas.

Isso acarreta a criação de ambientes inclusivos não apenas no aspecto físico, mas também na linguagem, na mediação cultural, na experiência sensorial, na representação simbólica e na atuação institucional.

Assim, a acessibilidade adotada pelo museu se entrelaça com as diretrizes de sustentabilidade social e cultural, fortalecendo a missão da instituição como um espaço de escuta, cocriação e pertencimento. É um entendimento que convoca toda a equipe museológica a pensar a acessibilidade como parte constitutiva da sua prática cotidiana e do seu modo de existir no mundo.

Compreender a acessibilidade a partir das lentes da Museologia Social é um convite à transformação das práticas museológicas. Trata-se de romper com uma lógica excludente, que historicamente privilegiou certas narrativas, corpos e saberes em detrimento de outros. Em vez de enxergar a acessibilidade apenas como cumprimento técnico de normas arquitetônicas, a proposta é entendê-la como um posicionamento: um compromisso ativo com a justiça social, a pluralidade de vozes e o direito à memória.



Foto: Italo Melo

A Museologia Social, enquanto campo de atuação crítico, nasce do encontro entre comunidades, territórios e museus. Ela desloca o eixo do poder curatorial, convidando os sujeitos historicamente silenciados – como os povos originários, pessoas com deficiência, comunidades periféricas, mulheres, pessoas negras e LGBTQIAP+ – a ocuparem os espaços museais como protagonistas de suas próprias narrativas. É nesse contexto que a acessibilidade se amplia: passa a ser uma ferramenta de resistência, reparação e pertencimento.

Aplicar esse conceito de acessibilidade significa transformar o museu em um espaço que reconhece e acolhe múltiplas formas de expressão, linguagem e sensibilidade. Significa construir exposições com materiais táteis e audiodescrições, promover mediações em Libras, pensar rotas de visita para diferentes corpos e capacidades, mas também abrir editais específicos para pesquisadores com deficiência, criar comissões inclusivas, contratar equipes diversas, consultar as comunidades envolvidas, fazer parcerias com instituições.

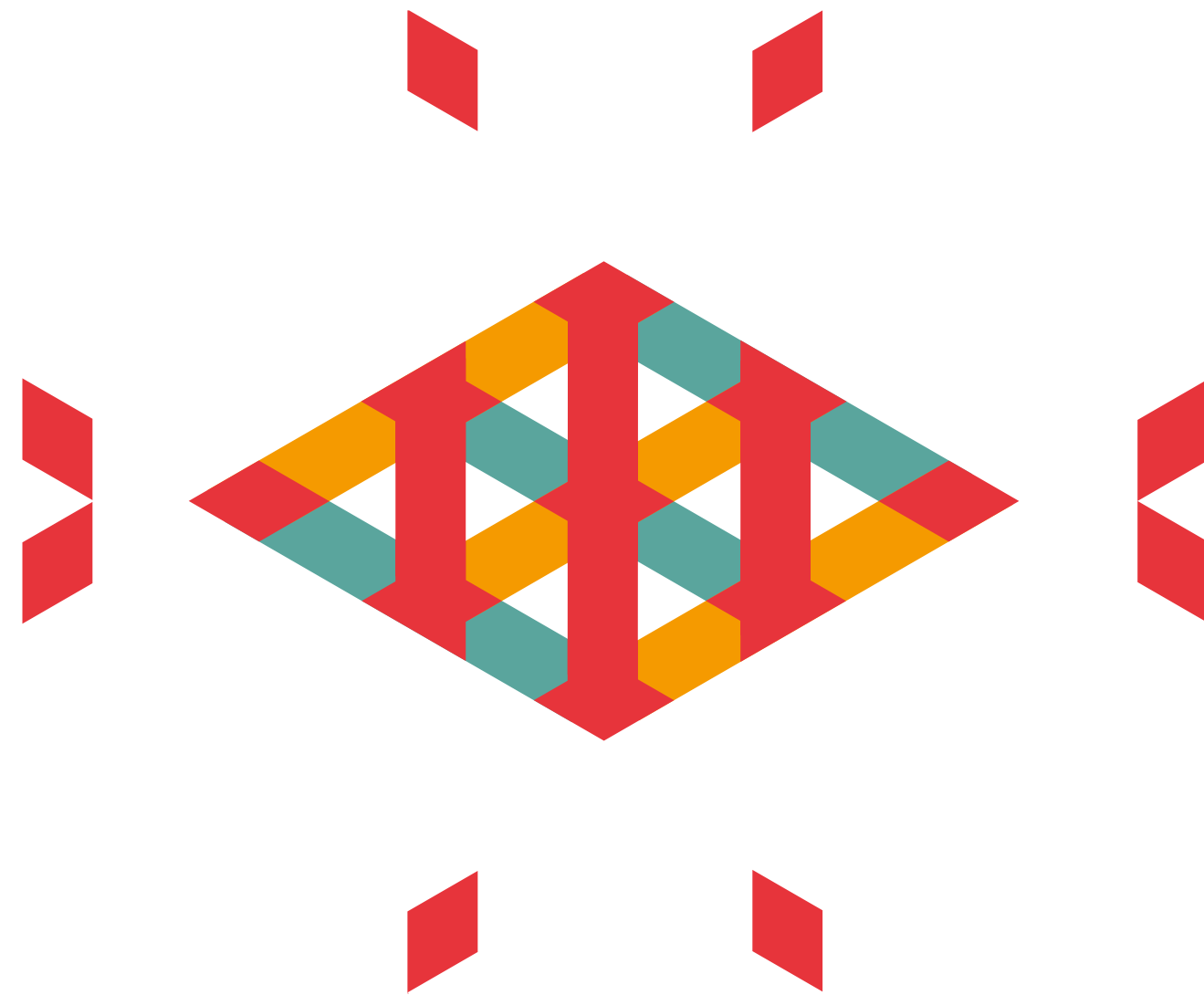
Mais do que permitir o acesso, trata-se de garantir a participação, de redistribuir poder e escuta. É, portanto, uma ação de redemocratização dos museus. Um museu acessível no sentido pleno é aquele que reconhece sua função social, que entende a cultura como um direito de todos e que se compromete a ser um instrumento desta transformação.

No caso do Museu das Amazônias, esse compromisso é ainda mais urgente. A diversidade amazônica exige que os saberes indígenas, afro-amazônicos, ribeirinhos, populares e periféricos sejam não apenas preservados, mas cultivados, atualizados e celebrados. É preciso reconhecer que manter a cultura viva em um mundo marcado pela colonialidade exige a escuta das vozes silenciadas, o respeito às formas originárias de transmissão da memória, como a oralidade, o corpo e a ancestralidade.

Assim, a acessibilidade, sob a perspectiva da Museologia Social, não é um fim em si mesma, mas uma estratégia concreta para construir um museu mais justo, mais vivo e mais enraizado em seu território. Aplicar esse conceito de acessibilidade é, portanto, um gesto de coragem, de compromisso com o presente e com o futuro, e uma aposta na potência transformadora da cultura.

Objetivos

O Programa de Acessibilidade do Museu das Amazônias tem como principais objetivos:



- Integrar a acessibilidade física, sensorial, comunicacional, interpessoal, digital e pedagógica nas práticas museológicas;
- Garantir que o espaço museal esteja em conformidade com os princípios de acessibilidade universal;
- Promover o acesso autônomo, seguro e igualitário para todos os públicos;
- Garantir o direito à cultura para pessoas com deficiência ou neurodivergências, povos originários e outros grupos historicamente excluídos;
- Estimular a criação e uso de recursos multissensoriais desde a concepção das exposições;
- Formar equipe preparada e representativa para mediar os processos museológicos;
- Assegurar comunicação institucional acessível em múltiplos meios e plataformas.

Eixos estratégicos

O Programa de acessibilidade está organizado em **quatro eixos estratégicos**, a partir dos quais são propostas ações, metas e indicadores de acompanhamento. Esses eixos refletem os principais campos de atuação do museu e dialogam com sua missão institucional, suas práticas museológicas e os marcos legais e éticos da acessibilidade cultural.

Foto: Gustavo Nacht



Diretrizes para acessibilidade arquitetônica e espacial: tem como objetivo avaliar e propor diretrizes de acessibilidade espacial aplicadas ao espaço museal em análise.

As recomendações baseiam-se nas normativas da ABNT NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. O objetivo é garantir a acessibilidade plena para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a inclusão e a autonomia na fruição dos espaços expositivos, de serviços e de circulação interna e externa do museu.

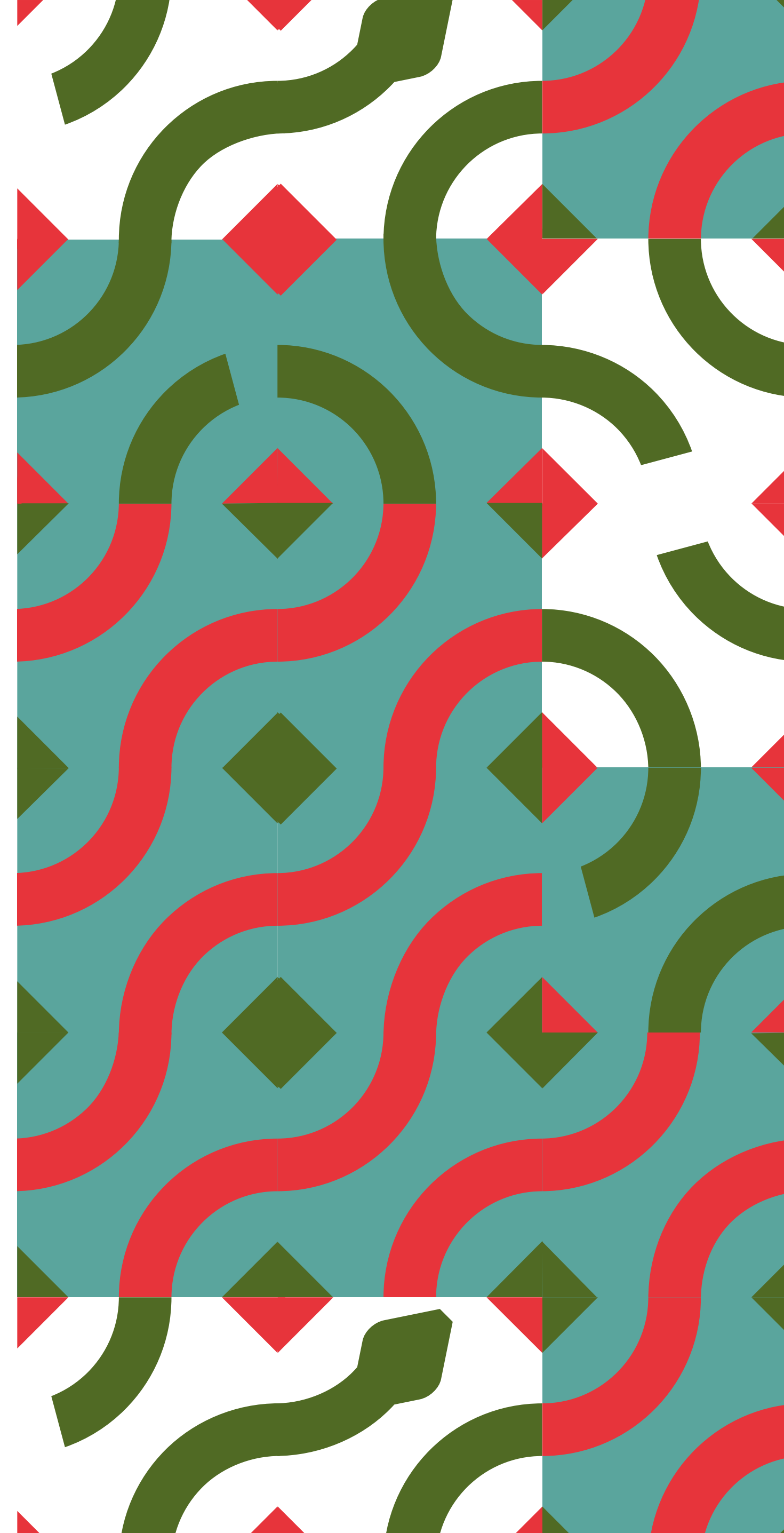
Diretrizes para acessibilidade comunicacional: a acessibilidade comunicacional é um direito fundamental que garante a todas as pessoas o acesso pleno à informação, cultura e participação social. Trata-se da adoção de práticas e recursos que permitem que pessoas com diferentes tipos de deficiência – visual, auditiva, intelectual, física e psicossocial –, além de pessoas idosas, com neurodivergências e/ou com baixo letramento, compreendam, interajam e se sintam incluídas nas mensagens e conteúdos produzidos pelas instituições. Este eixo visa orientar a produção de conteúdo acessível nos espaços físicos, virtuais e demais canais de comunicação do Museu das Amazônias, além de assegurar que as estratégias de comunicação adotem critérios técnicos e éticos de acessibilidade, contribuindo para uma comunicação democrática, inclusiva e sensível à diversidade dos públicos.

Diretrizes para acessibilidade, inclusão e

diversidade: o Museu das Amazônias adota a interseccionalidade como princípio orientador de suas políticas de acessibilidade, inclusão e equidade. Reconhece-se que os marcadores sociais da diferença, como: gênero, raça, etnia, classe, idade, deficiência, territorialidade e orientação sexual; não atuam de forma isolada, mas se entrelaçam e produzem formas específicas de vulnerabilidade, exclusão ou apagamento. Dessa forma, o atendimento a públicos específicos deve considerar as múltiplas camadas de identidade e experiência que atravessam cada pessoa ou coletivo, evitando abordagens homogêneas ou estereotipadas. Ao assumir essa perspectiva, o museu se compromete com uma escuta ativa, com o respeito à diversidade de vivências e com a construção de um espaço verdadeiramente democrático, onde a presença de grupos historicamente marginalizados seja não apenas acolhida, mas reconhecida como constitutiva do próprio fazer museológico na Amazônia.

Diretrizes para ações educativas acessíveis:

define as diretrizes para a construção de programas educativos acessíveis, que valorizem as formas originárias de transmissão da memória (oralidade, símbolos, trançados, literatura ancestral) e promovam a educação patrimonial, o protagonismo comunitário e a justiça cognitiva.



Planejamento de ação

A concretização das diretrizes de acessibilidade propostas neste programa requer um conjunto articulado de estratégias que garantam sua efetivação de forma contínua, participativa e transversal a todas as áreas do Museu das Amazônias. Essas estratégias devem ser construídas a partir da governança e do comitê de acessibilidade institucional, do diagnóstico participativo contínuo, da formação e capacitação constante, das parcerias estratégicas, do orçamento e captação de recursos, da comunicação institucional transparente e do monitoramento, avaliação e revisão.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	METAS	INDICADORES
Garantir acessibilidade física, digital, comunicacional e atitudinal em todos os espaços e experiências do museu	→ Realizar diagnóstico técnico de acessibilidade arquitetônica com base na NBR 9050:2020 e IN 23/2025.	→ Diagnóstico concluído nos primeiros seis meses. Adequação de todos os ambientes e mobiliários até o final do terceiro ano.	→ Porcentagem de ambientes e mobiliários totalmente adequados.
	→ Implantar sinalização visual com contraste adequado – mínimo 30% de LRV – e piso tátil em áreas de circulação.	→ Sinalização e pisos implantados nas áreas prioritárias em até seis meses.	→ Frequência de atualizações e manutenções das tecnologias assistivas.
	→ Implementar adaptações físicas – rampas, corrimãos, circulação horizontal e vertical, balcões acessíveis etc.	→ Concluir adaptações prioritárias em até seis meses.	→ Número de visitantes com deficiência atendidos mensalmente.
	→ Adequar o site institucional às diretrizes da NBR 17225 e WCAG 2.1.	→ Acessibilidade digital básica garantida em até seis meses.	→ Índice de acessibilidade digital no site.
	→ Disponibilizar audiodescrição em exposições e mídias audiovisuais.	→ Início da implementação em até seis meses.	→ Percentual de exposições com recursos acessíveis.
	→ Produzir materiais em formatos acessíveis – braille, QR code com áudio, fonte ampliada.	→ Disponibilização dos principais materiais em até seis meses.	→ Número de materiais em múltiplos formatos acessíveis.
	→ Criar protocolo de acessibilidade nos planos de emergência.	→ Documento publicado até o sexto mês.	→ Existência e atualização do protocolo.
Promover formação continuada das equipes e inclusão de profissionais diversos nas ações do museu	→ Capacitar equipe para práticas inclusivas.		
	→ Iniciar oficinas multissensoriais acessíveis. Convidar profissionais com deficiência e neurodivergência para mediação de atividades educativas – inclusive em temas que não sejam acessibilidade.	→ Formação inicial realizada em até seis meses.	→ Número de profissionais capacitados.
	→ Criar banco de dados de profissionais diversos e iniciar processos seletivos afirmativos.	→ Programa piloto iniciado em até seis meses.	→ Número de ações educativas mediadas por pessoas com deficiência.
	→ Implementar cronograma contínuo de capacitação e oficinas de formação sobre acessibilidade para todas as equipes do museu.	→ Banco criado até 12 meses; processos seletivos iniciados até 18 meses.	→ Diversidade das equipes do museu.
	→ Consolidar o programa de mediação com diversidade de corpos, saberes e territórios.	→ Capacitações contínuas a partir do sexto mês.	→ Frequência e abrangência das formações.
		→ Programa permanente implementado até o final do segundo ano.	→ Número de profissionais diversos em ações de mediação; diversidade de públicos atendidos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	METAS	INDICADORES
Integrar acessibilidade como eixo transversal na comunicação, curadoria e programas educativos do museu	→ Criar política institucional de comunicação acessível – impressos, redes sociais, audiovisual.		→ Uso de linguagem inclusiva e presença de múltiplos formatos nos materiais.
	→ Garantir acessibilidade plena nos circuitos expositivos, com obras táteis e experiências sensoriais desde a curadoria.	→ Política publicada até 18 meses.	→ Percentual de exposições com recursos táteis e sensoriais; avaliação qualitativa do público.
	→ Produzir mapas táteis para orientação em pontos estratégicos e consolidar experiências sensoriais.	→ Primeiros mapas produzidos até 18 meses.	→ Percentual de circuitos com recursos táteis.
	→ Tornar todos os conteúdos e programas do museu acessíveis digitalmente – nível AA ou superior da WCAG.	→ Atingir nível AA até 36 meses.	→ Testes de acessibilidade digital.
Consolidar acessibilidade como política institucional permanente	→ Criar núcleo interno de acessibilidade e inclusão do museu.	→ Núcleo criado até 24 meses.	→ Existência de comissão/núcleo ativo.
	→ Instituir uma política de acessibilidade transversal a todos os projetos e áreas do museu.	→ Documento publicado até 36 meses.	→ Existência e revisão periódica da política institucional.
	→ Estabelecer plano de manutenção e atualização contínua dos recursos de acessibilidade física, digital, comunicacional e atitudinal.	→ Plano operacionalizado a partir do terceiro ano.	→ Frequência de manutenções e atualizações.
	→ Desenvolver residências artísticas e educativas voltadas à inclusão e acessibilidade.	→ Primeira residência realizada até 36 meses.	→ Número de projetos/residências voltadas à inclusão.
Fortalecer a participação social e o compromisso com os ODS	→ Realizar escutas públicas e desenvolver ações nos territórios.	→ Duas escutas por ano e três ações em comunidades em três anos.	→ Frequência de escutas; integração com territórios.
	→ Estabelecer parcerias com coletivos e movimentos sociais.	→ Firmar cinco parcerias em dois anos.	→ Número de parcerias sociais estabelecidas.
	→ Alinhar ações à Agenda 2030 (ODS 4, 10, 11).	→ Quatro ações anuais com base nos ODS.	→ Ações realizadas com base na Agenda 2030.

PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL

O Museu das Amazônias nasce como um espaço comprometido com a valorização da diversidade sociobiocultural da região amazônica. Neste contexto, adotar a sustentabilidade como um princípio transversal e estruturante é fundamental para garantir uma atuação responsável, alinhada aos desafios ambientais, sociais e culturais do território.

O Programa Socioambiental visa implementar e consolidar práticas sustentáveis desde a concepção arquitetônica até a operação contínua do museu, integrando-se aos demais programas do Plano Museológico e dialogando com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.



A Amazônia é frequentemente associada à sua riqueza natural, mas sua diversidade socioambiental é igualmente notável. Como destacam Lima e Pozzobon (2005), a sustentabilidade ecológica não pode ser pensada dissociada da diversidade social que caracteriza a região. Para os autores, trata-se de um espaço de múltiplas interações entre seres humanos e a natureza, onde as práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais desempenham um papel fundamental na conservação da biodiversidade. No entanto, essas práticas vêm sendo crescentemente ameaçadas e desvalorizadas por modelos produtivos impostos gradativamente pela lógica da modernização e globalização, que desconsideram as especificidades sociobioculturais do território. Nesse contexto, torna-se necessário adotar uma racionalidade ambiental que reconheça os saberes tradicionais como base para uma sustentabilidade mais justa (Leff, 2001).



A integração entre cultura, educação e meio ambiente constitui um aspecto central nas discussões sobre sustentabilidade. A educação ambiental, nesse contexto, precisa ser compreendida não apenas como a transmissão de conhecimentos técnicos, mas como um processo formativo que valoriza as culturas locais, os saberes tradicionais e incentiva práticas sustentáveis enraizadas nos territórios. O museu, nesse sentido, pode desempenhar um papel importante ao promover exposições, ações educativas e experiências que articulem essas dimensões, contribuindo para a formação de sujeitos conscientes e críticos. Para o Museu das Amazônias, essa abordagem é fundamental: posicionar-se como um espaço de promoção da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões significa integrar a preservação ambiental com a valorização e desenvolvimento sociobiocultural da região.

DIAGNÓSTICO DE IMPACTO E DIRETRIZES ESTRUTURANTES

O diagnóstico de impacto envolve a etapa inicial de análise e monitoramento das atividades do museu relacionadas ao seu contexto ambiental, social e cultural. Para o Museu das Amazônias destaca-se as seguintes diretrizes como fundamentais neste processo:

- Realizar o mapeamento periódico dos recursos naturais e humanos do território amazônico, considerando os saberes tradicionais presentes nos processos de curadoria e expografia;
- Avaliar periodicamente dos potenciais impactos ambientais e sociais da construção e funcionamento do museu;
- Identificar e mapear stakeholders locais e regionais, incluindo comunidades indígenas, universidades, ONGs, setor público e privado.

Para organizar e desenvolver esse diagnóstico, propõe-se abordagens analíticas em oito eixos estratégicos, organizados em planos de ações metas iniciais e indicadores de monitoramento/avaliação:

Eixo 1 – Gestão Ambiental

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	METAS INICIAIS	INDICADORES
Promover a eficiência no uso de recursos naturais e minimizar impactos ambientais gerados pelas operações do museu	Implantar sistemas de energia solar e iluminação LED.	100% funcionando até o segundo ano.	Porcentagem de energia proveniente de fontes renováveis
	Instalar sistema de captação e reuso de água da chuva.	40% da demanda não potável atendida.	Volume mensal de água reaproveitada.
	Elaborar e implementar um Plano de Gestão de Resíduos (PGRS), com foco na redução de materiais não recicláveis, reciclagem, reutilização de materiais, compostagem e logística reversa, priorizando o ecossistema e a realidade local.	Reduzir em 40% os resíduos não recicláveis até o segundo ano.	Volume de resíduos encaminhados à reciclagem e compostagem.
	Adotar política de compras sustentáveis e consumo consciente dentro dos espaços e da operação regular do museu	50% das compras anuais.	Porcentagem de materiais adquiridos com selo ambiental ou local.
	Calcular e compensar emissões de CO ₂ anualmente.	Relatório de emissões e compensações.	100% das emissões compensadas anualmente.

Eixo 2 – Arquitetura e Expografia

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	METAS INICIAIS	INDICADORES
Incorporar práticas e materiais sustentáveis na concepção, construção e montagem de exposições	Utilizar materiais locais e de baixo carbono nas construções e exposições (vide diretrizes da expografia).	30% nas principais montagens.	Porcentagem de materiais regionais sustentáveis utilizados.
	Aplicar soluções expográficas modulares e reaproveitáveis.	60% até o segundo ano.	Porcentagem de materiais reaproveitados em novas exposições
	Implantar soluções bioclimáticas no edifício: ventilação cruzada, iluminação natural, telhados verdes e jardins espontâneos.	Pelo menos três estratégias aplicadas na construção principal.	Número de estratégias bioclimáticas incorporadas.

Eixo 3 – Mobilidade e Acesso

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	METAS INICIAIS	INDICADORES
Estimular o uso de meios de transporte sustentáveis e garantir acessibilidade para o público interno e externo	Estimular o uso de transportes públicos, bicicletas e veículos elétricos.	40% das estruturas disponíveis na inauguração.	Número de bicicletários e pontos de recarga instalados.
	Promover campanhas de mobilidade sustentável.	Quatro campanhas por ano.	Número de ações de comunicação sobre mobilidade ao ano.
	Criar infraestrutura de acessibilidade universal.	100% até a abertura do museu.	Porcentagem de acessibilidade nos acessos e circulação.

Eixo 4 - Sustentabilidade Institucional e Econômica

	AÇÕES	METAS INICIAIS	INDICADORES
Estabelecer práticas administrativas e financeiras que assegurem a sustentabilidade econômica e fomentem parcerias estratégicas na região	Estabelecer critérios sustentáveis para compras e contratações.	100% dos editais com cláusulas ambientais.	Inclusão de critérios em editais e contratos.
	Firmar parcerias com universidades e centros de pesquisa da região, sobretudo no estado do Pará.	Pelo menos duas parcerias no primeiro ano.	Número de parcerias formalizadas.
	Fomentar projetos de sociobioeconomia no território.	Dois projetos-piloto até o segundo ano.	Número de projetos apoiados ou cocriados.
	Acessar fundos de financiamento climático e ambiental.	Submissão de proposta a pelo menos um edital por ano.	Número de editais acessados e recursos captados.

Eixo 5 – Educação e Engajamento

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	METAS INICIAIS	INDICADORES
Propor programas educativos e comunicativos que dialoguem com os diferentes públicos	Desenvolver programas de educação ambiental com instituições públicas.	Três ações por ano.	Número de ações educativas realizadas com foco em sustentabilidade.
	Criar materiais de comunicação acessíveis sobre sustentabilidade.	Cinco tipos de materiais nos dois primeiros anos.	Número de materiais distribuídos – físicos ou digitais.

Eixo 6 – Cultura, Território e Povos da Floresta

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	METAS INICIAIS	INDICADORES
Valorizar e integrar os saberes tradicionais e culturas locais nas práticas museais	Incluir saberes tradicionais e práticas ancestrais nas exposições e curadoria.	Pelo menos um por ano.	Número de exposições com participação de comunidades tradicionais.
	Garantir e facilitar o acesso de comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos ao museu.	Pelo menos dois grupos atendidos por semestre.	Número de visitas mediadas ou programações específicas.

Eixo 7 – Governança e Indicadores

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	METAS INICIAIS	INDICADORES
Implementar mecanismos de governança e monitoramento que assegure a transparência e efetividade das ações sustentáveis	Criar um comitê gestor de sustentabilidade no museu.	Comitê instituído e em funcionamento até o primeiro ano.	Comitê formalizado e com reuniões regulares.
	Definir indicadores de desempenho sustentável.	Pelo menos cinco indicadores ativos até o segundo ano.	Número de indicadores definidos e monitorados.
	Implantar ferramentas de monitoramento.	Ferramenta digital básica implantada até o segundo ano.	Sistema de acompanhamento de dados ambientais e sociais em operação.
	Divulgar de forma acessível, transparente e eficiente os indicadores e ações sustentáveis implementadas.	Um relatório por ano publicado e acessível ao público.	Publicação de relatórios sobre sustentabilidade.

Eixo 8 – Alinhamento com Políticas Públicas e Normativas

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	METAS INICIAIS	INDICADORES
Assegurar a conformidade legal e a articulação do museu com políticas públicas e marcos normativos ambientais e culturais	Garantir conformidade com a legislação ambiental vigente – federal, estadual e municipal.	100% das exigências legais atendidas antes da inauguração.	Número de licenças e certificações obtidas.
	Integrar-se a políticas públicas culturais e ambientais.	Inserção em pelo menos duas redes ou programas até o terceiro ano.	Participação em fóruns, redes ou programas oficiais.
	Aderir a instrumentos nacionais e internacionais de sustentabilidade.	Alinhamento documentado com pelo menos três instrumentos oficiais.	Aderência à Agenda 2030, PNRS, Plano Nacional de Cultura e outros.

PROGRAMA DE SEGURANÇA

A segurança tem sido uma das preocupações centrais em muitos museus contemporâneos, sobretudo após alguns episódios trágicos que evidenciaram a vulnerabilidade de instituições culturais¹. Torna-se cada vez mais necessária a criação e implementação de protocolos de emergências, planos de prevenção, sistemas de proteção, que visem à prevenção e/ou mitigação de possíveis sinistros.

De acordo com o art.23 (Lei nº11.904/2009) “os museus devem dispor das condições de segurança indispensáveis para garantir a proteção e a integridade dos bens culturais sob sua guarda, bem como dos usuários, dos respectivos funcionários e das instalações.” Além disso, precisa definir rotinas de segurança e estratégias de emergência (Decreto nº 8.124/2013).

As estratégias de preservação e a segurança em museus podem ser organizadas a partir de duas abordagens complementares: **i) ações preventivas, realizadas de forma contínua e sistemática pelas instituições, com a documentação dos acervos, a higienização, a manutenção predial e de sistemas integrantes, o monitoramento ambiental e a segurança patrimonial, etc.; e ii) ações voltadas para casos de emergências, ou seja, quando as ações preventivas não são suficientes para evitar a ocorrência de eventos críticos, como incêndios, furtos ou desastres naturais (Ibram, 2023).**

Com o lançamento do Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado, o Instituto Brasileiro de Museus tem recomendado que as ações previstas no Programa de Segurança do Plano Museológico sejam implementadas a partir do conceito de riscos e gestão de riscos. A gestão de

riscos compreende o planejamento e a organização de estratégias, diretrizes e ações voltadas a aumentar a capacidade institucional de prevenção e/ou de respostas a possíveis desastres e emergências, desde que eles sejam identificados, analisados, avaliados, tratados e monitorados. O programa conta com metodologias adaptadas de instituições internacionais, como o Canadian Conservation Institute – CCI, e o International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property – ICCROM. Ele está dividido em quatro eixos principais: governança e articulação, planejamento e prevenção de riscos, monitoramento e controle de riscos, e resposta a emergências.

O Programa de Segurança do Museu das Amazônias reconhece as diversas dimensões envolvidas na proteção da instituição, abrangendo desde a edificação e seu entorno, a integridade dos públicos interno e externo, até os equipamentos e bens patrimoniais sob sua responsabilidade. Além dos princípios museológicos e das normativas legais vigentes, é de suma importância que as estratégias preventivas, as rotinas operacionais e os planos de ação sejam estruturados de acordo com as especificidades locais do território amazônico, que impõe desafios específicos à segurança museal, sobretudo por conta de seu clima quente e úmido.

¹ Como exemplos citamos os incêndios ocorridos no Teatro Cultura Artística (SP, 2008); no Instituto Butantan (SP, 2010); no Memorial da América Latina (SP, 2013); no Museu da Língua Portuguesa (SP, 2015); na Cinemateca Brasileira (SP, 2016 e 2021); no Museu Nacional (RJ, 2018) e Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG (BH, 2020).

Objetivos

- Garantir a integridade física das pessoas (público externo, equipe do museu e dos prestadores de serviço), dos bens culturais (conteúdos físicos ou digitais) e das instalações e edificação do museu.
- Assegurar o funcionamento contínuo e seguro das atividades institucionais, por meio da elaboração e implementação de planos e rotinas de segurança.
- Estabelecer uma cultura institucional de segurança preventiva e integrada, identificando, mapeando e gerenciando os possíveis riscos que possam existir nos espaços museológicos, visando à mitigação deles.
- Acompanhar regularmente a conformidade de todas as normativas legais e documentais exigidas.
- Estabelecer articulações com os agentes responsáveis pela segurança e serviços no entorno da instituição.



Eixos de atuação

Seguindo as diretrizes museológicas vigentes, o Programa de Segurança do Museu das Amazônias reconhece e considera essencial o ciclo do gerenciamento de riscos – identificar, detectar, bloquear, responder e recuperar – pensando em frentes de atuação com ações preventivas e ações de emergência. Para tanto, toma como base três eixos principais:

I. SEGURANÇA INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA

Como estratégia de base, é fundamental a elaboração de um plano institucional de segurança, que esteja em consonância com as normas museológicas nacionais e internacionais e com uma abordagem coletiva territorializada – agentes públicos locais. Este plano deve contar com uma matriz de riscos, abrangendo ameaças internas e externas, uma política de prevenção – monitoramento e controle de riscos – e respostas a possíveis emergências, sendo constantemente atualizado por consultores especialistas e a equipe do museu. Também deve se articular com os demais programas do Plano Museológico, principalmente os de Gestão, Arquitetura e Urbanismo, Acessibilidade e Acervos, para garantir coerência e transversalidade às ações preventivas e de emergência.

II. SEGURANÇA PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA

Antes de elencar um conjunto de dispositivos padrões para segurança em museus, é importante considerar os desafios ambientais, sociais e estruturais que marcam a realidade local, como o clima e a carência de certos serviços urbanos. Por isso é importante definir rotinas operacionais com base no mapeamento de áreas vulneráveis e implementar protocolos ajustados ao funcionamento do museu. A segurança patrimonial e de infraestrutura contará com um sistema de controle de acesso físico e monitoramento por CFTV, com atenção às áreas sensíveis, como salas expositivas, postos de vigilância estratégicos, sistemas de alarmes, além de extintores de incêndio. Os equipamentos de prevenção e combate a incêndio deverão passar por manutenção periódica. Paralelamente, o desenvolvimento de um plano de emergência e combate a incêndio atrelado à contratação de brigada certificada é visto como uma prioridade.

III. SEGURANÇA DE PESSOAS

Além da segurança física dos visitantes, que está indiretamente presente nos demais eixos de atuação, é essencial prezar por um atendimento humanizado e acolhedor. Nessa lógica, os agentes responsáveis pelas abordagens devem evitar qualquer conotação de cunho intimidador ou coercivo. Outro ponto relevante diz respeito ao tipo de vestimenta, que deve evitar a estética policial e ser adequada ao clima local, pensando também no conforto dos profissionais de segurança. Por fim, formar equipe com perfil de atendimento, comunicação clara e respeitosa.

Recomendações e ações prioritárias

- Realizar o diagnóstico de riscos e vulnerabilidade do edifício e do entorno com consultoria especializada.
- Estabelecer articulação com forças de segurança locais – polícia militar, guarda municipal, corpo de bombeiros – para mapeamento de apoio.
- Contratar consultoria especializada em segurança para elaboração de plano inicial.
- Articulação com a futura empresa terceirizada de segurança para desenvolvimento e atualização do plano.
- Criar e implementar POPs – Procedimentos Operacionais Padrão – adequados à realidade local.
- Integrar o Programa de Segurança com os programas de Arquitetura, Acessibilidade e Acervos.
- Alinhar o plano de segurança às orientações museológicas nacionais e internacionais e as normas técnicas estaduais e federais.
- Mapear áreas de risco e definir cobertura mínima por vigilância física e por câmeras.
- Contratar empresa de brigada de incêndio certificada, com dimensionamento conforme legislação estadual.
- Planejar uniformes e abordagens alinhadas à missão do museu e ao conforto térmico dos profissionais.

Recomendações futuras

- Atualizar periodicamente os POPs e os planos de segurança com base na operação real do museu.
- Estabelecer uma comissão interna de segurança, com participação da equipe e apoio técnico.
- Integrar indicadores de segurança à rotina de avaliação institucional.
- Acompanhar as normativas estaduais e federais – especialmente do Corpo de Bombeiros.
- Estimular a cultura institucional de segurança não apenas como controle, mas como cuidado.

Foto: Kawe Rodrigues



Ações, metas, prazos e indicadores

EIXOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	METAS	INDICADORES
GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO	<div>→ Contratar consultoria especializada para diagnóstico e plano inicial de segurança.</div> <div>→ Realizar reuniões com forças de segurança locais.</div> <div>→ Incluir cláusula contratual de plano de segurança com a empresa terceirizada.</div> <div>→ Criar comissão interna de acompanhamento de segurança.</div> <div>→ Atualizar periodicamente os POPs.</div>	<div>→ Diagnóstico e plano preliminar elaborados em até seis meses.</div> <div>→ Mapeamento das instâncias e pactos de atuação local formalizados nos primeiros seis meses.</div> <div>→ Cláusula inserida e aceita no contrato final.</div> <div>→ Comissão criada e em funcionamento no primeiro ano.</div> <div>→ Atualização anual implementada.</div>	<div>→ Documento de diagnóstico e plano de segurança entregues</div> <div>→ Registro de reuniões realizadas e encaminhamentos.</div> <div>→ Contrato assinado com cláusula específica.</div> <div>→ Atas de reunião; definição de representantes.</div> <div>→ Versões revisadas e arquivadas.</div>
INFRAESTRUTURA E PATRIMÔNIO	<div>→ Implantar sistema de CFTV com cobertura das áreas sensíveis.</div> <div>→ Estabelecer escala de postos fixos e por demanda com base na planta do edifício.</div> <div>→ Contratar brigada de incêndio certificada pelo Corpo de Bombeiros.</div> <div>→ Implementar plano de manutenção preventiva dos sistemas de combate a incêndio.</div>	<div>→ Áreas de risco cobertas por vigilância eletrônica nos primeiros meses.</div> <div>→ Escala definida conforme vulnerabilidades nos primeiros meses.</div> <div>→ Brigada contratada conforme normas estaduais no primeiro ano.</div> <div>→ Calendário de manutenção estabelecido e executado no primeiro ano.</div>	<div>→ Mapa de cobertura sem pontos cegos críticos.</div> <div>→ Plano de cobertura de postos por área e horário.</div> <div>→ Contrato ativo com empresa certificada.</div> <div>→ Registro de manutenções e inspeções periódicas.</div>
PESSOAS E ATENDIMENTO	<div>→ Definir protocolo de abordagem acolhedora e humanizada pelo pessoal de segurança.</div> <div>→ Adotar uniforme social adequado ao clima e à proposta institucional.</div> <div>→ Selecionar equipe com perfil voltado à mediação e atendimento.</div>	<div>→ POP de atendimento acolhedor elaborado nos primeiros meses.</div> <div>→ Uniformes entregues e utilizados pela equipe nos primeiros meses.</div> <div>→ Mínimo de 80% da equipe treinada com esse perfil em até dois anos.</div>	<div>→ Documento de protocolo validado pela equipe.</div> <div>→ Registro fotográfico e comprovação em contrato com empresa.</div> <div>→ Avaliação de desempenho e participação em treinamentos.</div>
FORMAÇÃO E CULTURA INSTITUCIONAL	<div>→ Realizar treinamentos periódicos para equipe interna e terceirizada.</div> <div>→ Sensibilizar a equipe sobre segurança como cuidado, não como controle.</div>	<div>→ Dois treinamentos por ano.</div> <div>→ Inserção da temática nos encontros de formação continuada.</div>	<div>→ Registro de participação e avaliações.</div> <div>→ Registro em planos de formação e materiais utilizados.</div>



CONSIDERAÇÕES FINAIS



O processo de elaboração deste Plano Museológico representou um esforço coletivo de planejamento, escutas e trocas de experiências, pautado nos princípios que orientam a missão do Museu das Amazônias e no compromisso com a pluralidade de saberes e práticas. Trata-se de um documento estratégico que guiará os procedimentos administrativos e as atividades internas e externas da instituição pelos próximos cinco anos. Sua estrutura alinha os programas, os projetos e os objetivos propostos, ajudando a definir prioridades, orientar os caminhos a serem seguidos, monitorar as ações realizadas e avaliar se os objetivos estão sendo alcançados.

O plano é uma ferramenta dinâmica, por isso é de suma importância que ele seja acompanhado, revisado e atualizado ao longo do tempo, de acordo com o desenvolvimento das atividades e metas dispostas nos programas, para que sua relevância e aplicabilidade sejam garantidos. É fundamental que a gestão do museu mantenha um olhar crítico e aberto para a inovação, pois conforme a instituição consolide sua atuação, amplie o seu alcance e estabeleça novas relações com os territórios e as comunidades, será necessário revisar e/ou reorientar algumas metas e estratégias.

Para mensurar a efetividade das ações previstas é necessária uma avaliação sistemática contínua, por meio de indicadores de avaliação e desempenho, tais como:

- **o percentual de ações previstas executadas por ano, de acordo com os programas;**
- **grau de aderência às metas e prazos estabelecidos;**
- **quantidade e diversidade de parcerias institucionais estabelecidas;**
- **impacto das ações realizadas, mensurado por pesquisas de satisfação;**
- **percentual de participação social nas ações museológicas;**
- **número de revisões e atualizações do Plano Museológico durante seu período de vigência, dentre outros.**

Além de mensurar o desempenho do museu, a adoção desses indicadores ajudará na revisão e no aprimoramento constante das práticas museológicas, reforçando o cuidado e o compromisso da instituição museológica com uma atuação ética, inclusiva, acessível e em diálogo constante com os agentes dos territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



A

ACEVEDO MARIN, R. E.; ALMEIDA, A. W. B. de (Orgs.). **Populações tradicionais**: questões de terra na Pan-Amazônia. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2006.

ALMEIDA, R. **A urbanização de Belém e suas contradições ambientais**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2014.

ARAÚJO, A.; AZEVEDO, A. **Formação da cidade de Belém (PA)**: área central e seu papel histórico. Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

ARRUDA, Euler Santos. **Porto de Belém do Pará: origens, concessão e contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

B

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BECKER, Bertha K. **A urbe amazônida**: a cidade e a floresta. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BUENO, L. Arqueologia do povoamento inicial da América ou História Antiga da América: quão antigo pode ser um 'Novo Mundo'? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 14, n. 2, p. 477-495, maio/ago. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000200011>.

C

CASTELLO, Leandro *et al.* **The vulnerability of Amazon freshwater ecosystems**. 2013.

CHAGAS, Mário de Souza. "Museus, memória e poder." In: **Museologia e Patrimônio**, v.1, n.1, 2008.

CLEMENT, C. R. *et al.* The domestication of Amazonia before European conquest. **Proceedings of the Royal Society B**, v. 282, 20150813, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1098/rspb.2015.0813>.

CONRADO, M.; e BARROS, T. A categoria "afro-indígena" na Amazônia paraense: usos, confluências e ambivalências em debate acadêmico. **Horizonte antropológico**, Porto Alegre, ano 28, n. 63, maio/ago, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA (COFEM). Resolução nº 03, de 27 de setembro de 2013. Instrui os COREM's para o cumprimento do artigo 8º da Lei 11.904 que institui o Estatuto dos Museus e dá outras providências. Dispõe sobre a obrigatoriedade da participação do museólogo na elaboração do Plano Museológico. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.cofem.org.br>. Acesso em: 30 maio 2025.

COSTA, G. G. da. A cartografia das fortificações da Amazônia nos séculos XVII e XVIII. **Acervo**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 116-133, 2016. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/664>. Acesso em: 23 ago. 2025.

COSTA, G. **A cartografia das fortificações da Amazônia nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro, 2016.

COSTA, P. **Patrimônio e identidade cultural no Pará**: o caso de Belém. Belém: Editora da Universidade do Pará, 2012.

CURY, Marília X. "Museologia Social: epistemologias e práticas em disputa." In: **Cadernos Museológicos**, IBRAM, 2016.

CURY, Marília X. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo. Annablume, 2005.

F

FAJARDO, W.; PINTO, A. L.; LINS, T. M.; BARONE, Victor. **Cidades Amazônicas**: um chamado à ação. Amazônia 2030, jul. 2023.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FENZL, N.; LIMA, D.; ALONSO, J. Grandes projetos e transformações territoriais na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, p. 225-246, 2020.

G

GOMES, E. B. de Oliveira *et al.* A história da construção do Porto de Belém, e sua relação com a arquitetura da cidade. In: **Encontro Internacional de História da Construção Luso-brasileira**, Salvador: UFBA, 2019.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

H

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HECHT, S. **A Amazônia e suas fronteiras**: transformações no ecossistema e nas cidades. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

HECKENBERGER, Michael J. *et al.* Pre-Columbian Urbanism, Anthropogenic Landscapes, and the Future of the Amazon. **Science**, v. 321, n. 5893, p. 1214-1217, 29 ago. 2008. doi:10.1126/science.1159769.

I

ICOM – INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **Código de ética do ICOM para museus**. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 2013. Disponível em: <https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/ICOM-code-BRA.pdf>. Acesso em: 25 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **IBRAM Caminhos da memória**: para fazer uma exposição. / pesquisa e elaboração do texto Katia Bordinhão, Lúcia Valente e Maristela dos Santos Simão – Brasília: IBRAM, Brasília, DF: IBRAM, 2017, 88p. (Série Caminhos da Memória, 1).

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. (IBRAM). Instrução Normativa nº 02, de 4 de agosto de 2021. Estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para a elaboração do Plano Museológico. Brasília: Ibram, 2021. Disponível em: <https://museologiadigital.museus.gov.br/documentos-ferramentas-digitais/resolucao->

normativa-ibram-2-de-23-de-julho-de-2021/. Acesso em 26 de agosto de 2025.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). **Plano Nacional Setorial de Museus 2025-2035** (documento preliminar). Brasília: Ibram, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/ibram-disponibiliza-o-plano-nacional-setorial-de-museus-2025-2035>. Acesso em: 02 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). **Política Nacional de Educação Museal** – PNEM. Brasília: Ibram, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/educacao/politica-nacional-de-educacao-museal>. Acesso em: 28 maio de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **IBRAM. Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro**: diretrizes gerais, objetivos, eixos e linhas de atuação. Brasília: IBRAM, Brasília, DF, Ibram, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. IBRAM. **Respondendo a emergências**: orientações gerais para a implantação de forças-tarefas em museus. / Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Brasília: IBRAM, DF, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. – IBRAM. **Subsídios para a elaboração de planos museológicos**. Brasília: Ibram, 2016. 112 p. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Subsidios-para-a-elaboracao-de-planos-museologicos.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2025.

IPEM – Instituto de Planejamento Estratégico Museológico. **Plano Museológico**: manual de elaboração. Brasília: IBRAMBrasília: Ibram/MinC, 2009.

IRIARTE, José et al. Geometry by design: Contribution of Lidar to the understanding of settlement patterns of pre-Columbian mound villages in SW Amazonia. **Journal of Computer Applications in Archaeology**, v. 3, n. 1, p. 151-169, 2020. doi:10.5334/jcaa.43.

MAGALHÃES, M. P. et al. O Holoceno inferior e a antropogênese amazônica na longa história indígena da Amazônia oriental (Carajás, Pará, Brasil). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, Belém, v. 14, n. 2, p. 259-293, maio/ago. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000200002>.

MEDEIROS, F. **Cultura e sociedade no Pará**: identidade e resistência. Belém: Editora da UFPA, 2013.

PEREIRA, Manuel Nunes. **Relatos antropológicos**. São Paulo: [s.n.], 1982 (1. ed. 1943).

PRÜMERS, Heiko et al. Lidar reveals pre-Hispanic low-density urbanism in the Bolivian Amazon. **Nature**, v. 606, n. 7913, p. 325-328, 25 maio 2022. doi:10.1038/s41586-022-04780-4.

RICCI, M. S. Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (Orgs.). **O Brasil Imperial**, v. II, 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 185-231.

RÚSSIO, Waldisa. **Um Museu de Indústria para São Paulo**. Tese (Doutorado) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP), São Paulo, 1980.

SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2007.

SANTOS, E. R. C. História da Cidade de Belém: intervenções urbanísticas e produção do espaço da orla fluvial. In: **XVIII Encontro Nacional de Geógrafos – A Construção do Brasil: geografia, ação política e democracia**. São Luís/MA, 24 a 30 de julho de 2016, 11p.

SILVA, E. **Conexões econômicas do Pará**: integração regional e inserção global. Belém: Editora da UFPA, 2016.

SOUSA, James. Mão-de-obra indígena na Amazônia Colonial. **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], n. 06, 2011. DOI: 10.26512/emtempos.v0i06.20175. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20175>. Acesso em: 23 ago. 2025.SOUZA, J. Mão-de-obra indígena na Amazônia colonial. Em **Tempo de Histórias**, Brasília, 2002.

TAVARES, M. **A formação territorial do espaço paraense**: dos fortes à criação de municípios. Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

TEIXEIRA, Luciana Guimarães. The Port of Pará: o porto da história amazônica. In: **XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional** – ANPUR, 2005, Salvador.

WERNECK, A.na Maria M. Azeredo. F.urquim; COSTA, Thiago. Carlos.; PEREIRA, Angelina Gonçalves de F.aria. **Planejamento e Gestão de Exposições em Museus**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/Superintendência de Museus e Artes Visuais de Minas Gerais, 2010, 28 p.

Sites consultados:

MAPBIOMAS. **Documento sobre terras indígenas no Brasil é atualizado**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2023/05/03/documento-sobre-terras-indigenas-no-brasil-e-atualizado/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

MAPBIOMAS. **Territórios quilombolas estão entre as áreas mais preservadas no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2023/12/13/territorios-quilombolas-estao-entre-as-areas-mais-preservadas-no-brasil/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

NATURE. Fig. 1: Exploring ecosystem transition potential across the Amazon forest biome as a result of compounding disturbances. In: Flores, B.M.; Montoya, E.; Sakschewski, B. et al. Critical transitions in the Amazon forest system. **Nature**, 626, 555–564, 2024. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41586-023-06970-0/figures/1>. Acesso em: 07 jul. 2025.

Legislações consultadas:

BRASIL. Lei nº 11.904/2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União, p. 1, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 23 ago. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA. Resolução COFEM nº 03/2013. Instrui os COREM’s para o cumprimento do artigo 8º da Lei 11.904 que institui o Estatuto dos Museus e dá outras providências. São Paulo: COFEM, 2013. Disponível em: [RESOLUÇÃO-03-2013.pdf. Acesso em 23 ago. 2025. \[https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/planos-museologicos-orientacoes-para-os-museus/qualificacao_de_gestores_e_equipes_na_elaboracao_de_planos_museologicos\]\(https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/planos-museologicos-orientacoes-para-os-museus/qualificacao_de_gestores_e_equipes_na_elaboracao_de_planos_museologicos\)](https://cofem.org.br/wp-content/uploads//2009/05/COFEM-</p></div><div data-bbox=)

Decreto nº 8.124/2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Diário Oficial da União, ano 203, p.1, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Plano Nacional Setorial de Museus 2025-2035 (PNSM). Brasília: Ibram, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-e-documentos/plano-nacional-setorial-de-museus-pns-2025-a-2035.pdf>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Política Nacional de Educação Museal (PNEM). Brasília: Ibram, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cadernos-e-revistas/caderno-da-politica-nacional-de-educacao-museal/view>. Acesso em 23 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Resolução Normativa nº 02/2021 do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para a elaboração dos Planos Museológicos pelos museus administrados pelo Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. Brasília: Ibram, 2021. Disponível em: <https://museologiadigital.museus.gov.br/documentos-ferramentas-digitais/resolucao-normativa-ibram-2-de-23-de-julho-de-2021/>.

PARÁ. Lei nº 9.737, de 21 de novembro de 2022. Institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Pará (SECPA), dispõe sobre seus princípios, objetivos, composição e instrumentos de gestão, e altera e revoga dispositivos da Lei Estadual nº 6.298, de 20 de junho de 2000. Diário Oficial do Estado do Pará, ano 132, nº 35.195, p. 5-7, 2022 Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/normas/view/194528>. Acesso em: 23 ago. 2025.

FICHA TÉCNICA – PLANO MUSEOLÓGICO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Governador do Estado do Pará

Helder Zahluth Barbalho

Vice-Governadora do Estado do Pará

Hana Ghassan Tuma

Secretária de Estado de Cultura

Ursula Vidal Santiago de Mendonça

Secretário Adjunto da Secretaria

de Estado de Cultura

Bruno Chagas

PARCEIROS FUNDADORES

Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação

Luciana Barbosa de Oliveira Santos

Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social

Aloizio Mercadante Oliva

Presidente da Vale

Gustavo Pimenta

Presidente-executivo do Banco de

Desenvolvimento da América Latina e Caribe

Sergio Díaz-Granado

Diretor-geral do Instituto de

Desenvolvimento e Gestão

Ricardo Piquet

Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi

Nilson Gabas Júnior

Diretor-Presidente Instituto Cultural Vale

Hugo Barreto

COMITÊ EXECUTIVO DO PROJETO MUSEU DAS AMAZÔNIAS

SECULT – Secretaria de Cultura do Estado do Pará

Ursula Vidal Santiago de Mendonça

e **Bruno Chagas**

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e

Inovação

Rubens Diniz Tavares e **Eliomar Mota da Cunha**

ICV – Instituto Cultural Vale

Hugo Barreto, Luciana Gondim e **Marize Mattos**

CAF – Banco de Desenvolvimento da América

Latina e Caribe

Estefânia Laterza, Ignacio Lorenzo Arana

e **Cecília Guerra**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social

Andrés Côrtes, Marcio Meira e **Luciane Gorgulho**

MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi

Nilson Gabas Júnior e **Roseny Rodrigues Mendes**

de Mendonça

idg – Instituto de Desenvolvimento e Gestão

Ricardo Piquet, Sergio Mendes e **Daniel Bruch**

EQUIPE DE IMPLEMENTAÇÃO SECULT

Hélder Moreira, Karina Moriya, Vivianne Maciel,

Rodolfo Castro

COMITÊ TÉCNICO-CIENTÍFICO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Diretor

Nilson Gabas Júnior

Diretora Substituta

Roseny Rodrigues Mendes de Mendonça

Membro

Maria Emília da Cruz Sales, Mayara Larrys Gomes

de Assis Nogueira, Roseny Rodrigues Mendes de

Mendonça, Emanuel Fernandes de Oliveira Júnior,

Vanja Joice Bispo Santos, Sue Anne Regina

Ferreira da Costa, Marlúcia Bonifácio Martins

e **Sâmia Batista e Silva**

idg – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

DIRETORIA

Diretor-Geral

Ricardo Piquet

Diretora de Governança

Carolina Tendler

Diretor de Marketing e Parcerias

Daniel Bruch

Diretora de Museologia

Daniela Alfonsi

Diretora Administrativa Financeira

Marlis Silva

Diretor de Projetos

Sergio Mendes

CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Márcio Lacs (Presidente do Conselho de

Administração I) | **Ana Lucia Poças Zambelli**

(Presidente do Conselho de Administração II) |

Danielle Gomes de Almeida Valois (Vice-

Presidente do Conselho de Administração I) |

Tonico Pereira (Vice-Presidente do Conselho de

Administração II) | **André Marini** | **Gabrielle**

Zitelmann | **Márcia Pimentel Carneiro** | **Suzana**

Kahn Ribeiro | **Luiz Félix de Freitas** (Presidente do

Conselho Fiscal) **Luciano Porto** | **Valéria Amoroso**

LIDERANÇAS DAS ÁREAS DE APOIO

Compliance e Riscos: **Márcia Carneiro** |

Comunicação Institucional: **Nailanna Tenório** |

Controladoria: **Ana Paula Maia, Norma Santos,**

Thiago Lopes | Marketing e Parcerias: **Renata**

Salles, Clarisse Ivo, Cristina Nogueira |

Orçamentos e Custos: **Alexandra Taboni** |

Performance e Processos: **Nicole Sieiro, Brenda**

Bittencourt, Luiz Fernando Moura | Recursos

Incentivados: **Patrícia Nascimento, Lanuzza de**

Lima | Recursos Humanos: **Isabella Carneiro, Thays**

Souza, Ellen Fernandes, Taisa Marques | Relações

Institucionais **Mariana Kuo** | Suprimentos: **Rogério**

Lessa, Flávio Machado | Tecnologia da Informação:

Luiz Lima, Antônio Carlos Abraão

MUSEU DAS AMAZÔNIAS

Concepção e Implantação
Instituto de Desenvolvimento e Gestão (idg)
Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG)

Diretor do Projeto
Sergio Mendes

Direção Criativa
Marina Piquet

Direção de Produção
Tatiana Azevedo

Curadoras
Francy Baniwa, Helena Lima e Joice Ferreira

Curadoras Assistentes
Erêndira Oliveira, Julia Sá Earp e Lis Stegmann

Assessoria Institucional
Júlia Paes Leme

Gerente de Exposições
Marcio Motokane

Coordenadora de Comunicação
Camila Costa

Pesquisa e Conteúdo
Barbara Lito de Almeida, Evna Moura e Amarilis Lage de Macedo

Museologia
Daniela Alfonsi

Museóloga responsável
Renata Rodrigues Maia

Especialista de expografia
Tatiane Proba

Produção
Ana Carolina Peixoto, Claire Muniz, Débora Pires, Joyce Fernandes, Meriene Mazzei e Ricardo de Aquino

Analista de Projeto
Ricardo Motta

Coordenação de montagem
Pedro Rodrigues

Analista de Compras
Cristiane Antunes

Assessoria Jurídica
Luz & Ferreira Advogados

Projeto de Arquitetura de Interiores
Guá Arquitetura e Be.Bo

Projeto de Comunicação Visual e Sinalização
Libra

Assessoria de Arte e Tecnologia
Roberta Carvalho

Projeto Luminotécnico
L+A Iluminação

Projeto de Acústica e automação
Salt

Consultoria de Acessibilidade
Sophia Jares – Juma Acessibilidade

Consultoria de Educação Museal
Evna Moura e Ellana Fiana

Consultoria de Sustentabilidade
Isabela Lima Bioma

Consultora de Recursos Humanos
Thayná Queiróz

Consultor de Engenharia
Rafael Paranhos

Parceria de Conteúdo
Embrapa

Adequação Predial
D3M Engenharia

Estrutura do Foyer
RCM Construtora

Reforço estrutural
PROMEC RFS

Marcenaria
VEDAC e Casa Brasileira

Climatização
IMPERADOR

Tecnologias de LED
360 Soluções imagem luz e som

Pintura Artística de Terra
Mãos Caruanas

EQUIPE PLANO DE ESCUTAS

AMPLIADAS | 2A

Coordenação e textos metodológicos **Barbara Lito de Almeida** | Pesquisadores **Melina Marcelino, Maria Cecília Costa, Raoni Arraes, Flores Astrais e Rayo Machado** | Produção **Meriene Mazzei, Carolina Falcão e Evna Moura**

Suporte TI **Victor Tristão** | Textos e consolidação de conteúdo – 2A **Maria Cecília Costa** | Tabulações **Melina Marcelino** | Revisão de conteúdo **Raoni Arraes** | Revisão de textos **Kizie Pontes** | Tradução **TGA Translations** | Ilustrações, Design e Diagramação **Ciano**

TEMÁTICAS | 2B

Coordenação e textos metodológicos **Barbara Lito de Almeida** | Textos e consolidação de conteúdo **Melina Marcelino** | Curadoria evento **Evna Moura** | Produção evento **Tainah Jorge e Ana Carolina Peixoto** | Audiovisual **Cabrón** | Suporte TI **Victor Tristão** | Revisão de textos **Kizie Pontes** | Ilustrações, Design e Diagramação **Ciano**

EQUIPE PLANO MUSEOLÓGICO

Direção
Daniela Alfonsi

Museóloga responsável
Renata Rodrigues Maia | Corem 1R 0560.I

Pesquisa, conteúdo e textos
Marcio Motokane, Renata Rodrigues Maia, Daniela Alfonsi e Barbara Lito de Almeida

ESPECIALISTAS COLABORADORES

Programa Educativo e Programação Cultural
Ellana Fiana e Evna Moura

Programa de Acessibilidade
Sophia Jares | Juma Acessibilidade

Programa SocioAmbiental
Isabela Lima | Bioma

Programa de Comunicação
Camila Costa

Entrevistados **Ursula Vidal Santiago de Mendonça (SECULT)**, **Ricardo Piquet (idg)**, **Marina Piquet (idg)**, **Helena Lima (curadora MAZ)**, **Francy Baniwa (curadora MAZ)**, **Joice Ferreira (curadora MAZ)**, **Luiz Guedes (Guá Arquitetura)**, **Mayara Larrys Gomes de Assis Nogueira (MPEG)**, **Vanja Joice Bispo Santos (MPEG)**, **Bernardo Magalhães (Libra Branding)**, **Suane Barreirinhas (Cop das Baixadas)**, **Camila Pires (idg – MdA)**, **Luiz Lima Antonio (idg – MdA)**, **Carlos Ramos Abrão (idg – MdA)**, **Grazielle Giácomo (idg – MJB)**, **Fabiana Ferreira (idg – MdA)** e **Tatiana Coelho (idg – MdA)**.

Pesquisa de Benchmarking
Luiza Giandalia e **Camila Djurovic**

Edição final Plano Museológico
Barbara Lito de Almeida

Projeto gráfico e design
Biabum

Revisão Ortográfica
Kizie Pontes

WORKSHOP MISSÃO, VISÃO E VALORES

GOVERNO DO PARÁ

Secretária de Estado de Cultura do Pará
Ursula Vidal Santiago de Mendonça

Diretor de projetos da Secretaria de Estado de Cultura do Pará
Rodolfo Castro

Diretora do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural
Rebeca Ribeiro

Coordenadora de educação e museologia do Sistema Integrado de Museus
Sandra Rosa

Diretor do Sistema Integrado de Museus e Memoriais
Armando Sobral

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Diretor
Nilson Gabas

Diretora substituta
Roseny Rodrigues Mendes de Mendonça

Assessora da Diretoria/Pesquisadora (COCEX)
Maria Emilia da Cruz Sales

Chefe do Serviço de Educação (SEEDU)
Mayara Larrys Gomes de Assis Nogueira

Coordenador de Museologia (COMUS)
Emanoel Fernandes de Oliveira Júnior

Coordenadora LabCOM
Vanja Joice Bispo Santos

Coordenadora de Comunicação e Extensão (COCEX)
Sue Anne Regina Ferreira da Costa

Coordenadora de Pesquisa e Pós-Graduação (COPPG)
Marlúcia Bonifácio Martins

CURADORIA
Helena Lima, Joice Ferreira e Francy Baniwa

IBRAM

Presidenta
Fernanda Castro

Coordenadora de Participação Social do Instituto Brasileiro de Museus
Vera Mangas

ICOM BRASIL

Presidente
Diego Bevilacqua

IDG

Diretor-geral
Ricardo Piquet

Diretora
Daniela Alfonsi

Museóloga Museu das Amazôniaas
Renata Rodrigues Maia

Gerente de Conteúdo
Marcio Motokane

Gerente de controladoria
Ana Paula Maia

Analista sênior de pesquisa e conteúdo
Barbara Lito de Almeida

Pesquisa em arte
Evna Moura

Produção
Tainah Jorge

Assistente de produção
Pedro Rodrigues e Ana Carolina Peixoto

Assistente de pesquisa e conteúdo
Melina Marcelino

Mediadora
Thayná Queiroz

Equipe Filmagem
Cabrón



Parceiro Estratégico



Apoio Financeiro



Patrocinador nacional



Patrocinador internacional



Parceiro Técnico



Copatrocínio



Apoio



Implementação



Realização



